

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira  
Daniel Facciolo Pires  
Marinês Santana Justo Smith  
Sílvia Regina Viel  
Welton Roberto Silva (Orgs.)

# DISCURSOS MULTIMODAIS EM PRÁTICAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS

Coleção Ciência e Desenvolvimento  
**37**

ISBN VOLUME



ISBN COLEÇÃO



DOI 10.29327/5385224

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira  
Daniel Facciolo Pires  
Marinês Santana Justo Smith  
Sílvia Regina Viel  
Welton Roberto Silva (Orgs.)

# **DISCURSOS MULTIMODAIS EM PRÁTICAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS**

**ISBN 978-65-88771-53-2  
DOI 10.29327/5385224**

**FRANCA  
Uni-FACEF  
2023**

---

**Corpo Diretivo**

REITOR

Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto

VICE-REITOR

Prof. Dr. João Baptista Comparini

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra

PRÓ-REITORA ACADÊMICA

Profª Drª Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO

Profª. Drª. Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Sílvio Carvalho Neto

COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Profª. Drª. Marinês Santana Justo Smith

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Me. Cyro de Almeida Durigan

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Prof. Me. Orivaldo Donzelli

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENFERMAGEM

Profª. Drª Márcia Aparecida Giacomini

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – Publicidade e

Propaganda

Profª. Ma. Fúlvia Nassif Jorge Facury

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

Prof. Me. Anderson Fabrício Mendes

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Prof. Dr. Flávio Henrique de Oliveira Costa

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE LETRAS

Profª Drª Maria Eloísa de Sousa Ivan

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE MATEMÁTICA

Prof. Drª Sílvia Regina Viel

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE MEDICINA

Profª Dr. Frederico Alonso Sabino de Freitas

CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE PSICOLOGIA

Profª Drª Maria de Fátima Aveiro Colares

CHEFE DE DEPARTAMENTOS DO DEPARTAMENTO DE COMPUTAÇÃO

Prof. Dr. Daniel F. Pires

---

**Comissão Científica**

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)

Marinês Santana Justo Smith (Uni-FACEF)

Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)

Maria Eloísa de Souza Ivan

Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)

Sílvia Regina Viel (Uni-FACEF)

Daniel F. Pires (Uni-FACEF)

Emerson Rasera (UFU)

Renato Garcia de Castro (UNICAMP)

Pedro Geraldo Tosi (UNESP)

Carla Roberta Pereira (Open University Business School, Reino Unido / UDESC)

**Comissão Organizadora**

Alfredo José Machado Neto

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

João Baptista Comparini

Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

José Alfredo de Pádua Guerra

Sílvio Carvalho Neto

Marinês Santana Justo Smith

Welton Roberto Silva

Leonardo Carloni Rodrigues Meira

Alba Valéria Penteado

Lucas Antônio Santos

© 2023 dos autores

Direitos de publicação Uni-FACEF

www.unifacef.com.br

Coleção: Ciência e Desenvolvimento, v.37

O51g

Oliveira, Sheila Fernandes Pimenta et al. (Orgs.)

DISCURSOS MULTIMODAIS EM PRÁTICAS SOCIAIS  
CONTEMPORÂNEAS. / Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira; Sílvia Regina  
Viel; Daniel Facciolo Pires; Marinês Santana Justo Smith; Welton Roberto  
Silva (Orgs.). – Franca: Uni-FACEF; 2023.

94 p.; il.

ISBN Coleção 978-85-5453-017-4

ISBN Volume 978-65-88771-45-7

DOI 10.29327/5385224

1.Multidisciplinar - Fórum. 2. Iniciação Científica. 3.Pesquisa.  
4.Metodologia. I.T.

CDD 658

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.**

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (lei no. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código Penal. **Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.**

Editora Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca  
Associada à ABEC - Associação Brasileira de Editores Científicos

## PREFÁCIO

Diante da polêmica trazida sobre a ciência, nos últimos tempos, especialmente no contexto pós-pandemia, a persistência na continuação de estudos nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas mostra-se como ato heroico. A curiosidade humana, assim em tempos de crise, provoca mudanças culturais, exige a emergência de outras práticas sociais, transforma-se, oportunizando releituras e reinvenções. Os problemas devem ser resolvidos, a partir do contexto de incertezas, o que não é ruim, pois permite criações, reflexões e críticas.

Os estudos apresentados na presente publicação resultam de posturas resilientes, na análise de discursos e na constituição dos indivíduos pela linguagem, seja em situações concretas, reais, seja em situações artísticas. Salientam-se os olhares criteriosos e prudentes sobre o contexto digital.

Tratam-se de contribuições significativas, com foco nas multimodalidades de circulação de discursos, tão necessárias para os debates atuais e, mais ainda, para as aprendizagens. Alinham-se com a postura dos jovens pesquisadores, orientados por pesquisadores maduros, ambos oriundos de instituições de ensino superior preocupadas com a articulação do ensino com a pesquisa.

Destaque se faz ainda às motivações trazidas, aos pesquisadores, em forma de bolsas de iniciação científica e iniciação pedagógica, com fomentos interno do Uni-FACEF e externos do CNPq e da CAPES. Seguramente, são recursos que incentivam os jovens universitários.

Há também uma coerência na temática trazida na publicação no sentido de investigar o indivíduo, por meio da interdisciplinaridade. Além dos estudos linguísticos, históricos, educacionais e de psicologia, cada qual com seu objeto-metodologia-essência, observa-se um delineamento na discussão sobre indivíduos e correlações com a sociedade, de forma a historicizar um tempo e um espaço.

A coletânea de textos chega às mãos dos leitores carregada de entusiasmo e de coragem, vislumbrando, acima de tudo, um encontro.

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

Docente – Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

## SUMÁRIO

A TERCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: impactos psicossociais durante a primeira e a segunda infância .....	7
AS RELAÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS EM ROMÉU E JULIETA DE WILLIAM SHAKESPEARE.....	19
CIDADE AMIGA DA PESSOA IDOSA: espaço territorial urbano como estratégia para o envelhecimento ativo.....	28
HISTÓRIA E REPRESSÃO: os discursos presidenciais de Costa e Silva e a construção de sentido sobre a criação das comunidades de Informação e Segurança.....	42
INQUIETAÇÕES SOBRE A REFORMA PSIQUIÁTRICA E O RACISMO ESTRUTURAL: uma revisão da literatura .....	58
PADRÕES ESTÉTICOS DE BELEZA E RACISMO: uma análise social do formol como alisante capilar.....	68
SOM, CÂMERA, AÇÃO: uma análise discursiva sobre as publicações do Prime Video nas mídias sociais Twitter e Instagram .....	78
ÍNDICE .....	78

## **A TERCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: impactos psicossociais durante a primeira e a segunda infância**

Ana Beatriz Dias Rinaldi  
Graduanda em Psicologia – UNI-FACEF  
anabeatrizdiasrinaldi@gmail.com

Sofia Muniz Alves Gracioli  
Professora de Psicologia – UNI-FACEF  
sofiagracioli@yahoo.com.br

### **1. INTRODUÇÃO**

A família é uma instituição social que existe desde os primórdios da humanidade. Inserido dentro dos espaços humanos, suas formas, concepções e valores vão mudando conforme a humanidade vai se evoluindo e passando por períodos históricos. Na contemporaneidade, a família assume ainda um papel forte na concepção dos sujeitos e cuida do desenvolvimento de seus pertencentes – principalmente das crianças. Todavia, não são todas as famílias que possuem a consciência desse fato e com isso adentra hoje, de diversas formas, a terceirização da educação, isto é, os cuidados das crianças – em especial aquelas entre 0 e 7 anos – são transferidos para terceiros, pessoas de fora do nicho familiar (babás, vizinhos, instituições de ensino e outros).

O desenvolvimento de crianças durante as fases iniciais da infância – a primeira (0 a 3 anos) e a segunda (4 aos 6 anos) - é visto hoje com outros olhares. Essa fase possui muitas mudanças cognitivas e psicossociais devido a grande plasticidade cerebral e influências externas. O desenvolvimento psicossocial, abordado por Erik Erikson, varia muito no início para o final da infância, visto que a criança cria sua confiança no mundo e constrói sua autodefinição e o autoconceito. Adentrando nessa teoria, a criança passa pelos estágios de *confiança e desconfiança* e *iniciativa versus culpa*, onde aprende a lidar com sentimentos conflitantes. É nesse cenário que a presença e ligação com os pais assume extrema importância, visto que são o nicho principal nas fases iniciais da vida. Porém, com o aumento dos serviços de cuidadoras infantis, a educação das crianças passa a ser terceirizada e hoje é possível prever impactos no desenvolvimento, em especial o psicossocial.

A relevância do presente trabalho é traçar um parâmetro dos malefícios da intensa terceirização da educação durante a primeira e segunda infância, buscando alertar os pais que usam dos serviços de cuidadoras sobre possíveis fatores de risco.

O objetivo desse artigo é investigar como a utilização de serviços de cuidadoras e o fenômeno da “agenda lotada” podem afetar na construção dos

sentimento de *confiança versus desconfiança* e *iniciativa versus culpa*, frente a pais de classe média/alta.

A metodologia usado é a de revisão bibliográfica crítica com uso de artigos científicos e livros na área do conhecimento.

## **2. A FAMÍLIA COMO RESPONSÁVEL PELA INFÂNCIA: UM RECORTE HISTÓRICO**

A terceirização dos cuidados infantis é quando a família, independente de como ela seja estruturada, transfere para terceiros – babás, vizinhos, parentes e instituições (creches e escolas) – os cuidados das crianças. Em vista disso, pensa-se que esse fenômeno está restrito para o século XX em diante, pois é quando a mulher consegue ganhar lugar no mercado de trabalho e na universidade. Todavia observa-se em civilizações antigas a terceirização da educação e dos cuidados dos filhos. Na Grécia e na Roma, berço da civilização e do pensamento ocidental, é possível encontrar indícios disso, em sua maioria, os filhos eram educados e cuidados por escravos e amas de leite e quando o filho não era desejado ele podia ser enviado a outra família (WAGNER; VIEIRA; MACIEL, 2017).

As crianças na Grécia antiga, especialmente em Esparta, com sete anos já se separavam de suas mães para serem treinados e virarem guerreiros. Nas famílias ricas, o objetivo da procriação era a geração de herdeiros, e muitas das vezes os pais nem carregavam seus filhos no colo, deixando essa tarefa para escravos (FUNARI, 2002). É evidente, então, como a terceirização dos filhos possui, de certo modo, uma construção histórica, sendo hoje adaptado para as necessidades contemporâneas das famílias.

Entre a idade média e o século XIX, percebe-se muitas mudanças na forma como a infância é vista e as crianças são tratadas. No livro “Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no ocidente”, Colin Heywood (2004) traça paralelos desde a Alta idade média até o século XX. Ele busca falar, inicialmente, do nascimentos dessas crianças, as visões de mundo da época – na Idade Média prevalecia o pensamento Católico Apostólico Romano, por exemplo – e como isso afetava o modo em que elas eram tratadas. Vale ressaltar que, no século XI, Santo Anselmo, levantou o debate sobre as vantagens da gentileza e dos bons exemplos, combatendo práticas que castigavam, de forma física, os pequenos. Durante os governos Absolutistas, os reis e a classe burguesa, deixavam seus filhos com escravos e amas de leite, pontos levantados no livro e que evidência o fenômeno da terceirização.

Com as Revoluções Industriais, a inserção das crianças no mercado de trabalho e as mudanças na ciência, os níveis de mortalidade foram diminuindo a educação tornou-se mais acessível e as crianças começaram a se tornarem cidadãs.

Isso acaba dando às crianças maior visibilidade. Começam a estudar seus processos neurológico, seu desenvolvimento cognitivo e outros campos, importantes hoje para a visão contemporânea da infância.

Hoje, o que leva ao intenso fenômeno da terceirização, vem de mudanças sociais que ocorreram no início do século XX, em destaque a ingressão da mulher no mercado de trabalho – advento da Primeira Revolução Industrial e das Primeira e Segunda Guerras Mundiais – e a ingressão delas nas Universidades na década de 30. Esses processos históricos retiraram a mulher do seu papel de “do lar” e conseqüentemente passam a designar os cuidados da casa e dos filhos para empregadas e babás ou instituições escolares. Olhando para o contexto brasileiro, as creches surgiram com um caráter assistencialista, a fim de auxiliar a mulher, que por dificuldades financeiras, precisava trabalhar fora de casa (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

A partir desses breves levantamentos históricos pode-se pensar quais são as profundas razões para a terceirização dos filhos no contexto pós-moderno. Com a mulher já inserida no mercado de trabalho e ocupando importantes cargos em indústrias e instituições, passa a se questionar quais são as razões profundas das famílias de classes médias/altas a terceirizarem os cuidados da crianças. Wagner, Vieira e Maciel (2017) apontam que o grande trabalho que envolve cuidados vegetativos e afetivos nos primeiros anos de um filho podem ser cansativos para pais que passam no mínimo 8 horas por dia trabalhando é a principal motivação que leva a designarem a outras pessoas essas tarefas.

Essas interações de pais e filhos, gera grande ambivalência entre permissividade e controle rígido, pois para os pais além do interesse de seus filhos está em jogo também o seu papel como agentes socializadores. Outra saída encontrada pelos pais é asoberbar a rotina dos filhos, os colocando, desde a primeira infância (0 a 3 anos), em atividades extra curriculares e dividindo horários para brincar, estudar e realizar essas tarefas. Todavia, a família é a preventora do bem estar de seus filhos e desse modo acaba por fugir de tal responsabilidade.

Winnicott, pediatra e psicanalista, traz em seus estudos como a convivência da mãe com o bebê é importante, não podendo se separar dele por mais de 12 horas, podendo deixar marca (WAGNER; VIEIRA; MACIEL, 2017). Encontra-se também na literatura, reflexões atuais sobre o tempo de trabalho das mães, pedindo que deem prioridade à seus filhos, diminuindo o tempo de trabalho (MARTINS, 2011). Tal conceito coloca mulher como responsável pela educação dos filhos, porém hoje discute-se o papel dos pais, sendo essa afirmação falha em não incluí-los como responsáveis, diminuindo, também, suas horas de trabalho. Esses levantamentos guiam hoje a maternidade – sendo ela um papel dos pais, independente de como estruturada a família – para novos caminhos e novas visões pós-moderna, tentando assim, mudar certos cursos da história.

Conclui-se então, que mesmo havendo bases históricas que mostram como a terceirização ocorre desde civilizações antigas, hoje em dia ela ainda divide com terceiros os cuidados dos filhos, mas com estudos e evidências científicas é necessário buscar diminuir isso e tentar dar maior atenção para os primeiros anos da infância.

### **3. AS FASES DO DESENVOLVIMENTO: A PRIMEIRA E A SEGUNDA INFÂNCIA**

A primeira infância, do início da vida até os 3 anos de idade, é uma fase crucial no desenvolvimento da criança. É durante esse período que ela têm os primeiros contatos com os seus cuidadores, principalmente a sua mãe. A amamentação e a transmissão de afeto e carinho – transmitida pelos pais, seja como a família for formada – é muito importante no desenvolvimento psicossocial do ser. Erik Erikson pontua que há os conflitos entre *confiança versus desconfiança*, que serão cruciais no entendimento da terceirização.

Papalia (2022) define a segunda infância como o período que vai dos 4 aos 6 anos de idade. Quando falamos sobre o desenvolvimento Psicossocial nessa fase não se afunila apenas para a teoria de Erik Erikson, falamos sobre os aspectos psicológicos e sociais que afetam as crianças durante este período. É nesse momento em que o self – autoconceito – da criança começa a se formar, muito tratado na teoria rogeriana (FAIDMAN, 2008), além disso tratasse da dualidade *iniciativa versus culpa*. Esses conceitos psicossociais, formam-se baseados nas relações parentais do filho com seus cuidadores.

#### **3.1 A Influência da Família nas Fases Iniciais do Desenvolvimento**

A família, como exemplificado no capítulo 2 “*A família como responsável pela infância: um recorte histórico*” cuida dos primeiros anos de vida, promovendo à criança alimento, carinho, afeto e estruturas – financeiras, sociais e educacionais. Na história vimos exemplo de terceirização desses cuidados e hoje não é diferente. Todavia, hoje há informação sobre os malefícios para o desenvolvimento psicossocial, desde crianças recém-nascidas até em idades mais avançadas.

Durante os inícios da primeira infância, quando a criança ainda é um recém nascido temos o período de amamentação. Muito defendida pelos pediatras, o aleitamento materno é importante não só para prover ao bebê seus primeiros nutrientes, mas também como uma forma de ligação entre a mãe e o bebê – criam-se ali as primeiras interações do recém-nascido. É importante salientar aqui que essas informações são gerais, casos em que a mãe não pode ser presente por questões físicas ou emocionais ou em situações de abandono, devemos olhar para outras circunstâncias, aqui falaremos especificamente de mães que possuem

condição de estarem presentes, mas optam pela terceirização dos cuidados de seus filhos. José Martins (2006), explica que muitas das mães que não amamentam é porque não recebem informações necessárias sobre a importância de insistir nesse processo e em como estimular o bebê – além de não receberem ajuda suficiente dentro dos hospitais. A ligação entre eles, nos primeiros meses de vida, chega a ser simbiótica e esses laços cortados de forma repentina podem trazer prejuízos psicológicos ao filho. Winnicott (2000) pontua que até os primeiros dois anos de vida uma separação entre a mãe e o bebê, que dure mais de 12 horas, pode ser extremamente prejudicial – gera uma situação traumática de abandono, podendo ser comparada ao sentimento de bebês que são deixados em orfanatos (RODRIGUES, 2007) – a criança acaba por transferir o vínculo para a pessoa que fica responsável pelos cuidados dela, se for alguém da família as consequências são menos graves (MARTINS, 2006).

A responsabilidade de cuidar e transferir afeto não é apenas da mãe, os pais presentes precisam ter em mente que seus serviços podem ser muito semelhantes ao da mulher. O termo parentalidade, cunhado em 1961 por Claude Recamier e resgatado por Renée Clement em 1985, fala sobre o processo dinâmico que o casal passa ao tornarem-se pais. Junqueira (apud Ledovici, 2014) inclui nesse termo os comportamentos e as emoções que iniciam até mesmo antes do filho nascer. No período da gestação, os pais vão se preparando para receberem o filho. Rogers, fala sobre a não institucionalização de papéis dentro do casal (FAIDMAN; FRAGER, 2008), dessa forma, os pais precisam ter em mente que sua presença, seja ela feita pela figura materna ou pela figura paterna, é importante para seu filho. Esse processo precisa ser feito em conjunto, e caso alguma figura não seja presente na vida do filho, a responsabilidade pode ser maior. A família, seja ela estruturada de diversas formas, precisa responsabilizar-se por suas crianças de forma conjunta, não institucionalizando papéis, o que pode ser prejudicial para o pequeno.

A sociedade é também contribuidora para o afastamento entre a progenitora e seu filho. Existe uma demanda de aceleração do desenvolvimento da criança. É preciso respeitar os processos de maturidade para que o bebê, e posteriormente a criança, viva cada momento que a vida requer. Esse processo também vai de encontro com a base de segurança que a criança tem para se evoluir e caso essa base não seja bem estabelecida, onde é atropelada as necessidades do bebê, é uma violência na relação (JUNQUEIRA, 2014).

Ao crescer a criança já passa a exercer com mais facilidade suas tarefas como vestir-se, ir ao banheiro, brincar e comer. Inicia-se então a segunda infância, período dos 4 aos 6 anos marcado principalmente pelo início na pré-escola. Essa fase é ainda de muitos aprendizados e maturidade e a relação com os pais ainda é muito importante, principalmente na construção do *self*.

O *self* é um conceito muito presente na teoria rogeriana, mesmo ele sendo mutável e instável é muito importante para o indivíduo construir sua imagem e se perceber como pessoa (FAIDMAN; FRAGER, 2008). No início da segunda infância

as noções de autoconceito e autodefinição – respectivamente, senso de identidade, capacidade descritiva a avaliativa de suas próprias capacidades e conjunto de características usadas para descrever-se – são menos complexos e a criança vê o mundo apenas com os seus olhos. Com o passar dos anos, esse autoconceito é aprimorado, isto é, crianças no final da segunda infância tem uma imagem mais aperfeiçoada de si. Isso se dá pelas interações crescentes com o meio externo e com outras pessoas, como amigos e familiares (PAPALIA, 2022).

Durante a segunda infância a criança não possui mais a relação simbiótica que possuía com sua mãe ao ser amamentada, aqui ela já sofreu o desmame e o desfralde e já vai construindo a noção de individualidade. Porém não é porque já está sofrendo um processo de separação normal de seus pais, que a presença deles como auxiliares na construção do self não são importantes. Muitas crianças, durante essa fase adquirem irmãos e fazem amigos, seu ciclo de convivência vai se expandindo e o mundo vai sendo descoberto. Em vista disso, é importante a presença dos pais para que guiem os pequenos nessa jornada.

O desenvolvimento psicossocial, explicado por Papalia (2022) a partir da teoria de Erikson, onde ele divide em oito estágios ao longo do ciclo da vida – cada um se desenvolve em volta de uma crise específica e conflituosa que desafia o indivíduo a alcançar um equilíbrio saudável entre os sentimentos (TAVARES, 2010). A partir disso será explicado como essas fases, a primeira de *confiança versus desconfiança* e a terceira, *iniciativa versus culpa* atuam no desenvolvimento infantil.

### **3.2 Desenvolvimento Psicossocial: *confiança versus desconfiança e iniciativa versus culpa***

O estágio inicial *confiança versus desconfiança*, que vai dos 0 aos 18 meses, a maior referência do bebê é a mãe. É desenvolvido durante esses meses iniciais o sentimento de confiança – aqui confiança não significa apenas confiar, mas assegurar também. O bebê em contato com a mãe principalmente pela amamentação, cria um laço de confiança, em que há uma uniformidade e continuidade em seus provedores externos e desenvolve, também, uma confiança interna, a de enfrentar os seus desejos urgentes.

Como aqui falamos especificamente de crianças que nasceram em famílias privilegiadas e que podem prover a eles acesso à nutrição a amamentação torna-se ainda mais importante. Porém, como há casos de negligência – retiramos aqui casos em que a mãe não produz leite suficiente ou que há alguma psicopatologia – a criança entra em conflito com a desconfiança. As frustrações causadas, devido a esse sentimento, geram no bebê o sentimento de despojado de ter sido dividido ou abandonado (ERIKSON, 1971).

Olhando para uma perspectiva psicanalítica e psicopatológica, a ausência dessa confiança básica pode ser estudada na esquizofrenia infantil e no adulto, mais à frente, vemos estados esquizóides e depressivos. Um modo de tratar isso na terapia

é estabelecendo um estado de confiança no ser (ERIKSON, 1971). É possível entender então como esse primeiro estágio é estruturado e como a figura, nesse caso materna, é importante nos primeiros 18 meses de vida.

Após esse estágio temos, também na primeira infância, o de *autonomia versus vergonha e dúvida*, porém pularemos esse para falar de um estágio que dá início junto à segunda infância, o de *iniciativa versus culpa*. Em toda etapa da criança há um desabrochamento virtuoso que constitui de uma nova responsabilidade para todos. Durante a segunda infância, a criança começa enfrentar momentos de autonomia – se pensarmos em iniciativa como uma tomada de decisão em aprender, fazer e organizar seus desejos é exatamente esse o sentimento infantil. Porém, há nessa fase um perigo, o da culpa. Há a presença de conflitos entre ambos os sentimentos (iniciativa e culpa) devido a fatores externos, como a intromissão de irmãos mais velhos que criam uma rivalidade e um cenário de competitividade com o irmão, causando o conflito de virtudes. Porém é nesse período que a criança está desenvolvendo sua responsabilidade moral e começa a reconhecer papéis institucionais, tudo isso feito com mais autonomia, dependendo menos de seus pais. Ela forma então alguns sonhos e desejos que podem ser levados até a vida adulta (ERIKSON, 1971).

Percebe-se então como o desenvolvimento psicossocial possui uma vertente mais individual e interna da criança, visto que os conflitos ocorrem dentro dela. Porém, eles são influenciados pelas trocas entre bebê-mãe, criança-irmão, filho-pais. Dessa forma é preciso que haja a presença deles a fim que esses conflitos sejam solucionados na fase em que a criança se encontra, para que não causem interferências na vida adulta.

#### **4. A TERCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

O perfil das crianças que este presente artigo trata são as de classe média/alta. As famílias desse nicho econômico, hoje apresentam formação muito múltipla, temos casais sendo pais em idades mais avançadas, mães solteiras e universitárias, famílias ampliadas – os pais moram com os avós – recém casados, pais solteiros e outras configurações (MARTINS, 2011). De qualquer modo, muita dessas famílias mantem um nível econômico mais estável e possuem condições financeiras de contratar cuidadoras para os seus filhos e mantê-los em atividades extracurriculares.

É percebido então um cenário que está tornando-se muito comum: a terceirização da educação dos filhos – em especial a educação moral, não a escolar, pois está já é terceirizada com a introdução da escola na sociedade, sendo ela normal e esperada, principalmente na fase pré-escolar e escolar. A criança terceirizada apresenta alguns problemas, principalmente comportamental e alimentar, isso porque não possui uma referência fixa, acaba sendo educada por

pessoas que não se sentem nessa responsabilidade ou que não querem ultrapassar o papel dos pais. Porém, os pais não estando presentes não colocam os seus limites e a criança possuindo muitas referências – elas são rodeadas de pessoas que possuem culturas e posicionamentos diferentes – acabam por serem taxadas de “mimadas”, pois reagem aos comandos negativos de forma irritada e agressiva (MARTINS, 2011).

No mundo pós-moderno a mulher já está inserida no mercado de trabalho e nem sempre pode estar presente para os seus filhos. Porém no recorte da classe média/alta podemos ver isso de uma forma diferente, já que muitas mães optam por pagar serviços de cuidadoras, mesmo podendo estar mais presente para seus filhos. O cenário da terceirização parece colocar a mãe como a única responsável pelo acolhimento e educação de seus filhos. Todavia, hoje vemos muitos casais homossexuais e pais solteiros, que contrariam com essa ideia. Essas organizações familiares são questionadas sobre o desenvolvimento de seus filhos, alegando que podem causar algum déficit pela falta de uma figura materna ou paterna. Em contraponto temos um termo, supracitado, o da parentalidade. Essa ideia de preparação do casal para a chegada de um bebê transcende os caminhos biológicos, pois ele fala mais da transgeracionalidade, do papel de cada indivíduo na história do seu filho. Assim sendo, os pais de primeira viagem ou aqueles que planejam ter seu segundo, terceiro, quarto filho e por diante, devem se preparar para a chegada desse bebê (JUNQUEIRA, 2014). O pediatra José Martins, em seu livro “A criança terceirizada: os descaminhos das relações familiares no mundo contemporâneo” (2011), fala muito sobre a influencia da mídia em distorcer a verdadeira visão do que é tornar-se pais e como hoje muitos casais se retiram dessa responsabilidade e acabam sofrendo com problemas de alimentação e comportamento de seus filhos.

Outro fenômeno muito comum nas classes mais altas é a “agenda lotada”. Os pais preocupados em serem executivos, em trabalharem e prover uma estrutura financeira ao lar, acabam por transformarem seus filhos em *miniexecutivos*, também (MARTINS, 2011). A “agenda lotada” é caracterizada quando os pais colocam os seus filhos em muitas atividades extracurriculares em idades muito novas. Eles precisam exercer, em consequência disso, uma certa responsabilidade e rotina que foge do esperado nessas idades. A criança, na primeira e segunda infância, precisa de tempo para brincar – de forma livre ou até organizada – pois é essa atividade que mais trabalha o lúdico, o simbólico, a sociabilidade, a memorização, a atenção, além de ajudar no desenvolvimento cognitivo e da linguagem. As interações sociais nessa fase são muito importantes e defendida por Vygotsky em sua teoria da aprendizagem (MOREIRA, 2022). Se esse tempo é interrompido para a pratica de atividades, que posteriormente devem ser colocadas em sua rotina para melhor aprimoramento cognitivo, seu desenvolvimento lúdico e simbólico é prejudicado pelo excesso de atividade (DOS SANTOS; CAPORAL, 2018).

Essa ideia de que os pais precisam estar em casa para cuidar de seus filhos pode soar até machista, visto que é sobrecarregado à mãe a função de cuidadora. Porém hoje, os movimentos feministas não apenas colocaram a mulher no mercado de trabalho, ele também flexibilizou a posição dela dentro da família. A parentalidade, por exemplo, trabalha uma ideia bissexual de papéis familiares, podendo aplicar isso no cenário contemporâneo, elimina-se os papéis estruturais imposto pela sociedade e os pais podem atuar em conjunto para a educação e acolhimento de seus filhos (JUNQUEIRA, 2014).

A criança é vista então sem referências, e assim seus desenvolvimentos são afetados. Bebendo no ideias de Erik Erikson (1971) quando ele traça as dualidades enfrentada em cada fase, é possível refletir como essa falta da presença contínua dos pais interfere nelas, que são melhor explicadas no capítulo anterior. Assim sendo, a criança durante a primeira infância, sem sua mãe presente na amamentação, gera então os sentimentos de desconfiança e mais a frente, já na segunda infância, quando enfrenta momentos de iniciativa, pode ser interrompido pelos cuidados excessivos de suas babás, que acabam tomando a frente nas situações, muita das vezes com medo de perderem seus empregos (MARTINS, 2011). Além disso, durante a segunda fase, a criança começa a montar sua de autodefinição e seu autoconceito, muito importantes para a autoestima e a identificação da personalidade. Esse processo sofre influências externas, entretanto, é importante a interação dos pais com os seus filhos para que esse processo não ocorra de forma negativa e podendo acolhe-los em momentos de confusão ou dificuldades.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse artigo é investigar como a utilização de serviços de cuidadoras e o fenômeno da “agenda lotada” podem afetar na construção dos sentimento de *confiança versus desconfiança* e *iniciativa versus culpa*, frente a pais de classe média/alta.

Foi levantado, historicamente, como a terceirização é tratada. Sendo esse um movimento histórico, visto desde a Grécia Antiga, com as amas de leite e os escravos que carregavam as crianças. Até hoje em dia, com as babás, esse fenômeno possui um viés um tanto quanto elitista. Desde os primórdios da história, quem mais fazia uso da terceirização eram aqueles que possuíam riquezas, hoje não difere-se muito, visto que as classes médias/altas são um grande mercado para esse tipo de serviço. Mesmo sendo um movimento já visto de diversas formas, hoje a infância possui um olhar muito diferente de antigamente – Idade Média e Moderna. A criança é estuda, escutada e acolhida como membro da humanidade e a partir disso começam as discussões de como melhor educá-la moralmente.

O desenvolvimento psicossocial é, nesse caso, o mais importante, é ele que coloca a criança como participante dos nichos sociais e vai incluindo ela aos poucos

dentro das instituições. O pequeno também passa por processos individuais, como exemplificados na teoria de Erik Erikson – *confiança versus desconfiança e iniciativa versus culpa* – é a partir disso que ele começa a criar sua autoimagem, a maneira como ele se vê no perante o mundo e sua confiança nos seus cuidadores em atender suas necessidades e em si de require-las. Esses processos geram conflitos que quando acolhidos e intermediados poder promover repercussões positivas nas próximas fases da vida – terceira infância (7 aos 12 anos), adolescência e vida adulta. O problema é que hoje, com as exigências do mundo de trabalhar freneticamente e ser validado por possuir ou não bens de consumo, os pais passaram a comprar, também, quem pudesse substituir seu lugar na vida de seus filhos.

A terceirização entra como um fenômeno pós-moderno. Ele se encaixa perfeitamente na contemporaneidade, pois transforma em produto os cuidados e a educação moral e produz mais tempo útil para os pais. Esses, cuidam de seus trabalhos, mantem suas vidas agitadas com afazeres, obrigações e lazeres, sem incluir os seus filhos e ensinarem, eles mesmos, comportamentos e atitudes importantes desde pequeno. Ao se desprenderem dessas responsabilidades, contratam aqueles que possam educar moralmente os seus filhos, esses, também com obrigações, afazeres, lazeres e também seus próprios filhos, doam-se para crianças que não são suas, educando-as e ensinando-as comportamentos básicos para a vida cotidiana. Exemplo básicos são, como se alimentar sozinho, como amarrar seus sapatos, como dobrar suas roupas, ou elas mesmas tomam poder dessas atividades e as crianças crescem sem desenvolvê-las. Porém, essa grande gama de referências: pais, babás, avós e outros familiares, geram na criança confusões que a impedem de saber qual posicionamento seguir. Como cada qual que se propõe a cuidar dela possui uma visão de mundo, isto é, um referencial cultural, a criança passa a ser estimulada por muitas variáveis desde cedo e pode se perder nesse caminho.

Os problemas mais comuns, que podem ser visíveis a todos, apenas recordando lembrança ao passear no shopping, ao ir no supermercado, ou até mesmo em viagens e espaços de lazer, são as crianças “mimadas”, que fazem “birra” quando não conseguem o que querem e na hora que querem. O número grande de referências é um fator importante, outro é a relação criança-babá. A cuidadora está ali para cumprir um serviço e por mais difícil que seja, ela não se sente uma substituta para os pais, então busca não ser a figura de ordem para o pequeno e este, que passa a maior parte do tempo com ela, carece dessa figura que possui responsabilidade paterna. Questiona-se então o papel dos pais atualmente, em suma na decisão de criarem um filho num mundo que exige muito deles, além de como buscam criar ele, para si ou para o mundo.

Muito influenciados por mídias, que pouco retratam a verdadeira maternidade, os pais buscam terceirizar os seus filhos, por não caber em sua agenda um “horário” para eles. Mesmo pensado em tempo de qualidade, nem sempre brincar é estar

presente, é preciso alimentar, trocar, limpar, amamentar e outras funções rotineiras que demonstram afeto e carinho. Outra saída encontrada, que pode ser confundida com “tempo de qualidade” é superlotar a agenda de seus filhos. Muitos pais, de classe média/alta, que possuem condições financeiras, colocam os seus filhos, ainda muito novos, em muitas atividades extracurriculares, como natação, inglês, judô, ballet e outras e acabam colocando responsabilidades desnecessárias nas crianças. Além disso, retiram deles tempo para brincadeiras livres que são muito importantes nas fases iniciais do desenvolvimento.

Pode-se concluir, que a terceirização da educação com outras pessoas, sejam elas familiares ou não, possui impacto no desenvolvimento moral das crianças, e conseqüentemente psicossocial. Ao dividir com terceiros, os cuidados de seus filhos, estes carecem de referências e podem ter dificuldades em aceitar limites impostos dentro e fora de casa. Alguns fenômenos dentro das famílias de classe média/alta, como o da “agenda lotada”, retira dos pequenos os seus tempos importantes de brincar e criar. Desse modo, é preciso hoje que os pais pensem e se preparem para exercerem a função parental, para que seu filho possa criar laços dentro de seu lar, importantes para seus desenvolvimento nas fases mais avançadas da vida.

## REFERÊNCIAS

ERIKSON, Erik Homburger, As Oito Idades do Homem. In: \_\_\_\_\_, Infância e Sociedade. Rio de Janeiro, Zahar, 1971, p.227-253.

FADIMAN, James; FRAGER, Robert. Carl Rogers e a perspectiva centrada na pessoa. In: Personalidade e crescimento pessoal. Tradução de Daniel Bueno. São Paulo: Artmed, 2008. cap. 14, p. 354 – 383.

FUNARI, P. P. A. Grécia e Roma. São Paulo: Contexto, 2002.

HEYWOOD, C. Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JUNQUEIRA, Maria de Fátima de Amorim. Parentalidade contemporânea: encontros e desencontros. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 33-44, 2014.

MARTINS FILHO, J. A criança terceirizada: os descaminhos das relações familiares no mundo contemporâneo. 5ª edição. São Paulo: Papyrus, 2011.

MOREIRA, M. A. A teoria da mediação de Vygotsky. In: \_\_\_\_\_, Teorias da Aprendizagem. ed. 3. Rio de Janeiro: LTC, 2022, cap. 7, p. 87-97.

PAPALIA, Diana E; MARTORELL, Gabriela. Desenvolvimento humano. Tradução de Francisco Araújo Costa. ed. 14. Porto Alegre: Artmed, 2022

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Revista HISTEDBR On-line. Universidade Estadual de Campinas, v. 9, n.33 p.78-95, 2009.

RODRIGUES, Claudia. Mídia e feminismo. Seminário de alunos do mestrado em Ciências da Saúde da Universidade Cruzeiro do Sul, maio de 2007.

SANTOS, M. P. M. ; CAPORAL, L. F. R. . Terceirização da infância e a agenda lotada: Refletindo sobre os impactos psíquicos do excesso de atividades. In: V Congresso Nacional de Educação, 2018, Recife-PE. V Congresso Nacional de Educação, 2018. v. 1.

TAVERES, Ângela Maria Semedo Pereira. Desenvolvimento psicossocial das crianças do pré-escolar: estudo de caso jardim infantil SOS São Domingo. (Tese em Licenciatura em Educação de Infância) Universidade do Cabo Verde, Cabo Verde, 2010.

WAGNER, Luciane Carniel. VIEIRA, Grazielli Padilha. MACIEL, Vera Elaine Marques. Revista de Educação do COGEIME. A terceirização dos cuidados infantis: um fenômeno histórico. Brasil, n. 51, jul/dez, 2017.

WINNICOTT, D. W. Desenvolvimento emocional primitivo. In: \_\_\_\_\_, Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

---

**AS RELAÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS EM ROMEU E JULIETA DE  
WILLIAM SHAKESPEARE**

Jéssica Aparecida Rangel de Oliveira  
Graduanda em História - Unesp Franca  
jessica.rangel@unesp.br

Amanda Vantin  
Graduanda em Relações Internacionais - Unesp Franca  
amanda.vantin@unesp.br

Lucas Valencio do Prado  
Graduando em História - Unesp Franca  
lucas.valencio@unesp.br

Artur Rodrigues de Oliveira  
Graduando em História - Unesp Franca  
artur.oliveira@unesp.br

Rita de Cássia Biason  
Docente de Ciência Política - Unesp Franca  
rita.biason@unesp.br

**1. INTRODUÇÃO**

William Shakespeare nasceu em 1564, em Stratford-Upon-Avon. Costuma-se acreditar que tenha nascido por volta de 23 de abril, contudo, a falta de documentação sobre diversos aspectos da sua vida, não torna possível afirmar com precisão a data exata. Shakespeare foi um poeta e dramaturgo de grande sucesso em sua vida, sendo um dos principais escritores dos períodos elisabetano e jacobino, sua obra conta com cerca de 38 peças de teatro e 164 sonetos, não há manuscritos originais destes nos dias atuais, no entanto, a primeira publicação de algumas das peças encontra-se no “First Folio”, que completa 400 anos em 2023.

Sobre a vida pessoal de William Shakespeare, sabemos que ele se casou com Anne Hathaway quando tinha 18 anos e ela 26, teve 3 filhos, sendo que um morreu ainda na infância, Hamnet. As primeiras incursões de Shakespeare para Londres são desconhecidas e há pouquíssimos registros de sua vida entre os anos de 1585 e 1592. O desenvolvimento de sua companhia de teatro a Lord Chamberlain’s Men o consagrou como dramaturgo, pois escrevia e encenava cerca de duas peças por ano em tal companhia. Posteriormente, essa viria a se tornar “The King’s Men”, no reinado de James I. A relação entre Shakespeare e os monarcas de seu tempo, Elizabeth I e James I, parece ter sido estritamente profissional e, embora os monarcas admirassem suas obras, não é possível afirmar que havia uma relação de amizade entre eles, uma vez que, embora fosse um

cidadão famoso e de grande poder econômico, William Shakespeare era, apenas, um cidadão comum e não um nobre.

Certamente uma das obras mais conhecidas de toda a literatura, “A mui excelente e lamentável tragédia de Romeu e Julieta” (SHAKESPEARE, 2019, p. 65), escrita pelo famoso bardo e publicada pela primeira vez no ano 1597, aborda a história de um jovem casal que, sendo descendentes de famílias detentoras de uma grande rivalidade, buscam encontrar um caminho para viver seu amor impossível. A peça consagra-se por seu caráter trágico, devido a morte dos protagonistas, levando o leitor a crer que o destino dos amantes é imutável e a obsessão pode levar a tragédias, conforme observado por Frei Lourenço no ato II, cena VI: “Prazer violento, acaba em violência: no seu triunfo, morre” (SHAKESPEARE, 2019, p.118).

Em meio a uma trama complexa e bem desenvolvida, as interações entre Montéquios e Capuletos, assim como os demais cidadãos e o próprio príncipe de Verona revelam uma intrincada desordem das relações públicas e privadas do local e época retratados. A Itália Renascentista do final do século XVI construída por Shakespeare, ainda que fictícia, mostra um interessante estudo de caso da mentalidade da época. Vemos, por exemplo, a relevância que as famílias influentes possuíam no convívio diário da cidade, bem como a importância de uma convivência ao menos tolerável entre os cidadãos para uma coexistência minimamente estável.

A fim de analisar os comportamentos e ações retratados pelo grande autor inglês, será utilizado o segundo volume da coleção História da Vida Privada “Da Europa Feudal ao Renascimento”. Organizado por Philippe Ariès e George Duby, nomes importantes da terceira geração dos Annales, os autores buscaram, logo no início da obra, diferenciar os conceitos de privado e público. Dessa forma, tendo em vista que o conceito a ser tratado por eles é o de vida pública e de vida privada, pode-se observar então que, enquanto a vida pública diz respeito ao posicionamento de um cidadão em um ambiente sujeito à lei, a vida privada seria não sua vida individual e sim, e suas relações pessoais mais próximas, como família, amigos próximos e eventuais serviços.

No presente trabalho, ao apresentarmos Verona, a cidade onde a história se passa, buscaremos compreender sua importância, tanto como cenário da peça quanto para as personagens. Uma vez ambientados, partiremos para a análise das relações público-privadas incluídas na trama, sendo elas: a maneira como os constantes conflitos entre Montéquios e Capuletos, intrigas necessariamente privadas, escoam para a vida pública da cidade, assim como as consequências das intervenções de Éscalo, príncipe de Verona, em sua tentativa de cessar a mistura entre o espaço público e privado dentro de seus domínios.

Observa-se que as relações entre público e privado são difíceis de separar com clareza nessa obra, sendo os limites entre ambos, muito tênues. Ademais, seremos levados a entender como um monarca possui poder e influência quando a vida privada atravessa o limite do “privado”, sendo levada a público,

exigindo uma ação por parte do governante, devido a necessidade de manter a ordem nos espaços comuns.

## **2. A POLÍTICA EM SHAKESPEARE**

A cidade de Verona é o cenário principal da obra de William Shakespeare, *Romeu e Julieta* (2019). Ambientada em uma cidade na Itália, onde duas famílias poderosas, os Montéquios e os Capuletos, estão em conflito por muitos anos. A cidade é descrita como um lugar de grande beleza, no entanto, esse encanto é obscurecido pelo conflito constante entre as duas famílias. Por conta disso, é retratada como um local sombrio e violento, onde as pessoas vivem com medo constante de ataques dos membros das casas rivais. Essa separação entre as duas famílias pode ser vista como uma representação da divisão política que existia na Itália no século XVI, época em que Shakespeare escreveu a peça. A Itália era um conjunto de cidades-estados rivais que frequentemente entravam em conflito umas com as outras, e a rivalidade entre Montéquios e Capuletos pode ser vista como uma representação dessa política conflituosa.

De modo geral, Verona, na obra de Shakespeare, é um lugar onde a violência e as tradições sociais mantêm as pessoas presas em um ciclo de conflito. No livro, Romeu é um jovem Montéquio profundamente apaixonado por Julieta, uma Capuleto. Em sua obra, no Ato III, Cena 3, depois de ter matado o primo de Julieta, Teobaldo, Romeu é exilado de Verona, pelo príncipe Éscalco, a cidade que nasceu e passou toda sua vida.

Quando o Frei Lourenço informa a Romeu sobre seu exílio, ele reage com grande desespero, dizendo a frase: “fora dos muros de Verona, a Bela, não há mundo: há tortura e purgatório, e o próprio inferno [...] baniram-me do mundo simplesmente” (SHAKESPEARE, 2019, p. 134). Podendo ser interpretada de algumas maneiras. Em primeiro lugar, é possível que Romeu esteja afirmando que Verona é o único lugar onde ele pode encontrar a felicidade e a realização, pois para ele “o Céu é onde está Julieta: aqui” (SHAKESPEARE, 2019, p. 135), referindo-se à cidade de Verona. Romeu está afirmando que sua vida é tão ligada à cidade e às pessoas que conhece que não pode imaginar uma vida sem elas. Isso sugere que, para o Montéquio, a vida em Verona é a única vida que importa.

Por outro lado, mesmo com constantes conflitos entre as cidades-estados italianas, deve-se ter em mente, que as mesmas eram a principal referência europeia de “civilização” na época que Shakespeare escreveu sua obra, segundo Jacob Burckhardt. Esse fato pode ser crucial para a determinação de Romeu em considerar que não existe vida fora dos muros da cidade de Verona, A Itália de Romeu é marcada pelo principado. O príncipe de Verona, Éscalco, afirma, no ato V, cena III “perdi muitos parentes” (SHAKESPEARE, 2019, p.188), tal afirmação leva o leitor a entender que os súditos, são como familiares do príncipe, como partes de

seu próprio corpo. Jacob Burckhardt reitera que, “na Itália, o príncipe pode e deve conhecer a todos e precisar de todos, e, se também ali a nobreza compõe um círculo isolado em função de sua origem, ela se pauta, no convívio social, pelo mérito pessoal” (BURCKHARDT, 2009, p.77). Assim, pode-se observar a relação entre o príncipe e os súditos na Península Itálica. Em contrapartida, deve-se recordar que o governo sob o qual Shakespeare estava inserido, na Inglaterra renascentista, era um governo monárquico absolutista, cuja proximidade com as pessoas dava-se de acordo com a posição social, em resumo, a rainha ou o rei, eram próximos apenas de sua corte.

Além disso, o autor também aborda o tema da falta de liderança eficaz na cidade de Verona para conter as disputas entre as duas famílias. O príncipe, que é o líder da cidade, é retratado como incapaz de manter a paz entre os dois rivais, o que resulta na tragédia final da história. Segundo Maquiavel, é função do príncipe manter a paz e estar sempre preparado para lidar com adversidades como esta, de modo que:

Um príncipe sábio deve observar tais exemplos e nunca manter-se ocioso nos tempos de paz, mas aproveitar-se deles com engenho para poder agir melhor na adversidade; de modo que, quando a fortuna mudar, ele esteja preparado para resistir a ela (MAQUIAVEL, 2010, p. 62).

Dessa forma, sugere que o príncipe deve ser um bom diplomata e conciliador, trabalhando para estabelecer alianças com outros Estados e nações. Além de ser capaz de identificar e lidar com as causas subjacentes do conflito. O príncipe deve resolver disputas e descontentamentos antes que se transformem em conflitos que causem distúrbios à paz.

Isso pode ser visto como uma oposição à liderança política da época de Shakespeare, que era marcada pelo desenvolvimento. William Shakespeare escreveu a peça durante a idealizada era do ouro do reinado Elisabetano. Nesse período, a Inglaterra era governada pela Rainha Elizabeth I, que promoveu grandes desenvolvimentos nas áreas da literatura, poesia e a centralização do governo inglês e a consolidação da igreja Anglicana na Inglaterra. Essa consolidação gerou conflitos entre católicos e puritanos extremistas que não concordavam com as decisões tomadas pela coroa britânica. A reação tomada pela Rainha Elizabeth I contra os extremistas que perturbaram a paz em seu reinado foi a perseguição dos mesmos. Diferentemente de Éscalo, que não tomou ações efetivas para a manutenção da paz em Verona, Elizabeth I impôs leis para assegurar a tranquilidade do reinado, e cumprindo à mão-de-ferro o que havia decretado, nesse caso, a perseguição àqueles que transtornassem a paz.

### **3. AS RELAÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS EM ROMEU E JULIETA DE WILLIAM SHAKESPEARE**

As relações público-privadas são amplamente discutidas dentro da historiografia, sendo um objeto de estudo importante para compreender as sociedades, e o modo de convívio humano através dos séculos. Haja vista que a separação entre a vida pública e a vida privada deve ser realizada, buscamos aqui compreender quais são os limites dessas, na obra *Romeu e Julieta* (2019). A longa inimizade entre as duas famílias é o plano de fundo da peça, a razão do desentendimento não é descrita para que os leitores não tomem partido, no entanto, as consequências de tal inimizade são fatais. Sendo o desentendimento de ambas as famílias um problema privado, este em nada deveria interferir no modo de vida popular, contudo, o desentendimento entre ambas leva a grandes brigas e duelos públicos, ocorridos sobre as ruas de Verona. Sendo necessária a intervenção do poder público, representado pelo Príncipe de Verona, Éscalo.

No século XVI, momento em que se passa a obra, a figura do príncipe é tida como uma representação de Deus, nesse período o direito divino dos reis não é questionado. A este cabe governar e controlar os ânimos da população, se necessário. Frente ao problema apresentado pelas desavenças entre Montéquios e Capuletos, o príncipe, como representante de Deus e governante da cidade, é obrigado intervir, ainda que ocupe uma posição neutra, não designando certos ou errados, “Escalus, as Prince of Verona, occupies a superior and neutral position” (LEVIN, 1960, p.7). Além da preocupação com o controle das cidades, o governante, deveria ocupar-se da salvação de almas para Deus, ou seja, o príncipe Éscalo, em sua posição deve acalmar a situação social e impedir que, a partir dessa briga, haja meios de condenação das almas. De forma que:

Por sua própria piedade ele [o príncipe] assegurava a salvação de seus súditos; se acontecia de ele pecar, estes eram imediatamente atormentados pela cólera do céu; cabia-lhe também, pessoa pública, lançar continuamente para Deus a prece pública (DUBY, 2009, p. 547)

Georges Duby em sua obra *História da vida privada: da Europa feudal à renascença 2* (2009), aborda as relações privadas, afirmando que: “A vida privada é, portanto, vida de família, não individual, mas de convívio, e fundada na confiança mútua” (DUBY, 2009, p. 22). Ou seja, esta deve ocorrer escondida do resto do mundo. Ainda que as relações privadas englobem círculos familiares, estes não são exclusividade, pois tudo o que acontece na casa do *pater familias* deve ser preservado do conhecimento popular. Se ambas as famílias são não nobres, mas abastadas e “iguais em dignidade” (SHAKESPEARE, 2019, p.65), possuem o mesmo valor aos olhos do príncipe, além disso, possuem um núcleo familiar bem marcado e diverso, observa-se que os laços entre tios, sobrinhos e primos é muito presente, algo comum à época, conforme afirmado por Georges Duby,

Nos meios abastados — abastados e não apenas aristocráticos — e sobretudo na cidade, o sentimento do privado transborda da família para a parentela. Essa convivência particular, reforçada de afeição, manifesta-se mais vigorosamente em relação ao núcleo dos irmãos, dos primos-irmãos (*fratelli germani*), dos tios, dos sobrinhos, em companhia dos quais frequentemente transcorreu, em um mesmo lar ampliado, uma parte da infância (DUBY, 2009, p. 242).

A fraternidade ali compartilhada é de âmbito privado, mas conforme as brigas ocorrem no meio público, os parentes e até mesmo os servos, parecem formar um exército que busca, cada qual, defender a casa a qual pertence.

O conceito de público é abordado de forma a demonstrar que a vida pública é algo que está à disposição ou pertence a todos, num conceito reafirmado por DUBY:

Diz-se público o que é comum, para o uso de todos, o que, não constituindo objeto de apropriação particular, está aberto, distribuído, resultando a derivação no substantivo o público, que designa o conjunto daqueles que se beneficiam dessa abertura e dessa distribuição. Muito naturalmente, o deslocamento do sentido prossegue: é dito público o ostensivo, o manifesto. Assim, o termo vem opor-se, de um lado, a próprio (o que pertence a tal ou qual), do outro, a oculto, secreto, reservado (o que é subtraído). (DUBY, 2009, p. 17).

Além disso, tanto na esferas pública quanto na privada, apresenta-se o conceito de poder, que diferencia-se em ambos os casos, logo o poder na esfera pública, compreende-se como algo concedido ao governante pelo povo, é apenas uma concessão: “Aquele que se chama *publicus* é o agente do poder soberano, a *persona publica*, aquela que tem o encargo de agir em nome do povo para defender os direitos da comunidade” (DUBY, 2009, p. 18), à esfera da vida privada compreende-se que o poder é exercido em espaço privado, ou seja, realizado na intimidade familiar, em casa, ou ambiente íntimo, onde o poder privado é exercido pela figura detentora do poder pater famílias:

Ao passo que a *res privata* encontra-se por contraste posta in *commercio* e in *patrimônio*, isto é, na dependência de um poder diferente, o do pater famílias, principalmente exercido no quadro fechado, voltado sobre si mesmo, da *domus*, da casa (DUBY, 2009, p. 18).

O poder público, supracitado é dado do povo ao governante, assim a figura do governante é responsável por agir em favor da coletividade. Em contrapartida as relações familiares de Montéquios e Capuletos são privadas, mas extrapolam esse limite, Romeu e Julieta não o fazem. A relação romântica entre os dois é totalmente privada, sendo até mesmo um segredo, sendo que: “A cena da varanda marca o início da história de amor privada entre eles” (PRUSKO, 2016, p. 122, tradução nossa)<sup>1</sup>. O amor vivido pelos protagonistas é de caráter puramente

---

<sup>1</sup> Original: “The balcony scene marks the beginning of their private love story” (PRUSKO, 2016, p. 122).

privado, contudo, a desavença entre as famílias adquire um teor público e demanda interferência do poder público. Em um primeiro momento, o Príncipe faz uma intervenção no início de um duelo, entre os Montéquios e os Capuletos. Reaparecendo em cena, após a morte de Mercúcio, assassinado por Teobaldo e a morte de Teobaldo empreendida por Romeu. Por fim, na última aparição do Príncipe, após a morte do Conde Páris, de Romeu e de Julieta, este intervém para restaurar a ordem, compreender o ocorrido e assim fazer justiça, o que se demonstra em sua fala: “A alguns perdoarei, e alguns serão punidos...” (SHAKESPEARE, 2019, p. 188).

Além dos pontos mencionados um dos maiores problemas da relação público-privado dá-se no casamento dos protagonistas, tanto na Inglaterra Elisabetana como na bela Verona da época, o casamento era uma das instituições mais importantes, de modo que quando este acontece as pessoas costumam dar grandes festas em celebração. Entretanto, Romeu e Julieta contraem matrimônio de forma secreta, não é possível tornar essa celebração pública. Acresce-se que os casamentos costumavam contar com diversas testemunhas, o que não é apresentado, uma vez que é realizado apenas com a presença dos nubentes e do celebrante, Frei Lourenço. Devido ao incomum acontecimento o frei chega a implorar a benção dos céus, “que o céu aprove nosso santo plano: não nos puna o futuro com desgraças” (SHAKESPEARE, 2019, p. 118). As celebrações devocionais costumam ser públicas, ao passo que, o casamento de Romeu e Julieta, vai na contramão dessa ideia, sendo um segredo e portanto, privado.

Ainda na contramão de seu tempo, observa-se uma dama, Julieta, que ao invés de casar-se com aquele que seu pai lhe designou, no caso, o conde Páris, escolhe seu próprio marido, Romeu. Ao final do século XVI o casamento era uma instituição essencialmente política, o próprio rei Henrique VIII, antecessor de Elizabeth I, casou-se com Ana de Cleves, princesa alemã, sem conhecê-la. Portanto, as relações românticas não eram comuns, de modo que o amor dava lugar à necessidade, sobretudo à necessidade de sobrevivência e da conquista de posições.

Até mesmo na configuração arquitetônica da casa dos Capuletos é possível observar uma distinção entre o público e o privado. Embora a casa em si, seja descrita como um ambiente considerado privado, por conta da intimidade familiar ali vivida, o salão principal é o local destinado a contatos sociais, como bailes e recepções, em contrapartida os quartos, exemplificado no quarto de Julieta, demonstra o espaço privado, dentro de outro espaço considerado privado. As coisas ocorridas no quarto de Julieta, suas conversas com Romeu e a ama, sua primeira e única noite com Romeu, explicitam a privacidade do cômodo. Na hierarquia da privacidade o quarto ocupa a primeira posição.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Montéquios e Capuletos são, sem dúvida, duas instituições privadas, iguais em fortuna e em dignidade, que fazem da cidade de Verona palco de disputas e duelos, sendo a inimizade e suas razões elementos do privado e assuntos que dizem respeito à própria vida familiar. Na visão de Littré “a vida privada deve ser murada” (DUBY apud LITTRÉ, 2009), portanto, é inegável que Montéquios e Capuletos, fazem dos muros da cidade de Verona, sua própria casa. Outrossim, a figura do Príncipe, que deveria ordenar a cidade, mostra-se falha, de forma que, Éscalo, é um governante de muitas palavras, mas poucas ações, de modo que, em geral suas ameaças mostram-se vazias.

À vista disso, o conflito que deveria ser um problema de âmbito privado, estende-se para o espaço público, especificamente às ruas de Verona, perturbando a paz dos cidadãos. A desavença não é de interesse do público, no entanto, o poder público torna-se responsável, visto que, “a mão forte do magistrado pode ser expressamente requisitada por um apelo” (DUBY, 2009, p. 29), embora não haja um apelo formal, pode-se inferir a intimação geral da cidade, que provavelmente não aprovava duelos públicos que perturbavam a paz e o bom funcionamento da vida na cidade de Verona.

Em resumo, se observa que em um aspecto político, Romeu e Julieta (2019) nada mais é que uma história de conflitos e da baixa interferência do Estado em questões privadas. No caso estudado, a falta de ação por parte do poder público, representado na débil figura de Éscalo, culmina na morte de muitos personagens, que poderiam ser evitadas caso houvesse um governo enérgico. Portanto, analisando os aspectos políticos de uma vida pública e privada, a tão conhecida peça, é uma tragédia, não somente amorosa, mas a tragédia de um governante, que pouco faz para impedir a morte de seu povo, de seus súditos.

Se para George DUBY o pecado de um rei possui consequências que recaem sobre seu povo, é inegável que o pecado de Éscalo recaiu sobre a bela Verona, bem como o pecado dos *pater familias*, que poucas atitudes tomam frente aos duelos dos mais jovens. Em suma, o pecado dessas pessoas resulta na morte de seus parentes e amigos, cinco mortes banharam o chão de Verona, para que, por fim, o céu se apaziguasse e o pecado do príncipe fosse perdoado.

Ademais, as relações entre público e privado na tragédia de Shakespeare parecem se apresentar de maneira espelhada. Aquilo que deveria se dar no âmbito privado, como as brigas e os desentendimentos entre Montéquios e Capuletos, ocorrem em meio público e de maneira espalhafatosa, todavia os elementos e as cerimônias de caráter público, acontecem em âmbito intimamente privado, como é o caso do casamento de Romeu e Julieta. Há, sem dúvidas, uma inversão do padrão apresentado à época, uma distorção de eventos e valores, os quais podem ser observados também na forma como a ama de Julieta se dirige a ela

e a Romeu, não existindo uma formalidade entre ambos, a peça possui, claramente alguns elementos espelhados.

### **REFERÊNCIAS**

BURCKHARDT, Jacob. A cultura do Renascimento na Itália. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHARTIER, Roger. História da Vida Privada: da Europa feudal à Renascença. Coleção História da vida privada, vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DUBY, Georges. História da Vida Privada: da Renascença ao século das luzes. Coleção História da vida privada, vol.2. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LAKATOS, Eva. M.; Marconi, Marina. A metodologia do trabalho científico. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.

LEVIN, Harry. Form and Formality in Romeo and Juliet. Shakespeare Quarterly, vol. 11, n.1, 1960, pp. 3-11.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

PRUSKO, Rachel. Youth and Privacy in Romeo and Juliet. Early Theatre, vol.19, n.1, 2016, pp. 113-36.

Shakespeare Birthplace Trust. Shakespeare Biography. Disponível em: <<https://www.shakespeare.org.uk/>>. Acesso em: 08 de mai. de 2023.

SHAKESPEARE, William. Romeu e Julieta. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

---

**CIDADE AMIGA DA PESSOA IDOSA: espaço territorial urbano  
como estratégia para o envelhecimento ativo**

Iago Rodrigues Oliveira  
Graduando em Arquitetura e Urbanismo – UNIFRAN  
iagorodriguesoliveira10@gmail.com

Danilo Cândido Bulgo  
Fisioterapeuta, Doutor e mestre em Promoção de Saúde – UNIFRAN  
danilo.bulgo@unifran.edu.br

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil vem transformando o seu perfil demográfico desde o século passado, visto que antes existia uma sociedade com um grande quantitativo de moradores nas zonas rurais, famílias numerosas e elevados riscos de mortalidade na primeira infância por falta de disseminações de práticas sobre promoção e proteção da saúde. A partir da década de 70, o país começou a remodelar o panorama social, aumentando o êxodo rural, estruturas familiares com menos membros e maior preocupação com a saúde (MIRANDA, MENDES, SILVA; 2016).<sup>2</sup>

Nesse sentido, a transição demográfica se destaca por ser a associação de dois fatores basais: a redução das taxas de mortalidade e, posteriormente, com a queda das taxas de natalidade, provoca significativas alterações na estrutura etária de uma determinada população (VASCONCELOS, GOMES; 2012).

Desse modo, com tais alterações, surge o envelhecimento humano que é considerado uma etapa complexa, caracterizada como sendo uma ação espontânea, inerente e irreversível aos seres vivos, e quando atinge a vida humana, tal processo se destaca pela influência de aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais (GANDRA, 2012).

No cenário nacional é considerada uma pessoa idosa, aquela que possui 60 anos ou mais, independente do gênero, classe social e/ou outros fatores (BRASIL, 2003).

Com as transformações sociais, o grupo populacional geriátrico cresce de maneira exponencial, trazendo consigo novos desafios e ações que demandam atitudes intersetoriais multidimensionais para corroborar de modo

---

<sup>2</sup>O processo de migração de pessoas da zona rural para a urbana, ou seja, a saída de moradores do campo com destino às grandes cidades é conhecida como êxodo rural.

significativo a vida desses indivíduos, assim Debert (2020) conceitua que os hábitos de vida, fatores genéticos e vicissitudes do sujeito podem causar interferência nos mais variados pilares que envolvem a pessoa idosa.

Nesse contexto, é importante viabilizar uma visão ampliada para compreender o indivíduo que envelhece em sua totalidade, assim, Minayo e Coimbra (2011, p. 14) enfatizam que "o envelhecimento não é um processo homogêneo, ou seja, cada pessoa vivencia essa fase da vida de uma maneira, considerando sua história particular e todos os aspectos estruturais (classe, gênero e etnia) a eles relacionados, como saúde, educação, espaços sociais e condições econômicas".

Nessa perspectiva, os espaços urbanos se tornam fundamentais para fomentar de modo positivo a participação efetiva do idoso nos mais variados cenários que abarcam a contemporaneidade. Assim, uma cidade ou comunidade amiga da pessoa idosa, se destaca por ser ambientes que adaptam seus serviços e estruturas físicas para ser mais inclusivo e integrativo às múltiplas demandas e necessidades da população que envelhece com o objetivo de melhorar sua qualidade de vida, pertencimento e participação social, bem-estar, autonomia e independência. Ademais, tais cidades visam o incentivo para o envelhecimento ativo e saudável, otimizando recursos para aprimorar e elevar a saúde, a segurança e a inclusão desses indivíduos na comunidade de maneira efetiva e integral (OPAS, 2022).

Ainda nesse sentido, ambientes geriátricos saudáveis devem ser pautados na transformação urbana que visem remover barreiras, estabelecer e regulamentar normas de acessibilidade e garantir meios de ir e vir em estruturas físicas, no transporte e nos espaços sociais comuns. Além disso, deve-se considerar o planejamento urbano e as decisões de utilização da terra, e seu impacto sobre a segurança e a mobilidade do público idoso (OLIVEIRA; MARTINS, 2019).

Vale destacar que a percepção de envelhecer no contexto atual é fazer com que o indivíduo seja o mais ativo possível, onde segundo a ótica da Organização Mundial de Saúde (OMS) (2008, p.10):

O envelhecimento ativo é o processo de otimização de oportunidades para saúde, participação e segurança, para melhorar a qualidade de vida das pessoas à medida que envelhecem. Em uma cidade amiga da pessoa idosa, políticas, serviços, ambientes e estruturas dão apoio e capacitam as pessoas a envelhecer ativamente ao: reconhecer a ampla gama de capacidades e recursos entre os idosos; prever e responder, de maneira flexível, às necessidades e preferências relacionadas ao envelhecimento; respeitar as decisões dos idosos e o estilo de vida que escolheram; proteger aqueles que são mais vulneráveis; e promover a sua inclusão e contribuição a todas as áreas da vida comunitária.

Conceituando tal definição, o envelhecimento ativo vai depender de vários aspectos, influências ou determinantes que auxiliam os grupos populacionais, incluindo condições materiais e fatores sociais que afetam tipos individuais de comportamento e sentimento. Todos esses fatores, individualmente e/ou combinados uns aos outros, exercem papel importante sobre o processo de envelhecer na vida de cada indivíduo. Muitos aspectos do ambiente urbano e dos serviços, refletem esses determinantes e fazem parte das características de uma cidade amiga do idoso (OMS, 2008).

Pensando nessa abordagem de cidade amiga do idoso, é necessário o fomento de políticas públicas, participação popular e mecanismos gerais que corroborem com a mobilização dos municípios para que promovam, de modo amplo e seguro, estratégias para que indivíduos com sessenta anos ou mais continuem sendo ativos, participativos e protagonistas nos mais variados pilares sociais, incluindo mobilização geral no que concerne a adaptação arquitetônica e de serviços, com o intuito de preconizar acessibilidade e inclusão (MARTINS, 2015).

Consoante ao exposto, o objetivo do presente estudo é verificar, por meio de uma revisão documental aspectos acerca da morfologia urbana e como cidades amigas das pessoas idosas podem auxiliar no envelhecimento ativo e saudável no cenário contemporâneo.

## **2. APLICAÇÕES PARA O ENVELHECIMENTO ATIVO NAS CIDADES NA ERA CONTEMPORÂNEA**

Apesar dos avanços advindos da tecnologia digital, da urbanização e das práticas promotoras da saúde, a população idosa ainda pertence à um grupo vulnerável, onde existem dificuldades para a realização de meios para sua mobilidade, pois se deparam com calçadas irregulares, com buracos, degraus desnivelados, bloqueios físicos, falta de calçamentos, transporte coletivo inadequados e sem acessibilidade, falta de sinalização e travessias adequadas, dentre outros fatores que exigem necessidade de planejamento urbano adequado nos territórios (FERNANDES, 2000).

A OMS (2012) define que o envelhecimento humano no cenário contemporâneo, imerge um manejo de otimizar as oportunidades de saúde, participação na sociedade e de segurança, a fim de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas vão avançando em sua faixa etária. O grande progresso da ciência permitiu uma evolução ampla nos pilares sociais, exigindo que esta fosse se ajustando frente às evoluções advindas da essência da promoção da saúde e prevenção aos agravos desta.

Pensando nisso, a própria organização designou em 2008 a estratégia denominada “Cidade Amiga do Idoso” que visa em sua essência, estimular municípios em atuar em prol do envelhecimento ativo, otimizando oportunidades que atendam as demandas biopsicossociais de quem envelhece, com o objetivo de aumentar a QV no processo de envelhecimento, levando em conta as diferentes necessidades e capacidades da pessoa idosa (PORTO *et al.*, 2018).

Assim, na contemporaneidade, corroborando com as ações territoriais, em consonância com os princípios de cidades saudáveis, a Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, lançou o documento denominado de “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) e 169 metas que compõe a Agenda Universal, visando a estimulação de ações para os próximos 15 anos em áreas de grande relevância para a humanidade e para o planeta. Nesta agenda estão previstas ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros para todos, incluindo a população idosa (BRASIL, 2015).

Tais estratégias auxiliam na minimização das barreiras sociais, bem como, auxiliam no envelhecimento ativo ao promover um ambiente urbano mais acessível e inclusivo para pessoas idosas, permitindo participação ativa nos espaços urbanos. Os ambientes onde o idoso reside e convive, portanto, devem ser adaptados às suas necessidades, no intuito de garantir que tenham uma vida saudável e independente (PORTO; REZENDE, 2016).

### **2.1. Estratégias para promoção da acessibilidade e inclusão**

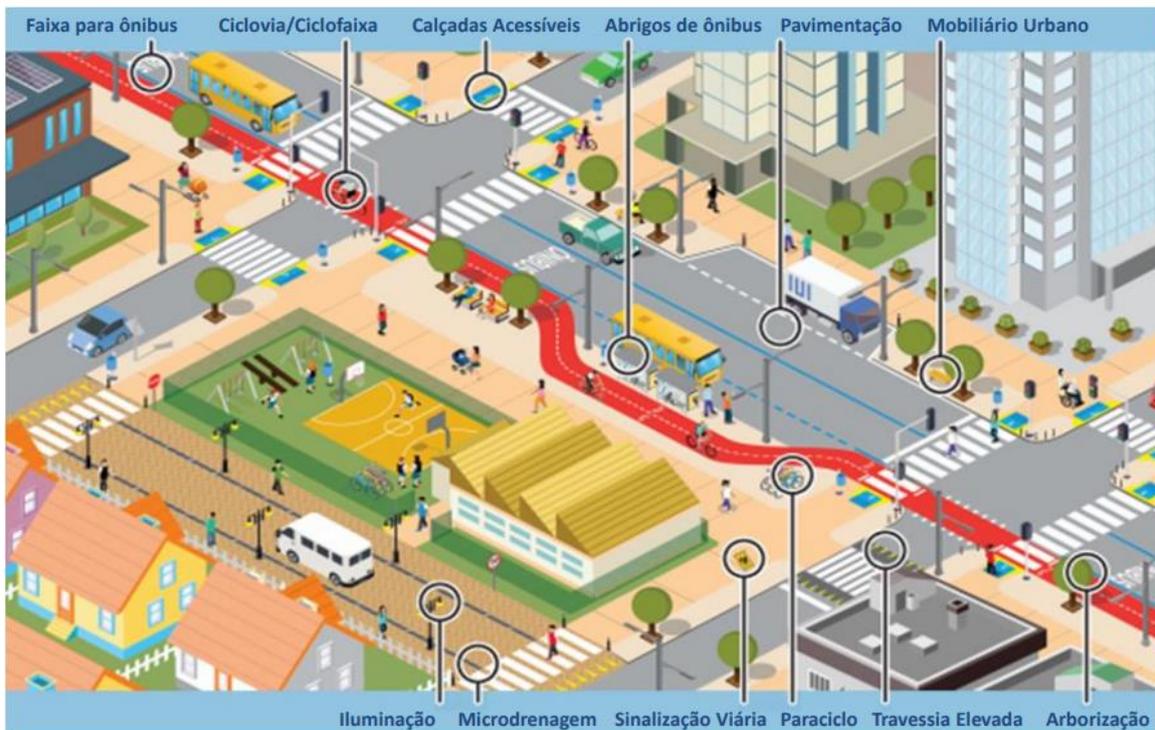
Medidas para melhorar o tráfego de transportes, exija-se especial atenção às crianças, aos jovens, aos idosos e às pessoas com deficiência (GEHL, 2010), sendo esse um dos motivos do surgimento da Norma Brasileira Regulamentadora 9050, cujo em sua essência trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, que teve como base a Lei Federal nº 10.741/03, Estatuto do Idoso, sendo a NBR 9050 referência para o desenvolvimento da acessibilidade.

O autor ainda prediz em seus estudos que com o aumento de carros, motos e outros transportes urbanos, os pedestres foram sendo

inseridos, primeiro, contra as fachadas dos prédios e, depois, apertados em calçadas cada vez menores, sendo estas em sua maioria inaceitáveis e sem condições de atender diversos grupos populacionais.

Nesse sentido, pensando em ações e fomentos de políticas públicas, o “Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana”, traz em sua estruturação os benefícios do aperfeiçoamento da mobilidade urbana nos territórios brasileiros. A regularidade das calçadas, portanto, é de notável valor para a população urbana, influenciando diretamente na qualidade de vida de todos. Com destaque àqueles que possuem mobilidade reduzida. Um idoso com dificuldades de locomoção ou um cadeirante, por exemplo, estarão suscetíveis a maiores vicissitudes, como sofrer quedas e até mesmo não conseguir transitar em calçadas irregulares.

**Figura 1: Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana**



Fonte: Brasil (2018).

Outra demanda importante advém do artigo 15 do Decreto nº 5.296/2004, regulando a Lei nº 10.098/2000 – que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e determina que na construção ou adaptação de calçadas, rebaixamentos com rampas e instalação de piso tátil direcional e de alerta deverão ser cumpridas as exigências dispostas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

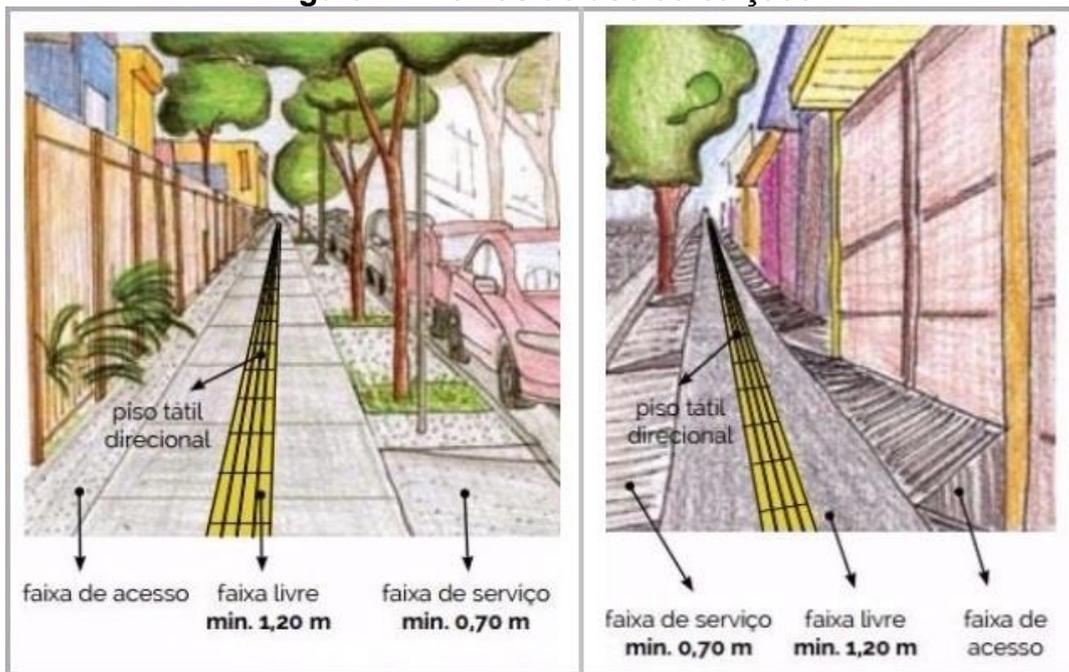
Dentre essas normas, destaque-se a ABNT NBR 16537/2016 (sobre acessibilidade com a sinalização piso tátil; muito importante na mobilidade do deficiente visual) e a ABNT NBR 9050/2015 que retrata a acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Os múltiplos fatores relativos ao rápido envelhecimento da população causam impacto socioeconômico e demográfico, em particular aqueles que resultam da redução da taxa de crescimento populacional e das transformações na estrutura etária, ampliando, dessa maneira, o quantitativo de pessoas idosas e produzindo demandas sociais que requerem respostas políticas adequadas (KÜCHEMANN, 2012).

Acerca da acessibilidade arquitetônica, em um panorama geral, visa promover ações pautadas na compreensão de que o ambiente possui forte influência sobre o bem-estar das pessoas idosas, suas emoções e capacidades, pois com o envelhecimento é uma tendência que esses indivíduos criem elos com a comunidade e o espaço onde vivem, ao passo que suas maneiras de interação com o local vão reduzindo sua intensidade, consoante aos declínios deletérios do processo de envelhecer.

Os ambientes onde as pessoas idosas residem e convivem, portanto, devem ser adaptados às suas necessidades, no intuito de garantir que eles tenham uma vida saudável e independente promovendo trocas intergeracionais (PORTO; REZENDE, 2016).

**Figura 2 – Faixas de uso da calçada**

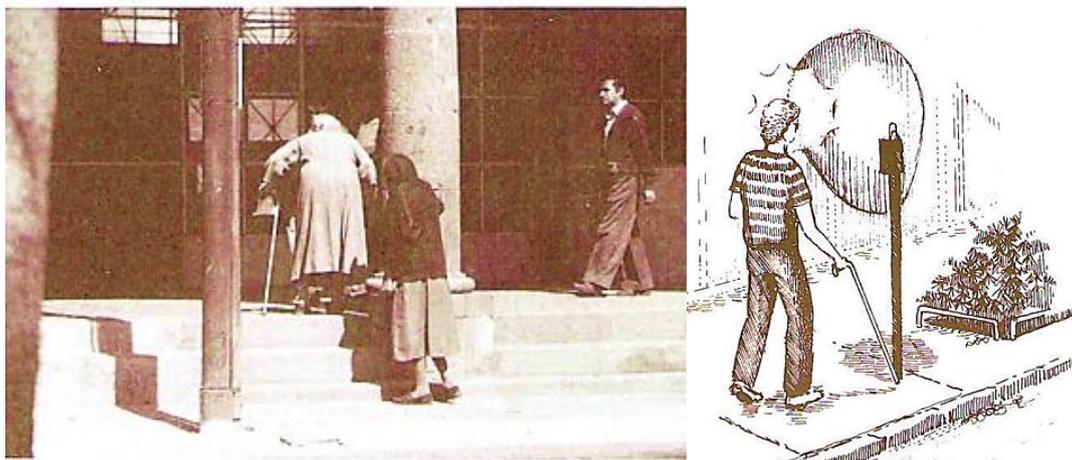


Fonte: (GABRIELLI, 2017)

Quanto mais uma cidade evolui, maiores são os problemas nela encontrados, gerando reflexões relativas à integralidade no acesso à saúde. Por exemplo, a violência ocorrida no trânsito urbano, seja por desrespeito às normas de sinalização e segurança, pela má iluminação, conservação ou sinalização das vias, ou ainda por conflitos advindos entre os usuários (motoristas, motociclistas e pedestres), entre outros fatores, traz uma reflexão sobre as consequências para a saúde de um processo de urbanização não planejado, impactando de modo direto a pessoa idosa (SANTOS; ANDRADE; MARTINS, 2017).

Ademais, a literatura destaca três princípios básicos de satisfação do usuário, sendo eles: visual, funcional e comportamental (LERUP, 1972).

**Figura 3 – Barreiras urbanas**



Fonte: DEL RIO (1999)

Tendo em vista o envelhecimento ativo, saudável e a crescente urbanização, o “Guia Global da Cidade Amiga do Idoso” aponta em suas diretrizes a classificação de uma cidade ou região como sendo amiga/e ou não da pessoa idosa, visando o que pode ser melhorado dentro de oito tópicos gerais, sendo eles: espaços abertos e prédios; transporte; moradia; participação social; respeito e inclusão social; participação cívica e emprego; comunicação e informação e apoio comunitário e serviços de saúde (OMS, 2008).

Pensando dessa maneira, são necessárias ações que enfatizem a avaliação e inserção de políticas públicas que possam auxiliar de modo amplo a população idosa nos territórios. É importante considerar que em uma cidade amiga da pessoa idosa, deve-se:

- I. “Estabelecer políticas e programas que ampliem as opções de habitação para adultos maiores e auxiliem com adaptações no domicílio que permitam aos adultos maiores envelhecerem em um local adequado;
- II. Introduzir medidas para garantir que os adultos maiores sejam protegidos contra a pobreza, por exemplo, por meio de esquemas de proteção social;
- III. Fornecer oportunidades de participação social e de desempenhar papéis sociais significativos, visando especificamente os processos que marginalizam e isolam os adultos maiores;
- IV. Remover barreiras, estabelecer normas de acessibilidade e garantir a conformidade em edifícios, transporte e tecnologias de informação e comunicação;
- V. Considerar o planejamento urbano e as decisões de utilização da terra e seu impacto sobre a segurança e a mobilidade das pessoas maiores;
- VI. Promover a diversidade da idade e inclusão em ambientes ocupacionais” (OMS, 2015, p.22).

Frente aos aspectos gerais advindos da década do envelhecimento e nas cidades amiga da pessoa idosa, surge no cenário nacional a “Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa” (EBAPI) institucionalizada no dia 20 de janeiro de 2021 foi publicado o Decreto nº 10.604, que altera o Decreto nº 9.921, de 18 de julho de 2019, sendo estruturada por meio de uma pluralidade de aspectos com o objetivo de promover a integração de políticas públicas formuladas no âmbito federal e a intersectorialidade orientadora da ação local, estadual e municipal. O foco basal é acerca da pessoa idosa inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e, complementarmente, toda a população idosa (BRASIL, 2019)

A EBAPI se destina a incentivar as comunidades e as cidades a promoverem ações de caráter intersectorial e interinstitucional para a efetivação da PNPI de modo a garantir o envelhecimento ativo, saudável e sustentável deste grupo populacional. Os municípios que fizerem a adesão à EBAPI, assumem o compromisso de subsidiar o direito das pessoas idosas e de desenvolver ações voltadas aos indivíduos com sessenta anos ou mais. As melhores experiências de implementação, nos campos: ambiente físico; transporte e mobilidade urbana; moradia; participação; respeito e inclusão social e comunicação e informação; oportunidades de aprendizagem e apoio, saúde e cuidado (DE OLIVEIRA REIS *et al.*, 2020).

Os municípios participantes da Estratégia, são reconhecidos de modo público e por meio selos e certificados, fazendo jus aos cumprimentos

dos pré-requisitos estabelecidos que são reconhecidos pelo governo federal, sendo as etapas: adesão, pleno, bronze, prata e ouro, que atestam a eficiência e a eficácia das políticas oferecidas às pessoas que envelhecem nos territórios.

**Figura 4: Certificação e selos da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (2019)**



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos

Conceituando os selos e demandas da Estratégia, pensando no envelhecimento humano no território brasileiro, existem uma diversidade de nuances e desafios a serem explorados, visto que para as pessoas envelhecerem com qualidade e plena capacidade funcional, autonomia e independência, a EBAPI ressalta a relevância do avanço dentro das etapas propostas, pela certificação e cumprimento das fases referentes a aquisição dos selos, pois evidencia a superação de desafios territoriais que pode intensificar a diminuição das inequidade sofridas, desencadeando assim, uma sociedade, ambientes e cumprimento de respaldos políticos mais amigáveis, que permitam que as pessoas idosas realizem suas atividades cotidianas, mesmo com o avanço da idade (BRASIL, 2019).

## **2.2. Espaços Abertos, Caminhabilidade e Academias ao Ar Livre**

É alto o preço da perda de atividade física como parte da rotina diária: a diminuição da qualidade de vida, um dramático aumento nos custos de saúde e uma menor expectativa de vida. (GEHL, 2010). Por isso, ter espaços abertos e convidativos onde as atividades físicas e de lazer possam ser feitas, pois são essenciais para a saúde e bem-estar das pessoas idosas, e as cidades podem trabalhar na promoção dessas atividades através de iniciativas como a construção de parques e espaços públicos adequados para atividades

físicas e de lazer, bem como a organização de programas de atividades específicos para pessoas idosas.

Diante disso, Gehl (2013), propõe uma reflexão sobre esses espaços, com finalidade de ter os exercícios físicos como parte natural da vida diária:

“Em face dos novos e velhos desafios, um importante aspecto da política de saúde, como um todo, está bem à mão. Por que não introduzir um convite amplo e bem concebido para as pessoas caminharem e pedalarem, tanto quanto possível em conexão com suas atividades cotidianas? É evidente que os estímulos devem incluir uma infraestrutura física na forma de percursos de qualidade para caminhadas e ciclismo, junto com uma ampla campanha informativa sobre as vantagens e oportunidades de se utilizar a própria energia pessoal para o transporte.”

Dessa forma, a análise da “Morfologia Urbana” está em compreender a lógica da formação, evolução e transformação dos elementos urbanos, e de suas inter-relações, a fim de possibilitar a identificação de formas mais apropriadas, cultural e socialmente, para a intervenção na cidade existente e o desenho de novas áreas (DEL RIO, 1990), vindo a ser essencial para os estudos e modificações de nossas cidades a fim de promover o envelhecimento ativo.

Outro ponto importante na contemporaneidade territorial, são as academias ao ar livre, localizadas em espaços públicos com a finalidade de estimular a prática de atividade física entre os grupos populacionais de maneira gratuita. Tais espaços corroboram para prática de atividade física e do desporto, onde podem auxiliar de maneira positiva na saúde biopsicossocial da população idosa, visto que essas academias incentivam as pessoas a serem mais ativas, contribuindo para a minimização da mortalidade prematura por doenças não transmissíveis e dos custos de saúde. Associando tal pensando, o ODS 3 conceitua em sua essência, assegurar uma vida saudável e promoção do bem-estar para todos, em todas as idades e para ajudar nessa demanda, as academias são construídas de maneira estratégica, em espaços próximos da comunidade local, com a finalidade de incentivar a prática de atividades físicas, redução do sedentarismo, obesidade, busca por elementos que promovam a saúde, aumente a aderência ao lazer, interação social e adoção de um estilo de vida mais ativo. Pensando na saúde pública, essa estratégia de inserir academias públicas. destacam-se por facilitar as práticas corporais e atividades físicas, sendo estas reconhecidas como fator protetor de saúde, corroborando na redução dos riscos à saúde e melhoria dos aspectos que tangem a promoção e prevenção aos agravos em saúde.

Frente ao rápido avanço advindo do contexto que abarca o envelhecimento humano no cenário contemporâneo, surgem demandas que priorizam o atendimento e uma visão multidimensional relacionadas à pessoa que envelhece, além de subsídios para sua saúde, segurança, integração e participação social, cultura, lazer, educação, alimentação, renda justa e outros aspectos fundamentais para vida, especialmente para atender as especificidades de cada contexto e realidade deste grupo populacional (PAPALEO NETTO, 2013).

Desse modo, as políticas públicas se destacam por serem fundamentais para compreender, planejar e executar ações que visem garantir direitos e respaldos mais equitativos acerca da realidade da pessoa idosa inseridos em uma sociedade dinâmica e contemporânea, corroborando para territórios que proporcionem a este grupo populacional a manutenção da autonomia, independência e promoção do senso de justiça, no que tange o aumento da qualidade de vida.

Ao se pensar no território, é notório que o Brasil possua uma gama de estratégias, programas e políticas públicas que priorizem o envelhecimento humano, assim, dentre o rol de ações existentes, deve-se manter a essência do envelhecimento ativo preconizado pela OMS e abarca múltiplas estratégias intersetoriais voltadas à proteção, educação continuada, saúde e participação social, sendo uma importante contribuição em direção a uma sociedade mais justa para todas as idades, com a finalidade de valorizar a pessoa idosa, pautando à garantia e à defesa dos seus direitos (BRASIL, 2019).

Nessa visão, as políticas públicas, a compreensão da relação entre o envelhecimento populacional, as transformações ocorridas nos paradigmas sociais, e conseqüentemente, as formulações de estratégias geriátricas, devem ser adaptadas às especificidades dos municípios. De modo geral, o ambiente pode ser facilitador ou uma barreira, tendo grande influência sobre o bem-estar das pessoas, suas emoções e acessibilidade. Isto é, os vínculos territoriais e os modos de interação social estão intrínsecos com o envelhecimento ativo (QUADROS *et al.*, 2016).

Ao se garantir o direito à cidade inclusiva, acessível e amiga da pessoa que envelhece, os territórios se tornam capazes de promover comunicação ativa entre os pares, atividades de lazer, saúde pautada nas reais demandas gerontológicas, além do envolvimento comunitário em atividades sociais, que são fundamentais para que qualquer pessoa possa se desenvolver em sociedade. Desse modo, faz-se urgente a garantia de ambientes mais favoráveis, pois poderão ser considerados meios auxiliares de estímulos multifatoriais para o aumento das capacidades funcionais nessa etapa do ciclo vital (GREZELLE, 2022).

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos conceitos supracitados, compreende-se que as estratégias para o envelhecimento ativo devem ser pautadas em diversas esferas, incluindo a multidimensionalidade do desenvolvimento de cidades amigas das pessoas idosas, pois o número de indivíduos com 60 anos ou mais, aumenta seu quantitativo de maneira acelerada, corroborando desse modo, para espaços que viabilizem de modo mais justo e equitativo a busca por territórios saudáveis nessa etapa do ciclo vital.

Ademais, subsídios gerontológicos podem corroborar de modo significativo para os aspectos que envolvem o ser biopsicossocial. Uma cidade estruturada e pensada para as múltiplas necessidades que podem surgir na vida das pessoas idosas tem ambientes comunitários de cunho integrador e acessível que otimizam as oportunidades de acesso à saúde, participação e segurança, fazendo com que o olhar promotor da saúde ganhe ênfase e empodere o indivíduo frente aos aspectos referentes à qualidade de vida, bem-estar, autonomia e dignidade, de modo a garantir um nível de reconhecimento e trocas intergeracionais, incentivando interações harmoniosas entre gerações que ocupam e dividem o mesmo território.

Além dos resultados positivos encontrados, faz-se importante admitir que este estudo, por se tratar de uma investigação bibliográfica de origem secundária, com análise documental, tem limitações intrínsecas que demandam a realização de estudos primários para aprofundar o conhecimento sobre a qualidade dos serviços ofertados, indicadores de oferta e demanda, perfil de utilização, entre outros, que, junto aos atuais resultados, atenderão à necessidade constante de disseminar e criar meios que promovam a saúde dos idosos residentes no município de modo amplo e seguro, consolidando a cidade como espaço de convivência pautado no modelo de crescente percepção de bem-estar no seu entorno territorial.

### **REFERÊNCIAS**

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife, n. 1, p. 79-90, 1999.

AGENDA 2030. (2015). ODS – Objetivos de desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/>>. Acesso em: 06 de março de 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2015. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, v. 3, 2003.

BRASIL. Organização das Nações Unidas: Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (2015). Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil\\_Amigo\\_Pesso\\_Idosa/Agenda2030.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf) Acesso em: 04 mai. 2023.

DE OLIVEIRA, W.A; MARTINS, I. C. Envelhecimento, saúde e direito à cidade: a percepção de idosos quanto a acessibilidade e mobilidade no espaço urbano: uma revisão. Revista Longeviver, 2022.

DE OLIVEIRA REIS, A. et al. Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa em governos locais brasileiros. GIGAPP Estudos Working Papers, v. 7, n. 150-165, p. 411-428, 2020.

DEL RIO, V. Introdução ao Desenho Urbano. São Paulo, Pine, 1990.

DEBERT, G. G. et al. Ageing and social inequalities: the case of Brazil. *Retraite et société*, v. 84, n. 2, p. 97-120, 2020.

FERNANDES, J. C. Urbanismo e envelhecimento: algumas reflexões a partir da cidade de Uberlândia. *Revista Caminhos de Geografia*, v. 1, n. 2, p. 31-49, 2000.

GANDRA, T. K. Inclusão digital na terceira idade: um estudo de usuários sob a perspectiva fenomenológica. 2012.

GEHL, J. Cidades Para Pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GEHL, J., Cidade para pessoas. Tradução: Anita DiMarco. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2014 (cap. 1)

GREZELLE, G. Moradia e idoso: um estudo sobre o lugar de envelhecer, 2022.

JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. Coleção a, São Paulo, WMF Martins Fontes, 2000.

KÜCHEMANN, B. A. Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. *Sociedade e estado*, v. 27, p. 165-180, 2012.

LERUP, L. (1972) "Environmental and Behavioral Congruence as a Measure of Goodness in Public Space: the Case of Stockholm", in *Ekistics* n~ 204, Atenas, novembro.

LYNCH, K. A Imagem da Cidade, Martins Fontes, São Paulo, 1981.

MARTINS, A. R. S. A intersectorialidade das políticas de saúde e de assistência social no sistema de atenção domiciliar em Franca/SP. 2015.

MINAYO, M. C. D. S.; COIMBRA, C. E. A. J. Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

MIRANDA, G. M. D; MENDES, A. D. C. G; SILVA, A.L., A. L. A. D. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. Revista brasileira de geriatria e gerontologia, v. 19, p. 507-519, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Guia global cidade amiga do idoso. Biblioteca da OMS – Suíça, 2008. Disponível em:  
[https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/Brasil\\_Amigo\\_Pessoa\\_Idosa/publicacao/guia-global-oms.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/Brasil_Amigo_Pessoa_Idosa/publicacao/guia-global-oms.pdf)

Acesso em: 02 de fev. 2023

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Cidades e Comunidades amigas das pessoas idosas - OPAS/OMS|. Paho.org. Disponível em:  
<https://www.paho.org/pt/topicos/cidades-e-comunidades-amigas-das-pessoas-idosas> Acesso em: 2 mai. 2023.

PAPALÉO NETTO, M. Estudo da Velhice. Tratado de geriatria e gerontologia, v. 4, 2013.

PORTO, C. F.; REZENDE, E. J. C. terceira idade, design universal e aging-in-place. rio de janeiro, v. 24, n. 1, p. 152-168, 2016

PORTO, C. F.; REZENDE, E. J. C. O guia global da cidade amiga do idoso: sustentabilidade e contribuições do design. CHAPON CADERNOS DE DESIGN/CENTRO DE ARTES/UFPEL, v. 1, n. 1, 2018.

QUADROS, C. et al. Mobilidade Urbana em Rio Grande/RS: uma visão interdisciplinar. SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO, NA PESQUISA E NA EXTENSÃO-REGIÃO SUL, p. 759-768, 2016.

SANTOS, F. H.; ANDRADE, V. M. BUENO, O. F. A. Envelhecimento: um processo multifatorial. Psicologia em Estudo. Maringá, v. 14, n. 1, p. 3-10, jan./mar. 2014.

VASCONCELOS, A. M. N; GOMES, M. M. F. Transição demográfica: a experiência brasileira. Epidemiol Serv Saúde 2012;21(4):539-48.

## **HISTÓRIA E REPRESSÃO: os discursos presidenciais de Costa e Silva e a construção de sentido sobre a criação das comunidades de Informação e Segurança**

Rafiza Gabriela Sousa Rosa<sup>3</sup>  
Graduanda em História - UNESP  
rafiza.rosa@unesp.br

Márcia Pereira da Silva  
Doutora em História - UNESP  
marcia.pereira@unesp.br

### **1. INTRODUÇÃO**

O golpe militar brasileiro de 31 de março 1964 inaugurou um período de autoritarismo protagonizado pelas Forças Armadas. Para a construção da composição da imagem pretendida pelos militares de seu governo, a ditadura militar brasileira articulou-se em torno de estratégias para construção de legitimidade de suas ações governamentais (REZENDE, 2013). O regime militar brasileiro foi construído em torno da falsa promessa democrática, ou seja, para não se assemelhar claramente com uma ditadura. Dito isso, o alicerce da imagem do período iniciado em 1964 baseou-se na legitimação, no convencimento de que sua forma de governar era necessária para manutenção de uma futura democracia, ao bem popular e à governança segundo os valores do povo.

No cerne dessa articulação estratégica estava a aspiração pela harmonia popular, ou seja, por uma postura civil única, favorável à não contestação e à disciplina política da população, como mostra Maria Rezende (2013, p.39):

Os valores de preservação da família, da escola, da harmonia no trabalho, da prosperidade, da obediência às normas políticas e jurídicas que se estabeleciam, eram apontados pelo regime como garantidores de uma suposta ordem democrática e da suposta forma de sociedade que estaria sendo criada.

Esse propósito presume a extirpação daquele que é diferente do harmônico, do que causa conflito, do subversivo. A repressão no período foi, portanto, ao subversivo. Explica-se: se os comportamentos que eram favoráveis à operação do regime fossem objeto de contestação, essa contestação se tornava alvo da ação disciplinar do aparato repressivo organizado pelas Forças Armadas.

Foi compreendido nesse projeto, amparado da bibliografia, que o período da ditadura militar brasileira não contou com homogênea ação repressiva. Esse fato é observável colocando em comparação o início do golpe com seu

---

<sup>3</sup> Bolsista PIBIC/CNPq.

processo de “distensão”, já no final do regime. Isso se explica através da análise do aparato repressivo, das comunidades e Informação e Segurança.

As comunidades de Informação e Segurança foram parte essencial da estrutura repressiva da ditadura militar. Estavam interligadas de maneira a se apoiarem, rumo às tentativas de coibir a subversão contra o golpe. Classifica-se enquanto comunidade de informação os oficiais, agências e escolas que treinavam pessoal para espionagem e produzia ‘informações’, apostilas com manuais investigativos e levantamento de dados em favor do governo ditatorial. Já a comunidade de segurança definia-se como todo sistema construído para enfrentar e coibir as organizações de esquerda e contra o golpe, os já citados subversivos (FICO, 2001).

Toda a estrutura repressiva do golpe foi fundada com base na Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra, que permitiu ao regime delimitar seus inimigos, nesse caso, os civis que agiam “contra a ditadura” através do ataque direto ou do ataque a seus valores. É importante pontuar que as doutrinas do regime, apesar de importantes norteadoras, eram também submissas aos mandos e desmandos de quem estava no poder no momento.

Esse arranjo organizacional repressivo da ditadura não foi produzido de um dia para o outro, já que

essa estrutura policial-burocrática-totalitária não surgiu pronta e acabada, mas se constituiu num processo paulatino, que culmina em 1970, quando são implantados o Sistema Nacional de Informações (SISNI) e os Centros de Operações de Defesa Interna – Destacamentos de Operações de Informações (CODI-DOI) (FICO, 2001, p.10).

O processo de construção do aparato repressivo contava, entre outras artimanhas, com meios de justificativa dessas ações, para afastar qualquer desconfiança em torno do autoritarismo injustificado associado ao Estado. Essa justificativa era fortalecida pela propaganda do regime, através de múltiplos meios de vinculação, como programas de rádio e televisão, propaganda dentro das escolas e a própria legislação.

Nesse esforço para legitimar a repressão e a ditadura militar como um todo, os discursos oficiais dos presidentes militares merecem destaque. Estes foram, muitas vezes, respostas às oposições e resistências civis.

Artur da Costa e Silva foi um dos presidentes do período de repressão brasileiro, teve mandato de 1967 a 1969, e foi proeminente nos discursos de justificativa do autoritarismo. O governo de Costa e Silva ocorreu em um período histórico de grande incidência de repressão civil, dado que pode ser observado pela elaboração do Ato Institucional n. 5 e pelo aumento da propaganda do governo. No conjunto, é possível observar os pronunciamentos oficiais do presidente Costa e Silva, em diferentes ocasiões, procuraram enfatizar que a “democracia verdadeira”, ou seja, a democracia do regime militar, florescia em bases de não-oposição e não-contestação (REZENDE, 2013).

## 2. DESENVOLVIMENTO

Para dar dimensão da trajetória política de Costa e Silva na presidência, esse trabalho selecionou pronunciamentos oficiais de toda a extensão do mandato, aqui organizados por “público-alvo”. Chamou-nos a atenção, da perspectiva da análise do discurso, como Costa e Silva fomentou as bases que justificaram a criação das Comunidades de Informação e Segurança para cada público-alvo, que dividimos entre “militares”, “estudantes”, “nação”, “políticos” e “jornalistas”.

Os Quadros que se seguem informam os discursos que selecionamos para a presente pesquisa, atendo-nos àqueles em que as justificativas valorativas da repressão e da própria manutenção dos governos militares nos pareceu mais evidente. A opção foi, conforme já informado, separá-los por público-alvo.

No conjunto os quadros informam dados que auxiliam na localização dos discursos em relação aos seus muitos contextos históricos, incluindo informações de data, ocasião, local e veiculação do discurso no caso deles serem transmitidos ao público por via rádio ou televisão.

**QUADRO 1 – Discursos selecionados de Costa e Silva aos militares.**

<b>Título/ pronunciamento</b>	<b>Data</b>	<b>Público Alvo</b>	<b>Ocasão</b>	<b>Local</b>
As Forças Armadas e a Consolidação da Democracia Brasileira	24/05/1968	Militares	Comemorações à passagem da data da Batalha de Tuiuti	Vila Militar - Rio de Janeiro
Apoio Certo No Momento Mais Decisivo Para a Nação	14/09/1968	Militares	Em agradecimento à homenagem das Forças Terrestres no Extremo Sul	Quartel General do III Exército - Porto Alegre
Demonstração Cabal de Fé e Confiança	02/10/1968	Militares	Em agradecimento à homenagem recebida	Quartel General do II Exército - São Paulo
Contra Tentativas de Impedir a Ordem e Derrubar a Democracia	16/12/1968	Militares	Formatura dos oficiais diplomados pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – RJ
Governo Não Almeja Nem Tolerar a Ditadura	26/12/1968	Militares	Almoço de confraternização das Forças Armadas para homenagear o Presidente da República	Sem local indicado

**Fonte:** Tabela construída a partir do conjunto dos discursos presidenciais.

No primeiro discurso selecionado, durante a aparição de 24 de maio de 1968, na Vila Militar no Rio de Janeiro, Costa e Silva falou aos militares e os agradeceu: “Nós estamos, neste momento, agradecendo às Forças Armadas a ordem que elas nos asseguram para que tenhamos progresso” (COSTA e SILVA, 1968, p. 390), frase a partir da qual é possível inferir a identificação das Forças Armadas como a instituição que deve manter o progresso por meio da aplicação da ordem. A tarefa de ordenar o país que é atribuída aos militares não é fruto apenas da capacidade bélica das Forças Armadas, mas também de uma suposta superioridade moral e comportamental, fabricada e fomentada pela ditadura militar.

Outro pronunciamento, no mesmo sentido, direciona-se à fabricação da virtuosidade moral, endereçado aos militares, expressa na certeza de que o país pode sempre contar com o seu “apoio certo no momento mais decisivo para a Nação” (COSTA E SILVA, 1968, p. 405). O então presidente aproveita a ocasião para tratar da oposição já pública de jovens e estudantes aos governos instituídos desde 1964:

Compete, portanto, a nós, homens de governo, homens de fé, e homens de responsabilidade, como são os homens das Forças Armadas procurar conter essa invasão, essa exacerbação, dentro dos limites possíveis e humanos, mas com aquela energia necessária para conduzir a juventude a seus caminhos, orientando-a, comandando-a, se for preciso, para que o País não se subverta... (COSTA e SILVA, 1968, p.406).

Nesse trecho nota-se, mais uma vez, a superioridade que o presidente Costa e Silva, representante do governo militar da época, atribui aos militares para “conduzir a juventude” à “verdadeira cidadania”, segundo os parâmetros da ditadura militar, que incluem ideais de não-contestação e não oposição ao regime. Nesse sentido, é possível intuir uma distância sempre posta entre civis e militares.

Outrossim, precisamos compreender qual a natureza dos argumentos presentes nos pronunciamentos direcionados a militares. O discurso intitulado “Demonstração cabal de fé e confiança” pode ser um bom exemplo para analisarmos a questão. Neste, o presidente Costa e Silva fala daqueles que “intentam” contra a ditadura militar, e reforça que “a Revolução, irreversível em seus propósitos e ideias, estará sempre vigilante para conter e derrotar essas forças malsãs”; adiante, no mesmo discurso, afirma que as Forças Armadas são um verdadeiro protótipo de “espírito democrático, de disciplina, de civismo e desprendimento” (COSTA E SILVA, 1968, p. 414).

Parece-nos claro que a repetição de tantas qualidades militares não é fortuita. As Comunidades de Informação e Segurança são integradas por órgãos controlados por militares, então é pertinente que haja, dentro da própria comunidade militar, a ideia de superioridade do oficial em comparação ao civil, de proteger a nação por meio dos órgãos de Informação e Segurança. Costa e Silva prossegue insistindo que as Forças Armadas são alvo de críticas justamente nos pontos que são mais elogiosos, pois “..constituem, exatamente, a garantia maior do regime de liberdade em que vivemos” através de “proteção das suas armas e da sua vocação

antitotalitária” (COSTA E SILVA, 1968, p. 415). Ou seja, mesmo a vocação bélica das Forças Armadas é elogiada, já que compete à elas salvaguardar a nação dos perigos da subversão, coisa que, mais tarde, é feita pelo aparelhamento do regime, na criação das Comunidades de Informação e Segurança.

O primeiro pronunciamento após o AI-5, em 16 de dezembro de 1968, por ocasião da formatura dos oficiais diplomados pela escola de comando e estado-maior do exército é voltado a tecer elogios à revolução e demonstrar como os ditos subversivos tentavam derrotá-la – “Os derrotados de março procurarão reconquistar as posições ilegítimas que desfrutavam” (COSTA E SILVA, 1968, p. 465), e como, por isso, o AI-5 se justificaria, afinal, “..o governo foi obrigado a intervir e a tomar as medidas fortes que reativassem a Revolução atingida. Por esse motivo, foi outorgado o novo Ato Institucional” (COSTA E SILVA, 1968, p. 468).

É imprescindível compreender como é justificado o Ato Institucional, pois é por meio dos pronunciamentos que ficam evidenciadas as estratégias utilizadas para justificar a estrutura repressiva que o governo militar empreendeu durante a ditadura. Forças Armadas bem intencionadas, preparadas e virtuosas o suficiente para proteger a nação jamais tomariam medidas drásticas sem razões suficientes: esse era o cenário construído pelo então presidente.

As comunidades de Informação e Segurança são protegidas por essas incessantes narrativas contra o subversivo, pois as ações deste são caracterizadas não somente como ameaças ao governo, e sim ameaças a população brasileira e seus valores, que são associados deliberadamente aos valores essenciais e fundantes da dita revolução de 1964. É essencial para a proteção desses referidos órgãos a disseminação da ideia de que, sendo o subversivo seja o vilão, o militar adepto do regime é o herói virtuoso que está pronto a combater o inimigo.

Em busca de construir sentido para as comunidades de Informação e Segurança através dos pronunciamentos oficiais do então presidente Costa e Silva, precisamos entender que elas reafirmaram a estrutura da ditadura militar. Os órgãos da comunidade de Informações produziam dados sobre grande número de civis, no intuito de subsidiarem a estrutura repressiva do golpe militar. Nesse sentido, trabalhavam rumo a vigiar a vida daqueles que poderiam ameaçar a estabilidade do Estado, tentando desmoralizar o subversivo, para a ideia do inimigo, além de físico, seja também moral.

Portanto, a imagem do bom militar para a nação e para o interior das Forças Armadas cumpria grande papel na construção de sentido sobre a criação das comunidades de Informação e Segurança, pois a fundação delas envolvia, dentre outros aspectos, garantir aos envolvidos que esses órgãos seriam bem gerenciados pelos próprios militares, e que construiriam a resistência necessária ao país em um momento de ameaça subversiva. Como afirma Costa e Silva, em discurso datado de 26 de dezembro de 1968: “O Ato Institucional nº 5 foi o instrumento de força legal (..) que permitirá ao governo conter as investidas revanchistas” (COSTA E SILVA, 1968,

p. 478). O AI-5 fazia parte do aparato de defesa da ditadura contra o subversivo, assim como, mais tarde, o fariam as comunidades de Informação e Segurança.

**QUADRO 2 – Discursos selecionados de Costa e Silva aos estudantes.**

<b>Título/ pronunciamento</b>	<b>Data</b>	<b>Público Alvo</b>	<b>Ocasão</b>	<b>Local</b>
Os Fatores Determinantes da Grandeza das Nações	22/12/1967	Estudantes	Formatura	Universidade da Paraíba
As Realizações da Revolução na Área das Comunicações	22/03/1968	Estudantes	Paraninfo da turma	Instituto Nacional de Telecomunicações - Santa Rita do Sapucaí
Ampla Exame das Dificuldades e Necessidades do Ensino	02/04/1968	Estudantes	Ao receber o título de Honoris Causa	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Missão e Responsabilidade da Juventude Universitária	22/10/1968	Estudantes	Formatura da turma de Cursos de Eletrotécnica, Máquinas e Motores	Colégio Técnico Universitário - Juiz de Fora
Respeito e simpatia entre Estudantes e Chefe-de-Estado	05/12/1968	Estudantes	Formatura da Faculdade de Farmácia e Bioquímica	Universidade de Santa Catarina
Características da Estrutura Básica da Reforma universitária	09/12/1968	Estudantes	Patrono da turma de novos engenheiros de operação	Pontifícia Universidade Católica
Sistema Educacional e as Exigências do Desenvolvimento	18/12/1968	Estudantes	Patrono das turmas de formandos na sociedade universitária Gama Filho	Universidade Gama Filho
O Governo Federal do Paraná	25/03/1969	Estudantes	Ao receber o título de Honoris Causa	Universidade do Paraná

**Fonte:** Tabela construída a partir do conjunto dos discursos presidenciais.

O discurso de 22 de dezembro de 1967, feito na Universidade da Paraíba, afirma ser “obrigação constitucional” lutar contra aqueles que tenham intenção de derrubar e substituir os governos militares, “não porque seja mau ou bom, senão porque não é o regime que desejam” (COSTA E SILVA, 1967, p. 269). Notamos a insistência nessa narrativa, vista em mais um pronunciamento. Em 22 de março de 1968, por meio de outro discurso, dessa vez proferido em Santa Rita de Sapucaí (MG), o presidente falou para uma turma de engenheiros. Na ocasião, afirmou que o patriotismo daquela turma era exemplo para “setores da nossa juventude ainda envenenados por ideias velhas, mas sutil e persistentemente destilados nos meios universitários”, demonstrando consciência da resistência estudantil contra o governo, e chamando essa oposição de “maus brasileiros” (COSTA E SILVA, 1968, p. 334).

A estratégia de desmoralizar o adversário foi amplamente utilizada pela ditadura militar, esses “maus brasileiros” se tornaram, mais tarde, alvo das comunidades de Informação e Segurança que procuravam informações sobre sua vida pessoal para descredibilizarem as ações da oposição (FICO, 2001), sendo os pronunciamentos excelentes meios de identificar o início dessa desmoralização.

Outra artimanha recorrente nos pronunciamentos foi trazer à tona o possível aliciamento que o então subversivo fazia na tentativa de cooptar outros jovens. No pronunciamento intitulado “Missão e Responsabilidade da Juventude Universitária”, Costa e Silva afirmou:

A fermentação entre nós se processa em uma minoria inquieta, constituída de moços mais sujeitos, por ingenuidade ou excesso de boa-fé, aos apelos de ativistas ideologicamente preparados para transformar reivindicações muitas vezes justas em movimentos frequentemente destituídos de justiça e muitas vezes animados de propósitos anarquistas, que não são os propósitos da juventude (COSTA E SILVA, 1968, p. 435).

Nesse trecho, podemos observar o esforço em separar o grupo dos subversivos, daqueles que agem e falam contra a ditadura militar, dos estudantes. Esse esforço se refere a uma tentativa de desarticulação, afinal, é muito mais fácil enfrentar uma ameaça considerada numericamente inexpressiva, do que um grupo percebido socialmente como representativo do conjunto de uma dada categoria.

A partir da identificação da oposição como exceção, cresceu a alternativa de atribuir ao próprio governo a capacidade de educar essa juventude, coisa que também se relaciona ao ideal do bom militar, aqui já discutido. No mesmo discurso, o então líder do Executivo ressaltou que iria ajudar a “identificar os falsos líderes” (COSTA E SILVA, 1968, p. 435); no mesmo sentido, no pronunciamento de 2 de abril de 1968, ele associou o ato de governar com o ato de educar, dizendo que o governo militar precisava ser “inflexível com o que é mau, baixo e vil”, e, pouco mais adiante, no mesmo discurso, que o regime militar vinha sendo alvo de incompreensões no trabalho de “reeducar o País política, física e administrativamente” (COSTA E SILVA, 1968, p. 351).

A identificação da ditadura militar brasileira como única capaz de educar e ordenar o país e os brasileiros, feita nos muitos discursos proferidos oficialmente pelo presidente Costa e Silva justificavam as suas ações sempre como necessárias para a proteção de todos, uma vez que o conceito de ordenar revelado pela fala aproximava-se da manutenção da democracia: "Todavia, o que a Revolução conseguiu realizar nesse período justificou cabalmente todas as medidas a que teve de recorrer para desmontar a máquina a um só tempo volumosa e grotesca, imaginada para desnacionalizar o País e submeter o seu povo" (COSTA E SILVA, 1968, p. 351).

Dessa forma, os discursos direcionados aos estudantes são fartos em construir alicerces de proteção as ações direcionadas aos contestadores, os "inimigos da revolução", tanto empreendidas naquele período, quanto posteriormente decididas e construídas, a fim também de agir contra aqueles que tentassem divulgar idéias contestatórias entre a juventude.

**QUADRO 3 – Discursos selecionados de Costa e Silva à Nação.**

<b>Título/ pronunciamento</b>	<b>Data</b>	<b>Público Alvo</b>	<b>Ocasião</b>	<b>Local</b>	<b>Difusão</b>
Ordem Social Mais Justa e de Respeito aos Direitos do Homem	01/05/1967	Nação e sindicalistas portuários	Dia do Trabalho	Sede do Sindicato dos Portuários	Rádio e Televisão
Falecimento do Marechal Castello Branco	18/06/1967	Nação	Falecimento de Castello Branco	Sem local indicado	Através da agência nacional
Balanço Sucinto de Dois Anos de Governo	15/03/1969	Nação	Passagem do segundo aniversário do Governo	Sem local indicado	Rádio e Televisão
Potencial de Força e Idealismo	21/05/1969	Nação - Cidadãos de São João Delrei	Ao receber o título de Cidadão Sanjoanense	São João Delrei - MG	Sem indicação

**Fonte:** Tabela construída a partir do conjunto dos discursos presidenciais.

Foi comum nos pronunciamentos à nação que o presidente Costa e Silva tentasse fortalecer o sustentáculo dos ideais dos governos militares. Estes, como os princípios de não contestação e harmonia, foram de grande importância

para a manutenção da ditadura militar (REZENDE, 2013), bem como para a construção de legitimidade das comunidades de Informação e Segurança que, afinal, precisavam de um inimigo para justificar sua existência.

O ideal de harmonia é tratado em mais de um discurso direcionado a esse público. Dois bons exemplos são: a) o pronunciamento do dia 1 de maio de 1967, transmitido a todo o país através de rádio e televisão, em que o então presidente agradeceu o dito “apoio das classes trabalhadoras à tarefa geral de saneamento empreendida pela Revolução” (COSTA E SILVA, 1967, p. 215), e b) o de 18 de julho de 1967, em que afirmou que nunca abandonaria os ideais de 1964, já que neles “sobressaiam os valores democráticos que a maioria esmagadora dos brasileiros deseja preservar” (COSTA E SILVA, 1967, p. 237).. Outra estratégia discursiva que induzia à harmonia foi a associação dos valores do povo com os valores da ditadura militar (REZENDE, 2013), com destaque para o ideal democrático. A exemplo da citação anterior, o pronunciamento de 15 de março de 1969 abordou a criação do AI-5 como necessária para salvaguardar “a consolidação do sistema democrático” (COSTA E SILVA, 1969, p. 496).

Os pronunciamentos direcionados a Nação tinham maior alcance e precisam, portanto, de construção mais palatável, dada a diversidade dos ouvintes. Assim, faz sentido que o principal apelo desses discursos seja mesmo a democracia, tema abundantemente debatido na época por múltiplos veículos de informação. Por conseguinte, era óbvio que o governo instituído tentasse difundir sua própria visão de democracia entre a população em geral.

**QUADRO 4 – Discursos selecionados de Costa e Silva aos Políticos e Trabalhadores.**

<b>Título/ Pronunciamento</b>	<b>Data</b>	<b>Público Alvo</b>	<b>Ocasião</b>	<b>Local</b>
O primeiro Dever	16/03/1967	Políticos - Ministros	Primeira reunião Ministerial	Palácio do Planalto
Graças por um Ano Tranquilo, de Entendimento e Compreensão	30/11/1967	Políticos - Senadores e Deputados Federais	Despedidas ao ano legislativo	Palácio do Planalto
As Forças Armadas e o Exercício do Poder	15/03/1968	Políticos - Governadores, congressistas e representantes das Forças Armadas	Passagem do primeiro ano de governo	Palácio do Planalto

Governo do Povo: Trabalha, Vive e se Fortalece pelo Povo	03/10/1968	Políticos	Almoço oferecido pelo diretório regional da Aliança Renovadora Nacional (ARENA)	Sem local indicado
Na Democracia de Verdade a Solução de todos os Problemas	30/11/1968	Políticos - Parlamentares da Arena	Encerramento das atividades do ano legislativo	Palácio da Alvorada
Garantia da Estabilidade do Governo e do Regime	05/12/1968	Políticos	Almoço oferecido por Ivo Silveira, então governador de Santa Catarina*	Florianópolis
Dificuldades Superadas com Abnegação, Energia e Humildade	31/03/1969	Políticos - Governadores	Em agradecimento à saudação do Senhor João Agripino, então governador da Paraíba	Brasília
Missão Diplomática da Imprensa	07/04/1968	Jornalistas	Almoço comemorativo do 60º aniversário da entidade dos jornalistas	Sede da associação brasileira de imprensa
No Primeiro ano de Governo	15/03/1968	Jornalistas	Passagem do primeiro ano de governo	Brasília

**Fonte:** Tabela construída a partir do conjunto dos discursos presidenciais.

Outro grupo de discursos foram preparados para ocasiões específicas, ou seja, eventos e demais comemorações que reuniam grupos previamente conhecidos de pessoas, como políticos do ARENA, jornalistas etc. Doravante, vamos esmiuçar os pronunciamentos direcionados a classe dos políticos, nesse grupo estão inseridos governadores, senadores, congressistas, parlamentares da

ARENA e todos aqueles que eram e/ou pretendiam assumir cargos políticos públicos.

“O primeiro dever”, pronunciamento feito na primeira reunião ministerial de Costa e Silva como presidente do país, também enxergamos a incessante insistência no fomento à harmonia.

Neste pronunciamento o então presidente repassou alguns tópicos essenciais para o governo naquele momento, tais como “democracia” e “educação”. Ele, ou sua equipe, preparou a fala a partir de assuntos. Explica-se: o presidente falou de operários, por exemplo, mesmo que o público fosse os parlamentares eleitos.

(...) os esforços governamentais se nortearão no sentido de prevenir os desentendimentos entre as várias classes sociais, entre si, e entre elas e o Governo, para o efeito de evitar a cisão de que se origina o conflito e, ao contrário, integrá-las, em um todo sólido (...) (COSTA E SILVA, 1967, p. 186).

Nesse trecho é possível observar o fomento à harmonia, a ideia de que o golpe militar conseguiu unificar o brasileiro em um só grupo de valores, e que isso seria benéfico para todo o país, tão essencial para o projeto de governo da ditadura militar naquele momento (REZENDE, 2013). É interessante compreender essa comunicação enquanto justificativa das ações posteriores que o governo exerceu na oposição. Tal construção de sentido buscava “preparar o terreno” para ações futuras, construindo, claramente, apoio entre os parlamentares, uma vez que o discurso não se destinava aos operários.

No mesmo discurso, no tópico “juventude”, o então presidente diz que o “coração da juventude” estaria sendo testado pelos “falsos estudantes e falsos democratas” (COSTA E SILVA, 1967, p. 186), usando a estratégia de deslegitimar a posição e seus ideais, pois, na sua visão, a verdadeira juventude não seguiria pelo caminho da subversão.

Os pronunciamentos são abundantes em criar a imagem da suposta aceitação dos civis as ações do governo. Um exemplo de falas nesse sentido é o discurso registrado como “de improviso” do dia 30 de novembro de 1967, por ocasião de uma recepção a senadores e deputados federais em comemoração ao fim daquele ano de mandato, no Palácio do Planalto: “Tivemos que fazer contenções, tivemos que encurtar as rédeas às nossas aspirações, e vimos que o povo, pelas suas classes representativas, empresários, empregadores, empregados e operários, respondeu sempre com maior compreensão” (COSTA E SILVA, 1967, p. 275). A narrativa enfatiza a pretensão de harmonia do governo militar, já que todos se sentem, nas palavras do presidente, satisfeitos com os feitos da revolução.

No mesmo discurso, o presidente garante que o Estado está preparado para reagir a “subversão”:

O executivo está perfeitamente aparelhado para agir contra qualquer indício de subversão da ordem, seja pregada dentro do parlamento, seja pregada na rua ou em qualquer lugar. O Governo tem obrigação, como medida preventiva, de interferir imediatamente para evitar o mal maior. (COSTA E SILVA, 1968, p. 276).

Essa fala, como tantas outras, demonstra que está nas mãos do governo militar usar a força contra aqueles dispostos a atrapalhar seu projeto de revolução, inclusive o parlamento, este sendo o público do discurso. Outro discurso de mesma argumentação é o datado de 3 de outubro de 1968, em que o então presidente declarou não tolerar que nasça “a atividade de grupos extremistas que, à margem dos movimentos de oposição, rondam e ameaçam (..) o edifício da democracia” (COSTA E SILVA, 1968, p. 424). A democracia aqui é, portanto, protegida pela força do Estado militar como um pilar do povo brasileiro, maneira muito útil de justificar a repressão e, conseqüentemente, as comunidades de Informação e Segurança. Mais um discurso que salvaguarda a reação do governo militar como sendo em defesa dos maiores interesses dos brasileiros é o de 30 de novembro de 1968: “Provocado, reagirei, pois não aceito desafios de irresponsáveis que querem levar o Brasil à desordem e ao caos” (COSTA E SILVA, 1968, p. 427).

Em direção à classe política, presente e futura, era necessário garantir que a harmonia popular se tratava de uma realidade, para que esses representantes não fossem eles próprios os inimigos da revolução. Na prática, essa promessa não se cumpriu, uma vez que o Congresso foi fechado por duas vezes, a primeira após o recesso promulgado por Castello Branco e a segunda por ocasião da edição do Ato Institucional 5, medida muito conhecida por “endurecer” o regime militar. Mesmo assim, acalmar os ânimos políticos da classe representante era pertinente, mesmo que o Congresso sofresse impedimentos evidentes da classe militar, era bom que eles estivessem tão convencidos quanto o povo brasileiro das boas intenções militares. Na verdade, tratava-se de transformar o subversivo no inimigo da nação e, por isso mesmo, justificar a repressão.

Dois outros elementos chamaram a nossa atenção. O primeiro deles refere-se ao tempo histórico específico das falas. Quanto mais próximo de medidas extremas, como a edição do AI-5, mais o presidente se esforçou para tratar da força como necessária, ou seja, transformá-la em violência.

Apesar de confundidas, a força e a violência não são a mesma coisa. Para justificar o uso da violência, os militares do período se apropriaram do conceito de força enquanto necessária para proteger o Estado. As obras de Hannah Arendt (1989), Max Weber (1999) e Eric Hobsbawm (1995) podem nos ajudar a compreender a natureza dessa diferenciação. A força é usada quando há prerrogativa de perigo, é um método de proteção, nesse caso, utilizada como meio de assegurar a suposta democracia do povo brasileiro. Já a violência é um mecanismo de controle social, isto posto, para preservar o poder do Estado nas mãos do governo militar, que foi amplamente utilizada pelos mesmos, como afirma Silva e Cotrim (2004): “Já a violência foi traduzida, sobretudo, na tortura, artifício

sistematicamente utilizado para desarticular a oposição e eliminar os inimigos do governo”.

O segundo aspecto que chamou nossa atenção refere-se às falas direcionadas à imprensa. Foi comum que se quisesse criar a imagem de liberdade aos órgãos de comunicação

Os pronunciamentos direcionados aos jornalistas amenizavam, pelo menos na fala, os conflitos sociais. No discurso intitulado "No primeiro ano de governo", em que o então líder do Executivo ressaltou, mais de uma vez, a tranquilidade do seu primeiro ano de governo: "Conseguimos atravessar este primeiro ano sem agitação, quer política, quer militar, quer social" (COSTA E SILVA, 1968, p. 305). Nele e em outros discursos, Costa e Silva aborda a liberdade de imprensa que garante existir no país: "os Senhores são testemunhas que jamais entrou um censor em qualquer jornal, ou mesmo qualquer pedido do Executivo, para que não se publicasse isso ou aquilo" (COSTA E SILVA, 1968, p. 306); "A imprensa nos ajudou nessa determinação e nos ajuda ainda hoje a não abandoná-la.." (COSTA E SILVA, 1968, p. 380).

A liberdade de expressão que Costa e Silva reafirmou com tanta insistência é mais uma característica própria da democracia, princípio desde muito cedo sequestrado pela ditadura militar brasileira.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em suma, os pronunciamentos do presidente Costa e Silva foram fecundos em construir alicerces para as futuras comunidades de Informação e Segurança. A depender do grupo ao qual os discursos se direcionassem, alterava-se o formato, mesmo que os objetivos finais fossem os mesmos.

Os militares, primeiro grupo aqui estudado como público-alvo, são agraciados com o discurso do bom militar, capazes de liderar o país rumo ao desenvolvimento e ao progresso necessários. Os estudantes universitários, por sua vez, são expostos a uma espécie de paternalismo vinda do governo militar, que se posta no papel de educador, capaz, inclusive, de cuidar bem destes jovens para que não se tornassem parte do problema, ou seja, inimigos da revolução. Foi dessa forma, afirmando representar os valores do povo brasileiro, que a ditadura militar se tornou responsável pela defesa contra os ditos inimigos, legitimando a construção do aparato de repressão. Entre outros ideais, como a democracia, ou fomento a harmonia em direção a classe política, que aqui foi fundamental para o convencimento dessa classe de que uma vez contra a ditadura militar, estariam contra todos os brasileiros. Essa convicção é pertinente ao que se refere às comunidades de Informação e Segurança, pois as caracteriza como a única forma de enfrentar o que desarmoniza o povo brasileiro, aquele que é diferente, que desorganiza e impede o progresso.

No conjunto, os pronunciamentos presidenciais que analisamos auxiliam na compreensão desse importante período de nossa história; afinal, conforme já enfatizou Cláudio Vasconcelos (2019, p. 369), "mais do que apenas um instrumento de comunicação, o discurso é um objeto histórico-social".

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo. Antisemitismo, Imperialismo e Totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Luciana A. N. (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Brasileira, 2003, p.13-42. (Coleção O Brasil Republicano, v.4).

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HOBBSAWN. Eric J. *Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: EUel, 2013.

SILVA, M. P., COTRIM, C. C. *O arbítrio e a violência: a prática da tortura no governo militar brasileiro*. Unimontes Científica. Montes Claros: Unimontes, 2004, pp. 83-91.

SILVA, Artur da Costa. *Pronunciamentos do Presidente: Tomo I. "Amplio exame das dificuldades e necessidades do ensino"*. Biblioteca do Planalto. 02 de abril de 1968.

\_\_\_\_\_. *Pronunciamentos do Presidente: Tomo II. "As Forças Armadas e a consolidação da democracia brasileira"*. Biblioteca do Planalto. 24 de maio de 1968.

\_\_\_\_\_. *Pronunciamentos do Presidente: Tomo II. "Apoio certo no momento mais decisivo para a nação"*. Biblioteca do Planalto. 14 de setembro de 1968.

\_\_\_\_\_. *Pronunciamentos do Presidente: Tomo I. "As realizações da revolução na área de comunicações"*. Biblioteca do Planalto. 22 de março de 1968.

\_\_\_\_\_. Pronunciamentos do Presidente: Tomo II. “Balanço sucinto de dois anos de governo”. Biblioteca do Planalto. 15 de março de 1969.

\_\_\_\_\_. Pronunciamentos do Presidente: Tomo II. “Características da estrutura básica da reforma universitária”. Biblioteca do Planalto. 09 de dezembro de 1968.

\_\_\_\_\_. Pronunciamentos do Presidente: Tomo II. “Contra tentativas de impedir a ordem e derrubar a democracia”. Biblioteca do Planalto. 16 de dezembro de 1968.

\_\_\_\_\_. Pronunciamentos do Presidente: Tomo II. “Demonstração cabal de fé e confiança”. Biblioteca do Planalto. 02 de outubro de 1968.

\_\_\_\_\_. Pronunciamentos do Presidente: Tomo II. “Dificuldades superadas com abnegação, energia e humildade”. Biblioteca do Planalto. 31 de março de 1969.

\_\_\_\_\_. Pronunciamentos do Presidente: Tomo I. “Falecimento do Marechal Castello Branco”. Biblioteca do Planalto. 18 de junho de 1967.

\_\_\_\_\_. Pronunciamentos do Presidente: Tomo II. “Governo do povo: Trabalha, vive e se fortalece pelo povo”. Biblioteca do Planalto. 03 de outubro de 1968.

\_\_\_\_\_. Pronunciamentos do Presidente: Tomo II. “Governo não almeja nem tolera a ditadura”. Biblioteca do Planalto. 26 de dezembro de 1968.

\_\_\_\_\_. Pronunciamentos do Presidente: Tomo I. “Graças por um ano tranquilo, de entendimento e compreensão”. Biblioteca do Planalto. 30 de novembro de 1967.

\_\_\_\_\_. Pronunciamentos do Presidente: Tomo II. “Missão e Responsabilidade da Juventude Universitária”. Biblioteca do Planalto. 22 de outubro de 1968.

\_\_\_\_\_. Pronunciamentos do Presidente: Tomo II. “Missão diplomática da imprensa”. Biblioteca do Planalto. 07 de abril de 1968.

\_\_\_\_\_. Pronunciamentos do Presidente: Tomo II. “Na democracia de verdade a solução de todos os problemas”. Biblioteca do Planalto. 30 de novembro de 1968

\_\_\_\_\_. Pronunciamentos do Presidente: Tomo II. “No primeiro ano de governo”. Biblioteca do Planalto. 15 de março de 1968.

\_\_\_\_\_. Pronunciamentos do Presidente: Tomo I. “O governo federal do Paraná”. Biblioteca do Planalto. 25 de março de 1968.

\_\_\_\_\_. Pronunciamentos do Presidente: Tomo I. “O primeiro dever”. Biblioteca do Planalto. 16 de março de 1967.

\_\_\_\_\_. Pronunciamentos do Presidente: Tomo I. “Ordem social mais justa e de respeito aos direitos do homem”. Biblioteca do Planalto. 01 de maio de 1967.

\_\_\_\_\_. Pronunciamentos do Presidente: Tomo I. “Os fatores determinantes da grandeza das nações”. Biblioteca do Planalto. 22 de dezembro de 1967.

\_\_\_\_\_. Pronunciamentos do Presidente: Tomo II. “Respeito e simpatia entre estudantes e chefe-de-estado”. Biblioteca do Planalto. 05 de dezembro de 1968.

\_\_\_\_\_. Pronunciamentos do Presidente: Tomo II. “Sistema educacional e as exigências do desenvolvimento”. Biblioteca do Planalto. 18 de dezembro de 1968.

VASCONCELOS, C. B. de. O discurso da democracia: imprensa e hegemonia da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1968). Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 365 - 401, 2019. DOI: 10.5965/2175180311282019365. Disponível em:  
<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311282019365>. Acesso em: 15 jan. 2022.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. v.2. Brasília: UNB, 1999.

## **Quadros**

Quadro 1: Discursos selecionados de Costa e Silva aos militares.

Quadro 2: Discursos selecionados de Costa e Silva aos estudantes.

Quadro 3: Discursos selecionados de Costa e Silva à Nação.

Quadro 4: Discursos selecionados de Costa e Silva aos Políticos e Jornalistas.

**INQUIETAÇÕES SOBRE A REFORMA PSIQUIATRICA E O RACISMO  
ESTRUTURAL: uma revisão da literatura**

Geovana Silva Marques  
geovanasiilvam@gmail.com  
Graduanda em Psicologia- Uni-FACEF

Ingrid Rodrigues Vicente  
ingridrodriguesvicente@gmail.com  
Graduanda em Psicologia- Uni-FACEF

Maria Rita Garcia Borges  
gb.mariarita@gmail.com  
Graduanda em Psicologia- Uni-FACEF

Daniela de Figueiredo Ribeiro  
danifiribeiro@yahoo.com.br  
Professora Doutora em Psicologia- Uni-FACEF

**1. INTRODUÇÃO**

Ao trazer a saúde mental, só é possível entender a atual situação em que ela se encontra no Brasil se existe um aprofundamento no histórico do tratamento. Por isso, busca-se abordar de forma detalhada o histórico e como a saúde mental foi vista nos séculos passados.

A abolição da escravatura no Brasil, ocorreu em 1888, após a lei Áurea que foi assinada pela princesa Isabel, mas não foi acompanhada de medidas para a inserção da população negra da sociedade. Com isso, a população teve dificuldade de se inserir na sociedade, aceitando qualquer tipo de trabalho, e até acordo com os seus antigos donos para que continuasse lá, mas com pagamento regular pelos serviços (SOUSA,2013). Essa dificuldade de inserção do início ainda gera consequências na vida de seus descendentes.

No Brasil, a cada dez jovens que se suicidam, seis são negros. Isso se dá por causa da maior prevalência de transtornos mentais em pessoas negras e também pior evolução nos quadros clínicos (BRASIL, 2016). Esses dados não podem ser vistos de uma forma aleatória, sem considerar a população em que ela está inserida. O Brasil é um país em que fez a abolição dos escravos de forma que não se preocupou com a inserção destes. Dessa forma, a maior prevalência de transtornos mentais em pessoas pretas pode ser considerado consequência da falta de inserção dos ex- escravos logo após a abolição da escravidão.

Mesmo a abolição da escravidão sendo há cento e trinta e cinco anos atrás, é importante ter uma percepção crítica sobre as consequências da falta de apoio no

fim da escravidão. Tendo assim, uma relação com a saúde mental da população preta atual.

A importância do presente trabalho é explorar a evolução das políticas públicas brasileiras, norteadoras das ações de cuidado em Saúde Mental, principalmente para a população preta em específico.

O objetivo do trabalho é enfatizar a importância da saúde mental na população negra, suas dificuldades por consequência de uma estrutura social que se manifesta ainda nos dias atuais, e as potencialidades do olhar para essas questões.

A metodologia a princípio foi baseada em um trabalho da disciplina de Psicologia Sócio Histórica, com tema sobre cuidados em saúde mental, trabalho este que se subdividiu dando origem a dois artigos um de revisão bibliográfica crítica e outro de relato de experiência. Os materiais utilizados neste foram artigos científicos, livros e estudos.

## **2. HISTÓRICO DA LOUCURA**

O sofrimento psíquico para a sociedade exibe uma ideia de incapacidade e improdutividade, causando vergonha em familiares e pessoas próximas com relação à condição do sujeito que sofre (VECCHIA; MARTIS, 2006).

Ao refletir sobre essas questões é necessário entender que o tratamento do "louco" com desprezo e diminuição é algo que está enraizado na nossa história, desde o início foi assim, e mesmo após a reforma psiquiátrica a luta pela garantia de direitos para essas pessoas que apresentam transtornos mentais ou neurobiológicos continua, a fim de garantir qualidade de vida e tratamento digno, Michel Foucault em sua obra "História da Loucura" (2012) afirma como tese principal que "[...] a loucura não é um fato da natureza, mas da civilização [...]" (SANDER, 2010, p.382). Nesse contexto, ele discorre o tratamento do "louco" imposto pela sociedade em vários momentos da história, independente do período o preconceito e a invalidação sempre permearam o tratamento dessa população.

A princípio, em "História da Loucura", Foucault (2012) percorre um caminho a fim de denotar a "estrutura da exclusão" em relação à loucura. E, essa forma de segregação pode se exemplificar desde o final da Idade Média quando os leprosos eram totalmente excluídos da população em leprosários. Esse movimento não era uma preocupação com a doença em si, ou em diminuí-la, mas para separar a uma distância sacramentada.

Assim que a lepra é controlada, essa divisão acaba sendo transferida para pessoas que tem doenças venéreas, e a partir disso elas vão ocupar esse espaço de segregação. Dessa maneira, a população se acostuma a "esconder" e "separar" pessoas diferentes, que fogem da razão e dos padrões impostos, por isso no século XV os leprosários começam a dar espaço para o tratamento de todos os tipos de doentes, principalmente loucos.

Segundo Foucault (2012), a loucura nesse período, isso porque antes da metade do século XVII os “loucos” conviviam normalmente com a sociedade, andavam pelas ruas e podiam criar, de forma artística expressar suas potencialidades por meio de obras, peças de teatro e romances. Dessa forma, as pessoas loucas “conhecidas” por sua forma de viver eram toleradas socialmente, já as pessoas loucas que apresentavam comportamentos que desviavam severamente do padrão eram colocadas em navios, com o intuito de exilar e realizar rituais. O autor busca entender a partir de que momento acontece a ruptura da loucura que era vista como uma característica e passa a ser pensada como uma patologia.

Foucault (2012) vai explicar que ao pensar na loucura, é necessário entender a validação da razão e a partir disso um domínio dela sobre a desrazão. Portanto, a sociedade estabelece a razão como norma o que se torna um padrão a ser seguido, as pessoas que fogem dessa norma como portadores de doenças venéreas e os loucos (por volta do século XVII) ocupam um “espaço moral de exclusão” e são segregadas apenas por desviarem da razão.

Ao pensar de forma crítica na “estrutura da exclusão” denotada por Foucault, ele afirma ao pensar sobre o Hospital Geral de Paris por decreto (1656):

Desaparecida a lepra, apagado (ou quase) o leproso da memória, essas estruturas permanecerão. Frequentemente nos mesmos locais, os jogos da exclusão serão retomados, estranhamente semelhantes aos primeiros, dois ou três séculos mais tarde. Pobres, vagabundos, presidiários e “cabeças alienadas” assumirão o papel abandonado pelo lazarento (Foucault, 2010, p. 6).

O Hospital Geral tinha o intuito de reunir e “hospedar” as pessoas pobres de Paris, a fim de omitir a desocupação dessa população. No local poderiam ser recolhidas pessoas de variadas formas, doentes ou não doentes, validados ou invalidados. A única homogeneização era o trabalho, todos que frequentavam o hospital eram obrigados a trabalhar como forma de se purificar. Não só em Paris, esses tipos de hospitais se espalharam na Europa, e a horizontalidade da psique com a pobreza acontece nesse período.

A consequência deste período é a visão médica sobre a loucura, que a partir desse momento traça o caminho da medicalização e da internação. Então no final do século XVIII e o começo do século XIX a loucura é vista como uma patologia, onde o médico diagnostica e medicalizada como qualquer outra doença.

É indispensável entender que os manicômios ofereciam condições precárias no tratamento dos pacientes, e a maioria deles não eram diagnosticados com doenças mentais. Os pacientes se caracterizavam: “[...] epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder” (ARBEX, 2013, p. 14). Ademais, as condições de vida eram extremamente precárias, ficavam nus, comiam ratos e bebiam urina ou água do esgoto, morriam de sede, de fome ou de doenças decorrentes da situação de vida precária.

O discurso utilizado na defesa dos manicômios, é a importância da limpeza social que essas instituições faziam. A fim de “esconder” uma parcela da população que ninguém gostaria de ver e conviver. Dessa maneira, os corpos eram segregados e sucateados, como se não houvesse valor algum.

### **3. O GRUPO POPULACIONAL PREDOMINANTE NOS MANICÔMIOS**

Atualmente apesar das diversas lutas ainda existem grandes marcas sobre a reprodução do racismo no Brasil. Marielle Franco era mulher, negra, lésbica, e militante dos direitos humanos, ela foi assassinada depois de uma reunião na Casa das Pretas localizada no rio de Janeiro voltando para sua casa (PASSOS, 2018).

Janaina Aparecida mulher pobre e negra em situação de rua, foi presa por tráfico de drogas e submetida a uma laqueadura sem sua permissão. Em minas gerais a retirada compulsória de bebês de mães em situação de rua e usuárias de crack é feita sem autorização e sem acolhimento dessas mães os bebês já são automaticamente inseridos no sistema de adoção. (VIEIRA, 2018 apud MARTINELLI; ANTUNES, 2018 apud PASSOS, 2018), (BASTOS; BERTONI, 2014 apud PASSOS, 2018).

Essas histórias podem contribuir para uma melhor análise sobre a saúde mental principalmente de pessoas negras, em tempos de retrocesso que estamos vivendo, pois diz muito sobre as desigualdades de classe e as opressões de gênero e raça na nossa atualidade, (PASSOS, 2018).

Segundo Saffioti (1976) apud Passos (2018), o racismo e o patriarcado são estruturas inteseccionalizadas a questão econômica, logo não podem estar descoladas da classe social, então pode-se afirmar que questões étnico-raciais não podem ser tratadas sem relacionar gênero e classe, ainda mais conforme consta no Atlas da Violência de 2018 (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, (2018) apud, PASSOS, 2018, p.12) “a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto as não negras houve queda de 8%”.

A violência racial está institucionalizada na sociedade e as consequências disso são as impunidades que acometem as vidas negras. Segundo Leal et al. (2017) apud Passos (2018) evidência que o quanto o quesito cor/raça vai influenciar o atendimento e acesso a saúde.

A desigualdade racial faz parte da sociedade não apenas porque grupos individuais praticam racismo mas sim porque as próprias instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que se apropriam do seu poder para impor seus interesses políticos e econômicos. (ALMEIDA, 2014, apud PASSOS, 2018).

Segundo Basaglia (2005) apud Passos (2018) “compreendia o manicômio e as diversas instituições, que vão desde a família e a escola, das prisões aos manicômios, como instituições da violência”.

As instituições de violência são uteis para nossa sociedade pois reproduzem a ordem e controle dos corpos assim reproduzindo também a desigualdade e opressão, controlando comportamentos e cerceando as subjetividades individuais.

O manicômio estrutura-se para além de uma edificação, pois mesmo com o fim do hospital psiquiátrico ainda experimentamos inúmeros formatos e formas de apartheid social, expressas pela via da medicalização e patologização da vida, pela internação compulsória, pela esterilização coercitiva, pela higienização urbana e demais fenômenos, ou seja, o manicômio é social, uma vez que ele está introjetado e reproduzido nas relações sociais. (PASSOS, 2018, p.13).

Segundo Davis (2018) apud Passos (2018) Vai refletir sobre as instituições psiquiátricas como parte do complexo industriário prisional, essa relação nos faz indagar o quanto o manicômio e prisão são feitos na verdade para conter as vidas negras e pobres.

A questão da hiper-medicalização também utilizado para o controle dos corpos, como é o caso de Antônia que foi medicalizada dentro do sistema socioeducativo, pois tinham dificuldades em lidar com seu comportamento que era considerado agressivo. (ARRUDA E PASSOS, 2017 apud PASSOS, 2018)

É através desses métodos punitivistas e de controle social na atualidade que observamos uma “volta” de práticas manicomial. “Problematizar o manicômio e suas expressões abordando as relações de raça, gênero e classe é ultrapassar os próprios muros que compõem a formação social brasileira.” (PASSOS, 2018, p.14).

Ainda segundo Basaglia apud Passos (2018) as instituições são úteis para a manutenção dos valores criados pela classe dominante, assim ações que buscam se opor a essa funcionalidade do sistema não podem simplesmente buscar e pensar em uma transformação mas sim agir dentro da instituição, como por exemplo a iniciativa de Frantz Fanon.

[...] “1956 Fanon apresenta a sua demissão do hospital psiquiátrico de Blida e escreve uma carta famosa sobre o perigo da desmistificação terapêutica e a necessidade da luta revolucionária “(VENTURINI, 2012, apud, PASSOS ,2018, p.14). Menções sobre a atitude de Fanon não são identificadas na literatura brasileira acerca da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial. No Brasil Fanon se destaca no debate acerca do colonialismo e da luta antirracista mas pouco se fala da sua contribuição para a luta antimanicomial.

Segundo Faustino apud Passos (2018) em 1953 Fanon assume direção geral em um hospital psiquiátrico na Argélia, o que fez com que ele se aproximasse das expressões do colonialismo nos serviços da saúde.

Em suas observações percebeu divisões raciais nas alas psiquiátricas isso refletia a dominação dos franceses em relação os argelinos na sociedade, ressaltando uma manutenção das relações de poder coloniais, os argelinos eram considerados perigosos e retardados e que precisariam ser permanentemente tutelados e domesticados.

A partir disso Fanon “substituiu a separação racial das alas por outra que considerasse o grau de sofrimento psíquico do paciente, aglutinando árabes, berberes e franceses nas mesmas alas” FAUSTINO (2018) apud PASSOS (2018).

Assim Basaglia apud Passos (2018) define que as posições branco, negro, médico, paciente são sempre uma relação institucional onde os papéis são definidos pelo sistema. “Fanon saiu dos muros institucionais, pois compreendeu que a luta pela mudança não ocorreria pela via da reestruturação do modelo e, sim, pela sua ruptura”. (PASSOS, 2018, p.16).

Essa invisibilidade do movimento de Fanon e sua luta contra o colonialismo podem estar interligadas a questão econômica e política, que se manifesta inviabilizando, naturalizando as desigualdades e violência componentes da vida social. (ALMEIDA, 2014 apud PASSOS, 2018)

É de extrema importância sinalizarmos que o Lema da Luta Antimanicomial não traz consigo uma mera reforma assistencial em saúde mental, ele expressa em sua natureza um projeto societário de transformação. A luta ‘por uma sociedade sem manicômios’ coloca-se contrária às desigualdades de classe, gênero, raça/ etnia e a favor da superação da propriedade privada (PASSOS, apud PASSOS, 2018, p.16).

Então é importante ressaltar que a invisibilidade do movimento de Fanon na revolução psiquiátrica brasileira é parte de uma questão estrutural na sociedade.

A partir dessas reflexões fica o resultado de o quanto construções sociais acerca de um povo, uma etnia ou uma raça podem ser prejudiciais se estas forem construídas por quem é detentor do poder. Assim o colonialismo tem grande influência nas raízes racistas no Brasil, raízes essas que ainda são vividas, raízes que influenciam no acesso básico a educação e saúde das minorias, raízes essas que precisam ser combatidas, mas para isto precisa-se de políticas públicas e implementação de processos, estes infelizmente não existem, não é de interesse claro de quem é detentor do poder.

#### **4. COMPROMISSO ÉTICO E POLÍTICO DO PSICÓLOGO NA DIREÇÃO DE UM CUIDADO EM SAÚDE MENTAL HUMANIZADO E ANTIRRACISTA**

Para reflexão sobre a conduta ética do psicólogo acerca de questões como racismo, buscou no Código de Ética Profissional dos Psicólogos, Resolução n.º 10/05, 2005, inicialmente como apresentação se encontra:

Neste momento histórico de não observância da ética e desmonte civilizatório no âmbito do Estado, naquilo que ao nosso exercício profissional se refere, nossa ação profissional vê-se ameaçada, considerando espaços de ação profissional e suas intencionalidades. Enquanto ética que orienta nossa participação social profissional, reafirmamos a defesa intransigente dos direitos humanos, o direito à vida digna de pessoas pretas, indígenas, mulheres, crianças, LGBTQIA+, gordas, idosas, pobres, com deficiência, mediante a análise crítica da realidade que cotidianamente nos convoca à reflexão acerca do nosso compromisso ético e político com a justiça social e com a liberdade e sua valorização no cotidiano de nossa prática, que na vida social produz efeitos, reverbera regimes de saber e verdades acerca do viver. A Psicologia é para todo mundo e se faz com Direitos Humanos! - XVI PLENÁRIO CRP SP (2019 – 2022).

Ainda segundo Código de Ética Profissional dos Psicólogos, Resolução n.º 10/05, 2005, dos princípios Fundamentais e artigos 2º, 3º e 4º: Princípios Fundamentais:

O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

Art. 2º – Ao psicólogo é vetado

Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão;

Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais;

Utilizar ou favorecer o uso de conhecimento e a utilização de práticas psicológicas como instrumentos de castigo, tortura ou qualquer forma de violência;

Art. 3º – O psicólogo, para ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização, considerará a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas nela vigentes e sua compatibilidade com os princípios e regras deste Código.

Parágrafo único: Existindo incompatibilidade, cabe ao psicólogo recusar-se a prestar serviços e, se pertinente, apresentar denúncia ao órgão competente.

Art. 4º – Ao fixar a remuneração pelo seu trabalho, o psicólogo:

Levará em conta a justa retribuição aos serviços prestados e as condições do usuário ou beneficiário;

Estipulará o valor de acordo com as características da atividade e o comunicará ao usuário ou beneficiário antes do início do trabalho a ser realizado;

Assegurará a qualidade dos serviços oferecidos independentemente do valor acordado.

Sendo Assim com base na compreensão do Código de Ética do psicólogo, fica claro que podemos considerar qualquer ação que seja racista, desigual,

opressora e violentadora como nota de repúdio perante a justiça e ao CRP, levando em conta que perante a lei racismo e injúria racial, assim como qualquer ação preconceituosa que leve em conta cor, raça e etnia, são considerados crimes, então é totalmente desqualificada a prática de tais atos por parte dos psicólogos, e que se praticados poderão ser denunciados e respondidos em nível judiciário.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao refletir as dificuldades e potenciais observadas no cotidiano pesquisado, é interessante ressaltar o tema da nossa pesquisa que consiste em levantar a saúde mental e a loucura na população afrodescendente e a ausência de cuidados que humanizem essa população.

A igualdade vai muito além do que está na constituição do país, ela vai se dar em como todos são tratados, e na forma que a sociedade é ensinada a lidar com determinadas populações. E, esse tipo de tratamento é carregado de preconceito, mas como esses fatores estão enraizados na nossa cultura se vê minimamente palestras e debates sobre o racismo estrutural, principalmente em ambientes acadêmicos.

Nesse contexto, devido ao apagamento do debate étnico-racial no campo da saúde mental existe uma grande dificuldade em encontrar pessoas que falem sobre esse assunto, que é pouco estudado e apresenta uma escassez até em relação a bibliografias.

A partir da correlação entre vida e saúde em vida ser gozar da saúde, esta como não só ausência de doença, mas sim qualidade de vida, o Brasil possui Redes de atenção à Saúde (RAS) – vida – que “são arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas que, integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado” (ATENÇÃO BÁSICA, p. 1). As RAS, então, são organizadas para responder a condições específicas de saúde que implicam, por meio de um ciclo de atendimentos, nos três níveis de atenção à saúde. Além de serem compostas por cinco redes temáticas: Rede MaternoInfantil, Rede de Atenção às Urgências, Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Condições Crônicas, Rede de Atenção Psicossocial e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (ATENÇÃO BÁSICA).

Como sonhos e utopias visa-se uma reforma no processo seletivo de concursos públicos e outros meios de ingresso de profissionais no sistema de saúde visando a implementação de avaliações de caráter qualitativo obtendo o mesmo peso que o aspecto qualitativo. A partir da inserção da parte qualitativa, espera-se uma melhora no relacionamento entre profissionais e profissionais com usuários e um consequente resultado positivo à saúde dos participantes inseridos no sistema de saúde. Por fim, tem-se a necessidade de políticas direcionadas à erradicação do racismo em suas várias formas de expressão a partir da eliminação das desigualdades étnico-raciais no país e a serviço da população preta.

## REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. Holocausto Brasileiro. São Paulo: Geração, 2013.

ATENÇÃO BÁSICA. Disponível em:  
<https://atencao basica.saude.rs.gov.br/upload/arquivos/201701/11144518-redes-apspara-novos-gestores.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2015. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Art.%206%2C%20S%C3%A3o%20direitos%20sociais,desamparados%2C%20na%20form a%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Art.%206%2C%20S%C3%A3o%20direitos%20sociais,desamparados%2C%20na%20form a%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 7 nov. 2022.

BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 9 nov. 2022.

BRASIL Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016 / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Universidade de Brasília, Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade – Brasília : Ministério da Saúde, 2018. Disponível em:  
[file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/obitos\\_suicidio\\_adolescentes\\_negros\\_2012\\_2016.pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf). Acesso em: 7 nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional dos Psicólogos, Resolução n.º 10/05, 2005. \_\_\_\_\_. Psicologia, ética e direitos humanos.

FOUCAULT, Michel. História da loucura: na idade clássica. 9.ed., São Paulo: Perspectiva, 2010.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Brasil). Políticas Públicas e Modelos de Atenção e Gestão à Saúde no PMA. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2020. Disponível em:  
<https://portal.fiocruz.br/politicas-publicas-e-modelos-de-atencao-saude-no-pma>. Acesso em: 6 nov. 2022.

MARTINS, Pedro. A saúde mental da população negra importa! Por que ainda precisamos afirmar? – Artigo de Emiliano de Camargo David. Abrasco, 20 out. 2020.

Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaude/2020/10/20/a-saudemental-da-populacao-negra-importa-por-que-ainda-precisamos-afirmar-artigo-deemiliano-de-camargo-david/>. Acesso em: 8 nov. 2022.

PASSOS, Rachel Gouveia. Holocausto ou Navio Negreiro?": inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. *Argumentum*, v. 10, n. 3, p. 10-23, 2018.

SANDER, J. A caixa de ferramentas de Michel Foucault, a reforma psiquiátrica e os desafios contemporâneos. *Psicologia & Sociedade*, v.22, n.2, p.382-387, 2010.

SOUZA, Flavia Fernandes de. Criados ou empregados? Sobre o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro antes e no depois da abolição da escravidão. Natal: XXVII simpósio nacional de história, 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371332466\\_ARQUIVO\\_Texto\\_versão\\_final\\_-\\_FlaviaFernandesdeSouza.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371332466_ARQUIVO_Texto_versão_final_-_FlaviaFernandesdeSouza.pdf). Acesso em: 04 de maio de 2023.

**PADRÕES ESTÉTICOS DE BELEZA E RACISMO: uma análise social  
do formol como alisante capilar**

Talyssa de Souza Soares  
Graduanda em História – UNESP  
talyssa.soares@unesp.br

Márcia Pereira da Silva  
Doutora em História – UNESP  
marcia.pereira@unesp.br

**1. INTRODUÇÃO**

O cabelo, desde as civilizações mais antigas, é um dos mais nítidos indicadores de beleza. De acordo com Rita de Cássia Köhler (2011), já na pré-história era possível encontrar pentes e navalhas de pedra que milhares de anos mais tarde foram identificados por arqueólogos, o que indica que desde antes da escrita, o cabelo humano era alvo de cuidados. Na atualidade, o corpo contemporâneo ainda está intrinsecamente ligado à estética, e assim permeia grande parte dos discursos que circulam na sociedade. Assim, essa constante busca pelos cuidados e modelação do cabelo refletiu e ainda reflete no elevado consumo de cosméticos capilares no Brasil, sendo este, o 4º país na posição do ranking dos maiores consumidores de produtos de beleza e higiene do mundo e o 2º no ranking de produtos específicas para cabelo (CRIPPA, 2015, p. 23). Sobre o assunto, Erica Franquilino (2009), então editora executiva e redatora da Revista *Negócios da Indústria de Beleza*, afirma que a demanda de produtos capilares abarca diferentes tipos de alisantes e relaxantes que têm por objetivo alterar a estrutura dos fios de cabelo para que se obtenha uma forma mais lisa, mesmo que temporariamente.

Todavia, a saga das brasileiras por cabelos lisos tinha como aliado, nos anos 1930, um aparato chamado “cabelisador”. Parente distante da chapinha, o instrumento era uma espécie de haste de metal que era levada à brasa ou ao fogão e depois usada para alisar os cabelos” (KÖHLER, 2011, p.47).

Havia ainda quem literalmente passasse os cabelos com o ferro quente na tábua de passar roupas antes da “chapinha” se tornar mais popular. O tipo de alisamento que esses métodos propiciam tem por nome técnico “alisamento térmico” e baseia-se no calor fornecido (energia térmica) sobre os fios de cabelo. Segundo Vicente Gomes Oliveira (2013), a energia térmica é capaz de quebrar algumas interações moleculares, desmanchando as estruturas de  $\alpha$ -hélices no córtex. Nesse processo, a queratina, que é uma proteína formada por microfilamentos com resistência, elasticidade e impermeabilidade à água, sofre o que se chama de desnaturação, e então passa a assumir uma nova forma denominada folha- $\beta$ -pregueada. Contudo, o alisamento térmico possui uma durabilidade reduzida, tendo

em vista que no primeiro contato com a umidade as estruturas da queratina voltam ao seu estado natural. Essa curta temporariedade do efeito liso foi o que levou as mulheres a buscarem por algo que tivesse uma durabilidade mais efetiva. Foi então na década de 1950 que de fato os primeiros alisadores químicos começaram a ser utilizados a partir do hidróxido de sódio (NaOH), mais comumente conhecido como soda cáustica. Dessa forma, em 1990, o “relaxamento” começou a ganhar cada vez mais força nos salões de beleza.

O alisamento químico consiste em fazer as mesmas alterações que ocorrem durante o alisamento térmico nas estruturas proteicas do córtex, porém quebrando as interações intermoleculares por oxirredução e reorganizando-as (OLIVEIRA, 2013, p.6). Para que a estrutura  $\beta$  não volte a ser  $\alpha$  e consequentemente o cabelo volte à sua forma natural, é necessário que se faça uma impermeabilização, e é neste momento que entram os mais variados alisantes. Dentre a maioria dos compostos, o formol é o que apresenta maior durabilidade e eficácia, todavia, seu uso como alisante é proibido pela ANVISA por meio da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 29 em 1 junho de 2012. O componente em questão só pode ser utilizado como conservante com a concentração máxima permitida de 0,2% (CRIPPA, 2015, p.23).

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2020), qualquer adição de formol sobre produtos que já estiverem prontos não é permitida, pois pode acarretar danos à saúde da população e constitui como infração sanitária nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Dessa forma, quando ultrapassada a concentração máxima permitida de formaldeído, pode-se gerar sérios riscos à saúde, tanto para a pessoa que aplica, quanto para a que se submete ao procedimento. Esses riscos podem ser os mais diversos desde uma simples irritação cutânea até câncer nas vias aéreas superiores, podendo levar à morte.

O uso inadequado de produtos que contém formol em sua composição, ou até mesmo do próprio formol, pode acarretar diversos danos à saúde. Segundo o INCA (2020), a exposição ao Formol pode causar efeitos tóxicos agudos no momento de sua aplicação ou nas horas que se seguem. No entanto, o uso repetido e crônico também traz ainda mais riscos para a saúde. A exposição por tempo prolongado, principalmente em ambientes fechados, aumenta o risco de desenvolvimento de câncer, em especial de nasofaringe e leucemias, podendo causar também irritação nos olhos, nariz, mucosas e trato respiratório superior. Em altas concentrações, esse composto pode causar bronquite, pneumonia ou laringite. Os sintomas mais frequentes no caso de inalação são fortes dores de cabeça, tosse, falta de ar, vertigem, dificuldade para respirar e edema pulmonar. Além dos danos à saúde, o formol também é prejudicial ao meio ambiente, tendo em vista que é considerado um poluente orgânico persistente, que, quando destinado inadequadamente, encadeia graves problemas ambientais.

Em junho de 2009 foi publicada a Resolução RDC nº 36, que proíbe a comercialização do formol em estabelecimentos como drogarias, farmácias,

supermercados e lojas de conveniências. A finalidade desta Resolução foi restringir o acesso da população ao formol, coibindo o desvio de uso do formol como alisante capilar, protegendo a saúde de profissionais cabeleireiros e dos consumidores, conforme aponta o INCA (2020).

Apesar de todas essas particularidades legais acerca do uso do formol e as especificidades danosas à saúde supracitadas, muitas mulheres alisam seus cabelos com produtos à base de formaldeído. Não é raro encontrar uma mulher insatisfeita com seu cabelo, e essa insatisfação se justifica principalmente pela pressão sofrida por ela sobre qual é o tipo de cabelo aceitável e desejável. Esse cenário pode desencadear uma série de procedimentos químicos alisantes em prol das sonhadas “autoestima” e “aceitação”. A pedagoga brasileira Nilma Lino Gomes afirma em sua pesquisa que “o cabelo compõe um estilo político, de modo de vida” (GOMES, 2002, p.50). Nesse sentido, alisar o cabelo não significa apenas uma mudança estética, mas uma mudança de estado dentro de um grupo, ou até mesmo uma mudança na maneira pela qual mulheres se vêem e são vistas pelos demais. Nilma explica ainda que ao mesmo tempo em que o corpo é natural ele é simbólico, ou seja, ele serve como um suporte de identidade. O cabelo como componente do corpo também exerce essa função. O cabelo negro, que apresenta como característica definidora a torção dos fios mais acentuada, pode ser entendido, então, como um forte ícone identitário. Todavia, apesar do cabelo natural se mostrar tão importante na identidade e na cultura afro, as mulheres, sobretudo negras, estão submetidas à “ditadura” dos padrões estéticos de beleza.

É sabido que o princípio do belo pode ser influenciado por diversas questões sociais e alterado segundo o momento histórico em que se analisa, mudando de acordo com os valores e ideais de uma determinada sociedade. “Assim, a cultura dita normas em relação ao corpo, às quais o indivíduo tenderá a conformar-se à custa de castigos e recompensas, até o ponto de estes padrões de comportamento apresentarem-se tão naturais quanto o desenvolvimento dos seres vivos ou o pôr-do-sol” (RODRIGUES, 1986, p. 45).

Ainda segundo Nilma Lino Gomes (2002), foi a comparação dos traços e sinais do corpo negro (cor da pele e cabelo, por exemplo) com os do branco europeu colonizador que naquele contexto serviu para formular um padrão de beleza e de “fealdade” que nos cerca até os dias de hoje. Na visão da autora Joice Berth (2019), uma vez que se criam padrões estéticos que são pautados na hierarquização das raças, concomitantemente criam-se dois grupos: o que é aceito e o que não é aceito. Dessa maneira, o que não for aceitável deve ser excluído para garantir a prevalência do que é socialmente desejado. Novamente segundo a autora, um padrão estético de beleza que prima pela “brancura” numa sociedade tão miscigenada como a brasileira, afeta direta e indiretamente as vidas dos indivíduos e as diferentes instituições sociais.

Berth (2019) afirma que, embora a deturpação das características fenotípicas da mulher negra possa significar sensação de bem-estar ao se deparar

diante do espelho com um cabelo liso, tal alisamento também pode causar mal estar, tanto pelo fato de que para manter o cabelo será necessário muitos cuidados e gastos quanto pela falsa sensação de que mudar o cabelo alteraria possíveis preconceitos que enfrenta em relação à etnia e cor da pele. Nesta perspectiva, cabe ressaltar a fala do autor do livro “Racismo Estrutural”, Silvio Almeida (2019, p.32): “Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como ‘normais’ em toda a sociedade”.

## **2. SURGIMENTO DOS SALÕES E OS CABELOS ATRAVÉS DA HISTÓRIA**

Como já informado anteriormente, desde os primórdios o cabelo vem sendo um dos mais nítidos indicadores de beleza e permeava o cotidiano do ser humano com diferentes penteados, significados e importância. O cabeleireiro, o responsável por cuidar desse indicador, é um dos profissionais mais antigos da humanidade.

Há cerca de cinco mil anos atrás, no Egito, a arte de cuidar dos cabelos chegou no ápice com perucas sofisticadas, por meio das quais os cabeleireiros podiam mostrar toda sua habilidade. No entanto, foi na Grécia antiga que surgiu um lugar especializado para tratar da questão capilar, *Koureira* que se situava na praça pública de Atenas onde escravos denominados *kosmetes* (embelezadores de cabelo) perfumavam as madeixas com óleos preciosos entre outros cuidados e enfeites como tiaras e fitas. E assim, a moda dos cabelos na Grécia persistiu por mais três séculos, de acordo com Érica Franquilino (2009).

Na França, no século XVII, apareceram figuras importantes no país, como Maria Antonieta e suas elaboradas e luxuosas perucas e penteados, que eram sinônimo de riqueza e ditavam a moda da época. Esses adornos se tornaram tão representativos que a popularidade dos profissionais da área aumentou bruscamente. No ano de 1635, já tinha sido inaugurado, em Paris, o “*Champagne*”, conhecido como “*Le sieur*” o primeiro salão de beleza do mundo (SEBRAE, 2013, p.21). Contudo, esses espaços eram restritos às mulheres nobres e ricas da corte. Com isso, foi só no início do século XX que emergiram os primeiros salões de beleza populares para as mulheres. Estes não serviam apenas para tratar do cabelo, mas era também um ponto de encontro para as conversas e debates, assim como na Grécia Antiga. Le Gros Rumigny foi um importante nome na área da beleza, pois foi ele o responsável por estabelecer de fato o cabeleireiro como uma profissão. Além disso, ainda de acordo com o artigo supracitado, Rumigny criou a primeira escola profissional de cabeleireiros de que se tem registro na história, a Academia do Penteadado, que se localizava em Paris.

A década de 1920 foi marcada por muitas mudanças sociais e políticas que adentraram no âmbito capilar.

Na década de 1920, era a moda das mulheres usarem cabelos curtíssimos, a la garçonne. Naquela época, as mulheres mais independentes e ativas, com intensa vida social e engajadas no trabalho, rejeitavam as tradições que as obrigavam a usar cabelos compridos, as quais remontam a Idade Média (FRANQUILINO, 2009, p.16).

O marco inicial e oficial para a profissão de cabeleireiro no Brasil se deu apenas em 1960, quando ocorreu a separação desse grupo dos barbeiros e foi criado o Comitê Artístico Brasileiro que selecionava profissionais para participar de concursos de cortes, penteados etc. Nos anos 80 o negócio dos salões de beleza cresceu entre as grandes cidades e se expandiu por meio de franquias espalhadas pelo país.

### **3. PADRÕES ESTÉTICOS DE BELEZA E CABELO**

“Padrão de Beleza” é um termo que está ligado à compreensão do que é o belo de acordo com os parâmetros estabelecidos por uma determinada sociedade. Desta forma, o que se toma por belo é instituído como um padrão que deverá ser seguido pelos indivíduos. De acordo com Carvalho (1983), os europeus e sobretudo os anglo-saxões definiram um padrão de beleza para toda a espécie humana e o impuseram “literalmente a ferro e fogo” ao resto mundo, baseados em teorias deterministas. Atualmente, estes fazem isso através da indústria cultural e do controle político e financeiro, assim como também o faz os norte-americanos.

Essa imposição se deu por volta do século XVI, quando os europeus tomaram a força a América e consolidaram o tráfico de escravos da África para lá. Doravante, quando o sistema capitalista se combinou com o colonialismo escravocrata, estabeleceu-se a divisão entre brancos e não brancos, sendo que os primeiros eram a referência de civilização e beleza.

Quando se pensa em um padrão estético, pode-se atribuir um modelo aos componentes relacionados à autoimagem, como a forma do corpo, a aparência da face, das unhas e principalmente dos cabelos. Atualmente, no cenário contemporâneo os corpos vieram ganhando muita notoriedade, e por isso “as relações entre as pessoas estão cada vez mais efêmeras, sendo a aparência, ou seja, a impressão física, um importante elemento de julgamento nas interações sociais” (FERRAZ; SERRALTA, 2007, p. 558). Dessa forma, a pressão externa dos padrões estéticos de beleza por meio das mídias mobiliza o indivíduo em sua percepção de si e, concomitantemente, influencia sua autoestima, deixando-o vulnerável e suscetível a se submeter a procedimentos que modifiquem os elementos do seu corpo.

Um desses elementos que podem ser modificados é o cabelo, que por sua vez pode apresentar diferentes características de acordo com o grupo étnico que o indivíduo pertence, considerando obviamente as interferências genéticas. De acordo com Patrick Obukowho (1996), os cabelos do leste africano apresentam um

alto grau de torção, curvatura e ondas, enquanto os do norte são extremamente retos. Além da genética, segundo o autor, a explicação para isso é puramente biológica e se deve a fatores ambientais como o calor, umidade e disponibilidade nutricional que afetam diretamente a estrutura física do cabelo. Assim, essas características capilares estão muito ligadas às questões que envolvem a adaptação humana, por isso, o tipo de fio se deve à maneira como cada grupo se adaptou e evoluiu em seu ambiente. No entanto, apesar dos cabelos crespos e enrolados serem produtos naturais da adaptação, estes não são originários do grupo “dominante”; os brancos europeus, e por essa razão encontram-se fora do padrão estético de beleza.

Estar fora deste padrão pode trazer muitas implicações, uma vez que o cabelo representa um elemento estético de autoafirmação e de cultivo do amor à própria imagem, seja o indivíduo da etnia que for, sobretudo para mulheres, como afirma Joice Berth (2019). Nestes casos geralmente a opressão sofrida pelas mulheres é maior em relação aos homens, visto que a sociedade é historicamente machista. Sendo assim, para se aproximar deste modelo, os principais alvos dos alisamentos capilares se tornaram os indivíduos com descendência étnica caucasiana e negra. Dessarte, a escolha por parte do consumidor da forma que deseja para seus cabelos está diretamente relacionada a sua proveniência étnica. “(...) esse estigma recai sobre os ombros de mulheres negras desde a mais tenra infância, pois nossos cabelos são alvo constante de diversas injúrias, rejeições e manifestações racistas, esteja ele alisado ou ao natural” (BERTH, 2019, p.72).

#### **4. RACISMO E CABELO**

“O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.” (ALMEIDA, 2019, p.22). Segundo o autor José Jorge Carvalho (2018), na medida em que o colonialismo europeu se intensificava nos demais continentes do mundo, mais se intensificava o racismo. Assim, o imaginário racista que interpela a sociedade contemporânea acabou por estabilizar uma hierarquia racial que colocou homens de pele clara, olhos preferencialmente claros e cabelos lisos no topo. Este imaginário funciona muito bem até os dias de hoje e possui reflexos em vários âmbitos da cultura, pois por mais que os sistemas de escravidão tenham sido abolidos ainda existem marcas profundas do racismo enraizadas na sociedade.

Ainda no século XX eram produzidas músicas com conteúdos extremamente preconceituosos e racistas como aquela composta em 1940 pelo jornalista brasileiro David Nasser, em parceria de Rubens Soares, interpretada por diversos nomes da MPB, que diz: “Nega do cabelo duro/Qual é o pente que te penteia?”.

Uma mulher negra pode alisar seus cabelos na busca consciente ou inconsciente pela estética europeia/caucasiana que foi cunhada pelo colonizador como aceitável, agradável, desejável. Embora essa deturpação de suas características fenotípicas possa lhe trazer uma sensação de bem-estar ao se vislumbrar diante do espelho, saber que esse cabelo não é seu e, portanto, exigirá um conjunto de cuidados para se manter, incluindo tácticas para que os outros esqueçam esse detalhe incômodo e a insatisfação que inevitavelmente circula pelo seu interior, acaba por alimentar, diante das dificuldades de manter a aparência colonizada, as rejeições do sistema racista que sempre a vitimaram (BERTH, 2019, p. 71).

Dessa forma, para as mulheres negras, desde muito cedo o cabelo enrolado, armado ou crespo se torna um fardo que ao longo do desenvolvimento pesa cada vez mais. Ainda segundo Berth, esse peso abala a percepção da identidade negra, pois independente de todo o cuidado que essa mulher possa atribuir a esse cabelo, os estereótipos e os preconceitos raciais permanecerão sólidos no senso comum. Em detrimento desse padrão de beleza que prima pela “brancura”, como já explicado anteriormente, é inevitável que uma sociedade com tanta diversidade étnica como o Brasil e com mais de 50% da população composta por pessoas negras, acabem sendo afetadas de alguma forma. Por isso, é tão importante pensar num significado universal para a relação do ser humano com os cabelos. No ponto de vista de Alcântra (2000) o estado dos cabelos pode revelar a trajetória de vida de uma pessoa, sua condição de existência e até mesmo um momento vivido dentro de um grupo social. Nesse sentido, o corpo se torna um suporte para a identidade negra e o cabelo, um ícone identitário.

Pode-se dizer que o racismo é um produto da própria estrutura social, do modo prático e “normal” que se instituem as relações sociais e não uma patologia ou um desarranjo institucional; o racismo é estrutural. No entanto, de acordo com Silvio de Almeida (2019), o emprego do termo “estrutura” não implica que o racismo seja uma condição imutável e que as ações e políticas institucionais não tenham utilidade. Desta forma, pode-se afirmar que os padrões estéticos de beleza se mostram excludentes e preconceituosos, já que provém da cultura geral e enraizada de uma determinada população. Em outras palavras, a cultura e seus produtos só são racistas porque a sociedade é racista. Num país tão multicultural como o Brasil, que possui mercados livres, o racismo é, muitas vezes, até explorado comercialmente. Nesse sentido, o cinema, as revistas, as mídias sociais e todo o conjunto da indústria cultural não precisam necessariamente negar a existência do racismo, apenas se aproveitar dele e explorar novos consumidores, criando produtos que modifiquem a identidade negra, fazendo com que os indivíduos se afastem cada vez mais das características fenotípicas negras. Um exemplo desses produtos é o alisante capilar.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde as mais antigas comunidades humanas, a estética, percepção do “belo”, sempre foi muito valorizada. Essa percepção, no entanto, é dinâmica e pode variar de lugar para lugar e de acordo com o momento histórico. Em razão disso, além de ser um órgão cujas funções são de proteger e regular no bom funcionamento do corpo, os cabelos têm valor indiscutível como ornamento pessoal. O cabelo e a autoestima de uma mulher estão diretamente ligados. Este, pode evidenciar sua identidade, estilo, humor, estado dentro de uma sociedade além de ser símbolo de empoderamento feminino. Os diferentes tipos de cabelo são resultado de variadas conformações das cadeias proteicas e dos diversos tipos de aminoácidos. Essas variações são o que definirão se os cabelos serão cacheados, crespos, lisos ou ondulados. O tipo de fio se deve à maneira como cada grupo humano se adaptou e evoluiu em seu ambiente. Nessa perspectiva, os povos africanos a milhares de anos atrás desenvolveram cabelos crespos durante o processo evolutivo que acabaram por se perpetuar até os dias de hoje, geneticamente. Segundo explicações biológicas, o cabelo crespo consegue manter uma camada de ar com poucos centímetros entre a cabeça e o ambiente, e esse espaço serve de refrigeração. Dessa forma, o crescimento em forma de mola forma uma proteção para o couro cabeludo em relação ao sol quente.

Apesar do tipo de cabelo ter explicações puramente naturais e adaptativas, existe um padrão estético que adentra o âmbito capilar e dita um uma forma “ideal” de cabelo. Essa forma obviamente obedece ao padrão estético europeu que coloca os traços brancos como os aceitáveis e superiores, sendo assim, o padrão estético capilar acaba por ser o do cabelo liso. Uma vez que existe um padrão, dificilmente alguém quer ficar fora dele. Nesse sentido, a população negra que historicamente já sofreu e ainda sofre muita discriminação, acaba se submetendo a ele, para se sentir menos rejeitada e discriminada, e vê então no alisamento capilar a solução de uma parte dos conflitos gerados e pautados no racismo. O problema é que a maioria dos alisamentos químicos possui substâncias alisantes que modificam a estrutura do cabelo e trazem diversos riscos à saúde, como o formol, por exemplo. Na finalização do processo de alisamento a base deste composto é aplicada com a chapinha, pois, sob aquecimento o formol age junto com a queratina, o que permite que o fio fique mais liso e mais resistente à água. Geralmente, esses procedimentos são realizados a cada três meses para que o cabelo esteja sempre bem liso e leva cerca de duas horas. O relevante disso é que a pessoa que está se submetendo ao alisamento ou o/a profissional que o realiza, ficam muito tempo expostas ao composto, e por consequência, podem estar correndo um sério risco de desenvolver doenças graves. Os danos causados pela exposição prolongada podem variar entre irritação nos olhos, nariz, mucosas e trato respiratório superior, fortes dores de cabeça, tosse, falta de ar, vertigem, dificuldade para respirar, edema pulmonar ou até mesmo câncer nas vias aéreas superiores.

É necessário entender que o intuito do presente trabalho não é condenar a prática do alisamento capilar, mas sim de compreender quais as motivações que levam mulheres a ele. Dentro desse panorama foi buscado tratar de questões estruturais da sociedade, como o racismo, e não das escolhas individuais de cada mulher. Portanto, essa temática se mostra muito importante não somente para as mulheres negras, mas para todas as mulheres brasileiras. Por isso, é fundamental para a saúde destas e para o processo de luta no campo estético que fique evidente que toda essa construção negativa da imagem dos indivíduos negros teve motivações puramente sociopolíticas. O padrão estético de beleza afeta a todas, mesmo que em graus diferentes. E para que esses graus diminuam é necessário que todas as mulheres persistam firmes na luta pela liberdade de serem quem de fato são e assumam suas identidades reais a fim de que sociedade como um todo destrua heranças históricas da colonização, como o racismo.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução da diretoria colegiada - RDC nº 29, de 1 de Junho de 2012. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2012/rdc0029\\_01\\_06\\_2012.html#:~:text=Aprova%20o%20Regulamento%20Técnico%20Mercosul,Perfumes"%20e%20dá%20outras%20providências](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2012/rdc0029_01_06_2012.html#:~:text=Aprova%20o%20Regulamento%20Técnico%20Mercosul,Perfumes). Acesso em: 05 de abr de 2023.
- ALCÂNTARA, M.L.B. O corpo do brasileiro: estudos de estética e beleza. Revista de Antropologia, São Paulo, Senac, v. 44, n. 2, p. 231–234, 2001.
- ALMEIDA, S.L. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais, n. 5)
- BERTH, J. O que é Empoderamento? São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais, n. 4)
- CARVALHO, J. J. Racismo fenotípico e estéticas da segunda pele. Revista Cinética: Cinema e crítica, [s.l.], 2007. Disponível em: [http://www.revistacinetica.com.br/cep/jose\\_jorge.htm](http://www.revistacinetica.com.br/cep/jose_jorge.htm). Acesso em 05 de abr de 2023.
- CRIPPA, V. O; TEIXEIRA, L.F; REBELLO, L. C. Análise quali-quantitativa de formaldeído em amostras de produtos destinados ao alisamento capilar utilizados em salões de beleza no município de Linhares, ES - Brasil. Infarma: Ciências Farmacêuticas, Espírito Santo, [s.n.], vol 27, n.1, p. 22-27, 2015. Disponível em: [https://revistas.cff.org.br/?journal=infarma&page=article&op=view&path\[\]=712](https://revistas.cff.org.br/?journal=infarma&page=article&op=view&path[]=712). Acesso em: 20 de abr de 2023.
- FERRAZ, S. B; SERRALTA, F. B. O impacto da cirurgia plástica na auto-estima. Estudos e pesquisas em psicologia. Rio de Janeiro, UERJ v.7, n. 3, p. 557-569, dez. 2007.

FRANQUILINO, E. Cabelos através dos tempos. Revista de Negócios da Indústria da Beleza, São Paulo, Edição Temática Digital n. 11, p. 6-11, 2009 a.

FRANQUILINO, E. Formulação de produtos para cabelos. Revista de Negócios da Indústria da Beleza, São Paulo, Edição Temática Digital, n. 11, p. 28-38, 2009 b.

INCA (Brasil). Formol. In: Ministério da Saúde (Brasil), 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/causas-e-prevencao-do-cancer/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/solventes/formol>. Acesso em: 30 de abr de 2023.

INCA (Brasil). Qual a concentração permitida para o formol utilizado como alisante capilar?. In: Ministério da Saúde (Brasil), 2020. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/perguntas-frequentes/qual-concentracao-permitida-para-o-formol-utilizado-como-alisante-capilar-nos>. Acesso em: 30 de abr de 2020.

INCA (Brasil). Qual a legislação que proíbe ou restringe o uso do formol, principalmente em cosméticos?. In: Ministério da Saúde (Brasil), 2020. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/perguntas-frequentes/qual-legislacao-que-proibe-ou-restringe-o-uso-formol-principalmente-em>. Acesso em: 30 de abr de 2023.

KÖHLER, R. C. O. A Química da Estética Capilar como Temática no Ensino de Química e na Capacitação dos Profissionais da Beleza. 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado em Química) - Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2011.

OBUKOWHO, P. Designing Emulsions for Relaxer Actives. Cosmetic & Toiletries (Ed.em Inglês). Nova Jersey [s.n] vol. 121, n. 5, p. 69-74, 2006.

OLIVEIRA, Vicente Gomes. Cabelos: uma contextualização no ensino de química. UNICAMP, 2013, 11 f. Subprojeto – Química. Pibid Unicamp, 2013.

RODRIGUES, José Carlos. Tabu do Corpo. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

SEBRAE. Beleza & Estética: estudo de mercado - Salões de beleza, Carteira Beleza e Estética. - UACS - Sebrae Nacional. 2013. 160 f. Brasília, 2013.

---

**SOM, CÂMERA, AÇÃO: uma análise discursiva sobre as publicações do  
Prime Video nas mídias sociais Twitter e Instagram**

Ana Clara da Silva Garcia<sup>4</sup>  
Graduanda em Letras Português/Inglês – Uni-FACEF  
anaclara.sgarcia2002@gmail.com

Ana Lúcia Furquim Campos -Toscano  
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa – Uni-FACEF  
anafurquim@yahoo.com

## 1. INTRODUÇÃO

Na sociedade atual, estamos envolvidos pela tecnologia e, ao perceber que grande parte da nossa comunicação se dá na “realidade” virtual, por meio das mídias sociais, verificamos a necessidade de expandir os estudos linguísticos para os enunciados provenientes desse meio tecnológico, visto que, ao pesquisarmos a respeito, há muito a se estudar sobre essas mídias, entre elas, o Instagram e o Twitter, objetos de nossa pesquisa, em particular, os discursos do Prime Video presentes nesses aplicativos.

O presente artigo, portanto, trata de uma pesquisa de iniciação científica em andamento cujo objetivo é analisar comparativamente essas duas redes sociais, utilizadas pela plataforma de *streaming* para divulgação dos lançamentos de filmes e séries a fim de verificar seu projeto de dizer construído por meio da postagem de vídeos, imagens e enunciados verbais, verificando as aproximações e as diferenças na construção discursiva existente entre elas, assim como a interação entre a empresa e seus seguidores. Para tal, estamos realizando pesquisas sobre as redes sociais Twitter e Instagram a fim de entender como é a constituição do discurso em cada uma dessas redes sociais e quais são os recursos verbo- visuais utilizados.

Como objetivos específicos, propomos: pesquisar sobre as redes sociais Twitter e Instagram; entender como é a constituição do discurso em cada uma dessas redes sociais e quais são os recursos verbo-visuais utilizados; estudar os conceitos de enunciado concreto, dialogismo e gêneros do discurso; compreender a construção discursiva de diferentes semioses (verbais e não verbais).

A fim de alcançar os objetivos mencionados, utilizamos como referencial teórico-metodológico a análise dialógica do discurso a partir das reflexões do Círculo de Mikhail Bakhtin e de seus comentadores, em especial,

---

<sup>4</sup> Bolsista de Iniciação Científica – Uni-FACEF.

gêneros do discurso, estilo e dialogismo, além de estudos sobre mídias sociais, entre eles, Terra (2011) e Ramalho (2010).

Aplicamos as categorias de análise dialógica sobre o *corpus* selecionado, a saber, publicações do Prime Video nas mídias sociais Twitter e Instagram.

Nesse sentido, organizamos o artigo, inicialmente, com discussões teóricas e, em seguida, aplicamos esses conhecimentos na análise de postagens nas mídias sociais já mencionadas

## **2. BAKHTIN E SEU CÍRCULO DE ESTUDOS**

O Círculo de Bakhtin, grupo de estudiosos que desenvolveu diversas reflexões que darão suporte teórico-metodológico para este artigo, realizaram suas pesquisas entre as décadas de 1920 e 1970. Os conceitos apresentados e explorados nas obras desenvolvidas pelo Círculo não devem ser considerados genuinamente bakhtinianos, uma vez que diversos outros pesquisadores, dentre eles, o próprio Mikhail Bakhtin, V. N. Voloshinov, P. Medvedev, I. Kanaev, M. Kagan, L. Pumpianskii, M. Yudina, K. Vaguinov, I. Sollertinski e B. Zubakin, contribuem com os conceitos propostos, dialogando com os contextos políticos, acadêmicos, sociais e culturais. Ainda que o princípio do Círculo seja de origem russa, quando os primeiros futuros estudiosos nasceram, ao final do século XIX e começo do século XX, o grupo de estudos e suas teorias, no Brasil, têm maior ascensão a partir do ano de 1980, quando as pesquisas acadêmicas e sociológicas começaram a manifestar uma forte presença dos conceitos propostos pelos teóricos. Entretanto, nessa época, as investigações já tinham influência nas reflexões das Ciências Humanas, principalmente no que tange à dimensão linguística de outros países, como Itália, França, Inglaterra, Canadá e Alemanha. Ainda hoje, os estudos propostos pelo Círculo manifestam tamanha influência sobre as pesquisas filosóficas, literárias e artísticas, as quais destinam atenção para além do conteúdo verbal, mas também para as instituições que delimitam o contexto que os pensamentos foram produzidos, recebidos, rejeitados e redescobertos.

Neste sentido, para esta pesquisa, levamos em consideração as contribuições que dizem respeito aos gêneros do discurso e o dialogismo.

### **2.1. A estabilidade relativa dos gêneros do discurso**

Sobre os gêneros do discurso, Bakhtin afirma que eles atendem as mais diversas esferas da atividade humana. Neste sentido, a utilização da

língua ocorre por meio de enunciados orais e escritos, os quais são concretos e únicos. Dessa forma, os gêneros discursivos são tão variados quanto as esferas de atividades humanas, uma vez que os enunciados refletem as finalidades e condições específicas que cada momento enunciativo exige e cada uma dessas esferas de atividade acomoda inúmeros gêneros do discurso, que vão se diferenciando e se alterando na medida em que a esfera se modifica e fica mais complexa. Qualquer enunciado, quando considerado de maneira isolada, se apresenta individual, entretanto, cada esfera de utilização da língua cria tipos relativamente estáveis de enunciados e são esses enunciados relativamente estáveis o que o Círculo denomina como gêneros do discurso.

Um dos princípios mais importantes constitutivos de um enunciado são a relação deste com o ouvinte e sua influência sobre o enunciado e a conclusão verbal peculiar pela qual ele se materializa. Nessa perspectiva, Brait (2016) comenta que o embasamento constitutivo de um enunciado se faz a partir da relação indissolúvel existente entre língua, linguagens, história e sujeitos. Com isso, a estudiosa afirma que o conhecimento é produzido e adquirido em contextos históricos específicos, de modo que a análise discursiva, na perspectiva do Círculo, deva ultrapassar os estudos linguísticos e ocorrer por meio de uma nova disciplina, a metalinguística, a qual tem como objeto de estudo as relações dialógicas de um enunciado que, por sua vez, são extralinguísticas, mas também não podem ser separadas da materialidade integral concreta do discurso.

Essa nova disciplina proposta pelo Círculo de Bakhtin traz a ideia da construção de um ponto de vista dialógico que é dado como constitutivo da linguagem, dessa forma, o diálogo apresenta uma bivocalidade, a qual se refere à sua natureza material e a forma de enfrentá-la. O enfrentamento da linguagem leva em consideração as particularidades discursivas que apontam para contextos mais amplos, o extralinguístico incluído em determinado discurso, o qual indica sua heterogeneidade constitutiva, levando a análise para além da materialidade linguística na tentativa de compreender a qual gênero um dado enunciado pertence e também os gêneros que nele se articulam, além das tradições de atividades em que eles estão inseridos e sua maneira de participar ativamente das esferas de produção, circulação e recepção (BRAIT, 2016). Dessa forma, somos capazes de compreender a identidade desse discurso nas relações dialógicas estabelecidas entre outros discursos e outros sujeitos.

Todo enunciado tem um começo e um fim absoluto, entretanto, antes de seu início existe o enunciado dos outros e depois de seu fim há os enunciados-resposta de outros, os quais não são necessariamente orais,

podem ocorrer por meio de um ato-resposta que se baseia em determinada compreensão ou uma ação responsiva-ativa muda. Com isso, é possível entender que o enunciado é uma unidade real estritamente delimitada pelas alternâncias dos sujeitos falantes e deve ser considerado como unidade de significação da comunicação, ou seja, é necessariamente, contextualizado. Nessa perspectiva, o enunciado é único, dentro de situações e contextos específicos, portanto, são também, irrepetíveis.

Para que o enunciado exista, é necessário que ocorra a comunicação efetiva entre os sujeitos e discursos nela envolvidos. Nessa perspectiva, o enunciado reflete, além da voz que o fala, outras vozes que estão presentes no seu interior, revelando o meio social em que ele está inserido, ideologias, características do tempo no qual ele foi produzido e assim por diante. Dessa forma, se faz importante pensar também acerca do momento da enunciação, que, juntamente com o enunciado, constrói, necessariamente, um processo interativo, o qual é composto por conteúdo verbal e não verbal, constituintes da situação presente, e que, além disso, fazem parte de um momento histórico.

O enunciado concreto, portanto, ocorre por meio dessas interações e sua forma e significado são determinados pelo caráter dessa interação, de modo que é importante a constituição interacional que todo enunciado desempenha. Nessa perspectiva, para que aconteça essa interação, deve existir uma alternância de vozes que, por sua vez, ocorre a partir de acontecimentos entre sujeitos, ou seja, é o conceito de diálogo proposto pelo Círculo. Ainda que os enunciados não se repitam, também não são inteiramente novos, pois reiteram marcas históricas e sociais que caracterizam uma dada cultura, uma dada sociedade.

Acerca dos elementos que constitui um gênero, Bakhtin (1997, p. 279) afirma que:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada

esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso.

Nesse sentido, o conteúdo temático refere-se ao tema abordado em determinado enunciado, a construção composicional refere-se ao modo de organização e o estilo é a caracterização do gênero relacionado a uma dada esfera da atividade e comunicação humana, ou seja, o estilo são escolhas linguísticas, que atendem as necessidades das práticas humanas, considerando, além disso o destinatário, suas preferências, suas objeções etc.

Seguindo esse pensamento, na perspectiva dos estudos do Círculo, Fiorin (2006, p. 40) afirma que o “estilo é, pois, uma seleção de certos meios lexicais, fraseológicos e gramaticais em função da imagem do interlocutor e de como se presume sua compreensão responsiva ativa do enunciado”. Como já explorado anteriormente neste tópico da pesquisa, cada esfera envolve os gêneros apropriados às suas especificidades, os quais obedecem a certos estilos. O estilo depende da relação entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal e a maneira como ele constrói a compreensão responsiva ativa. Nesse sentido, o ouvinte e/ou leitor de um enunciado também exerce um papel crucial no estilo.

Além dos empregos verbais, existe a possibilidade também de que um enunciado ocorra por meio de recursos visuais, verbo-visuais e verbo-visuais, que também manifestam o tom emotivo-valorativo e expressividade, podendo, sofrer alterações para ser eficiente quanto à finalidade exigida e para que atinja o interlocutor, criando os efeitos de sentido desejados.

Embora haja o estilo do gênero, o enunciador revela traços de seu próprio estilo, seja ele verbal ou verbo-visual. A relação dos constituintes do enunciado, conteúdo temático, estilo e estrutura composicional, da mesma forma, relacionam-se e complementam o sentido e a intenção do enunciador.

## **2.2. Dialogismo: fenômeno constitutivo dos discursos**

Para o Círculo de Bakhtin, o dialogismo é um fenômeno natural e próprio de todo discurso vivo. Nesse sentido, todo e qualquer discurso, independentemente de sua dimensão, tem em seu interior a participação da interação viva e tensa de outros discursos que o permeiam, de modo que o dialogismo se evidencia como as relações de sentidos que se estabelecem entre dois enunciados.

Seguindo essa mesma perspectiva, Fiorin (2006), contribui com a afirmação de que todo discurso que fale de qualquer objeto, não está se

referindo à realidade, mas aos discursos que o circulam e que, portanto, infiltram no enunciado em construção, delimitando-o e exercendo papel dialógico em sua constituição. Ainda, essa relação existente entre os enunciados não tem compromisso de, necessariamente, reafirmar discursos anteriores, podendo também contradizê-los ou refutá-los.

É importante lembrarmos que os enunciados são únicos e irrepetíveis, enfatizando a importância do momento de enunciação, que acontece a partir da unicidade do ser e do evento. Sendo assim, as relações que determinado enunciado estabelece com outros discursos só são possíveis de serem identificadas quando sabemos seu contexto de produção. Por exemplo, de acordo com Fiorin (2006), a frase “É mulher” pode ser repetida inúmeras vezes, mas em cada uma dessas repetições teremos um enunciado diferente, o qual carrega valores diversos e dialogam de maneiras distintas com outros discursos. Essa frase, quando enunciada em tom de admiração, traz um sentido positivo ao gênero feminino, dialogando com outros enunciados que afirmam e contradizem a ideia de que o gênero feminino é digno de admiração. Entretanto, se essa mesma frase é empregada no trânsito, com entoação agressiva, se referindo à motorista de algum veículo, o enunciado traz consigo outros valores, neste caso, negativos, os quais dialogam de maneira distinta da anterior com os enunciados que o permeiam. Nesse sentido, um discurso constitui-se a partir do outro, o discurso com apreciação admirativa dialoga com o discurso com entoação desdenhosa e ambos dialogam com outros que constroem a imagem feminina de determinada sociedade.

É válido ressaltar que, ainda que as vozes presentes em determinado enunciado não estejam evidentemente referenciadas nele, ela exerce função essencial para a sua construção. Ainda, todo enunciado revela duas posições, a dele e a que está em oposição à qual ele se constrói, evidenciando o seu direito e seu avesso, assim como exemplificado anteriormente. Neste sentido, Fiorin (2006, p. 28) faz a seguinte afirmação:

As relações dialógicas tanto podem ser contratuais ou polêmicas, de divergência ou de convergência, de aceitação ou de recusa, de acordo ou de desacordo, de entendimento ou de desinteligência, de avença ou de desavença, de conciliação ou de luta, de concerto ou de desconcerto. A relação contratual com um enunciado, a adesão a ele, a aceitação de seu conteúdo faz-se no ponto de tensão dessa voz com outras vozes sociais. Se a sociedade é dividida em grupos sociais, com interesses divergentes, então os enunciados são sempre espaço de luta entre vozes sociais, o que significa que são inevitavelmente o lugar da contradição.

Ainda é preciso que a natureza individual do enunciado também seja pensada, pois, de acordo com o Círculo de Bakhtin, mesmo que os enunciados tenham natureza dialógica, eles também são pensados para o momento da enunciação, levando em consideração o seu destinatário e suas atitudes responsivas-ativas. Neste sentido, o enunciado, além de ter dimensões sociais, as quais retomam e refutam discursos que circulam em determinada sociedade, tem também uma dimensão particular, a qual exerce grande importância no modo como esse enunciado será realizado para que seu intuito discursivo seja alcançado. Sendo assim, para Bakhtin, todo ser humano é social e individual, portanto, os enunciados produzidos por eles também adquirem características de ambas essas naturezas.

### **3. TWITTER, INSTAGRAM E PRIME VIDEO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

De acordo com Terra (2011), na perspectiva da área de Administração, as empresas devem ser estratégicas ao criar canais de comunicação com a sociedade, resguardando seus interesses e se dedicando para conseguir a maior quantidade de interação entre elas e seus clientes, valorizando a harmonia dessa relação.

Uma vez que determinada empresa não consegue controlar aquilo que é compartilhado sobre ela nas mídias digitais, principalmente redes sociais, não basta somente que compartilhe informações sobre si mesma, pois é a partir dos comentários realizados pelos indivíduos que tiveram contato com os serviços oferecidos, que a reputação da companhia se constrói. Sendo assim, basta apenas um *click* e uma simples busca na *internet* para obter informações sobre determinada instituição, as quais podem ter sido oferecidas por ela mesma, ou por outras pessoas.

Para que uma corporação tenha resultados eficientes na comunicação, é necessário que haja um planejamento sobre sua comunicação organizacional, cujo objetivo é analisar as tendências, prever consequências e planejar ações que atendam aos interesses da instituição, a fim de promovê-la e divulgá-la a partir de sua imagem e da relação exercida com seus públicos que ocorre a partir de três outros tipos de comunicações: interna, mercadológica e institucional<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> A comunicação interna constitui-se no diálogo entre a empresa e seus funcionários, enquanto a institucional engloba os públicos interno e externo, chamados de *stakeholders*, e que tem como objetivo garantir a identidade corporativa, ou seja, missão, visão e valores organizacionais. Já a comunicação mercadológica está relacionada ao *marketing*, seja na divulgação de produtos e serviços, quanto na pesquisa de mercado e na gestão de relacionamento.

É importante ressaltar que a comunicação digital permite que todos os usuários tenham o mesmo nível de participação, possibilitando a contribuição para uma transformação estrutural e processual dos núcleos de produção de conteúdo para esses ambientes, ocorrendo por meio de elementos que englobam conversações, trocas, interações entre usuários conectados à rede, equilíbrio e/ou simetria dessas interações. Terra (2011, p.20) faz a seguinte afirmação acerca da comunicação digital:

Atualmente é possível dizer, até mesmo, que a relação entre comunicação e tecnologia é indissolúvel, irreversível e passível de ser negligenciada, o que coloca o comunicador contemporâneo em exercício de correlação entre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e a tradicional arte de comunicar.

A comunicação digital, com seu potencial de fluxos comunicativos e multidirecionais, faz com que as relações sociais se desverticalizem nos diferentes ambientes, sobretudo nas empresas, daí a importância de estudarmos a ambiência digital na sociedade e no mundo corporativo.

Nesse sentido, uma empresa que tem por objetivo atingir assertivamente o público, a partir dos ambientes comunicativos digitais, deve se comunicar estrategicamente, sabendo que suas ações se desdobrarão e poderão ser alvo de manifestação de outros usuários. Para que ocorram *feedbacks* e interações benéficas à empresa, é preciso que o público se sinta representado por ela, para tanto, elas buscam conhecer e representar a cultura, os propósitos e os públicos presentes nesses ambientes. É importante que a ferramenta de comunicação usufruída, como um *website*, um portal corporativo, um *blog*, um *podcast* etc, seja utilizado pelo público-alvo, pois, caso contrário, a comunicação não será recíproca e efetiva. Nessa perspectiva, as reputações corporativas estão sendo construídas tentando engajar os grupos de interesses ligados às organizações por meio de um diálogo contínuo e conversações que atinjam às necessidades dos clientes.

A essa altura, faz-se necessário pensar sobre o Twitter e o Instagram, mais especificamente as publicações do Prime Vídeo nesses ambientes virtuais. Mas, primeiramente, devemos entender a importância que essas duas plataformas exercem para a comunicação.

De acordo com Korilo (2020), o Instagram foi lançado no dia 6 de outubro de 2010, desenvolvido primeiramente para usuários IOS, como forma de reviver a memória das Polaroids. Entretanto, seu sucesso foi gigantesco, alcançando 10 milhões de usuários no ano de 2011, número que, em 2020, alcançou uma marca de 700 milhões. A base de relacionamento oferecida pela

rede consiste no compartilhamento de publicações e *stories*, os quais podem ser comentados, curtidos, respondidos e compartilhados. Ainda, a rede não necessita que duas pessoas se conectem para que o seu conteúdo seja visualizado, permitindo que indivíduos anônimos sigam celebridades, empresas e assim por diante. Por esses motivos, o Instagram tem como forte característica o engajamento, com uma interação que chega a 23% maior que de outras mídias sociais, como por exemplo o Facebook.

Acerca do Twitter, Rocha (2010) afirma que a rede surgiu em março de 2006, seu nome foi inspirado em um pássaro que utiliza um sinal em trinado estridente para manter os outros pássaros informados do que está fazendo e onde está. A rede passou a ser mais utilizada no ano de 2009, mas foi no ano de 2010 que começou a aparecer como suporte para os meios de comunicação convencionais. Tem como função satisfazer a necessidade de um modo de comunicação extremamente rápido, visto que, as mensagens compartilhadas nesse ambiente comunicativo têm um limite máximo de 280 caracteres, sendo assim, as informações são passadas de maneira direta e sintetizada. Os usuários dessa plataforma podem, além de gerar conteúdo, compartilhar links, imagens, vídeos, fazer comentários, *Retweetar* os *Tweets* de outros usuários, com ou sem comentário.

É possível observar as vastas possibilidades de comunicação que essas redes oferecem aos públicos. Neste sentido, vale destacar que, para uma marca se destacar, é válido que ela se aproprie dessas ferramentas comunicativas digitais, visto que conseguirão alcançar um nicho gigantesco de seguidores e com isso, informar dados sobre a empresa e o que ela faz. A partir dessas trocas que ocorrerão nessas redes, acontecerá a divulgação da companhia, de seus serviços e produtos. Mas, para que essa comunicação ocorra de forma efetiva e vantajosa, é necessário que algumas questões sejam levadas em consideração na produção dos enunciados que serão veiculados nesses meios, como já dito anteriormente nesse artigo. A título de exemplificação, analisaremos, a seguir, publicações realizadas pelo Prime Video nesses ambientes comunicativos, a fim de entender o seu projeto de dizer construído a partir do estilo empregado nos enunciados, seja ele verbal ou verbo-visual.

Figura 1 – Pub. 1 Instagram



Fonte: Prime vídeo Instagram, 2023, online

Figura 2 – Pub. 1 Instagram – 1.1



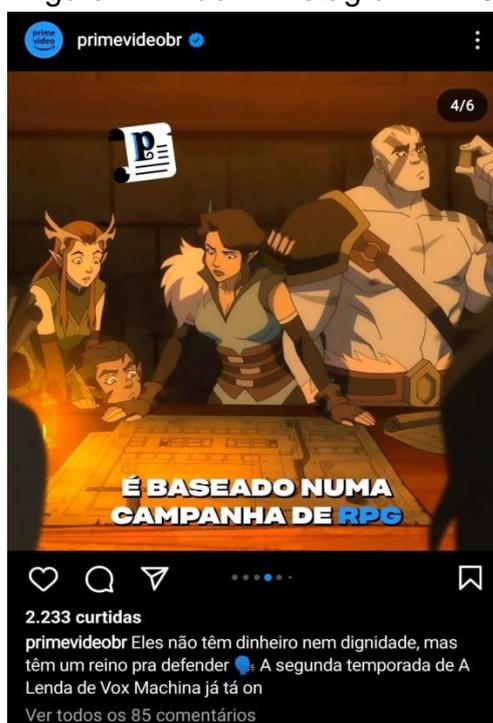
Fonte: Prime vídeo Instagram, 2023, online

Figura 3 – Pub. 1 Instagram – 1.2



Fonte: Prime vídeo Instagram, 2023, online

Figura 4 – Pub. 1 Instagram – 1.3



Fonte: Prime vídeo Instagram, 2023, online

Figura 5 – Pub. 1 Instagram – 1.4



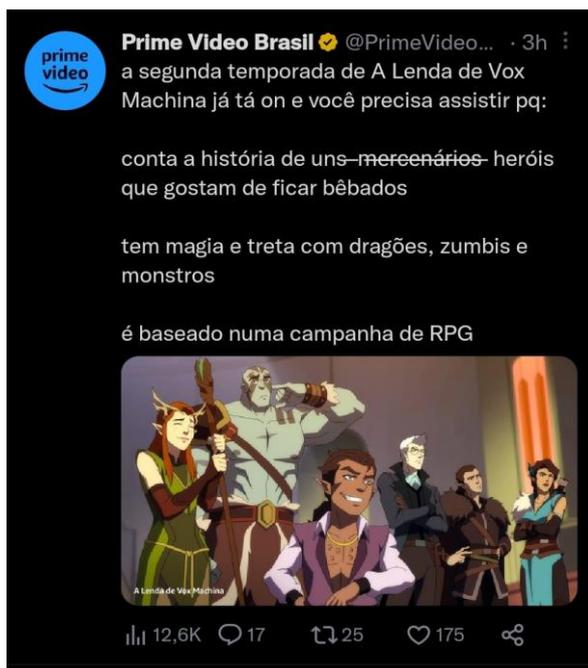
Fonte: Prime vídeo Instagram, 2023, online

Figura 6 – Pub. 1 Instagram – 1.5



Fonte: Prime vídeo Instagram, 2023, online

Figura 7 – Pub. 1 Twitter



Fonte: Prime vídeo Instagram, 2023, online

As figuras 3 a 9 referem-se às publicações da empresa sobre a série “A lenda de Vox Machina”. É possível verificar, no que se refere ao estilo, que, no Instagram, a empresa adquire um caráter mais visual do que no Twitter. O primeiro ponto a ser analisado é a posição que a imagem e o texto ficam em cada uma dessas redes: no Instagram, a imagem aparece antes do conteúdo verbal, já no Twitter, o enunciado escrito vem antes do conteúdo visual. Dessa forma, uma das redes focaliza mais o visual e a outra, o verbal. Além do mais, na publicação do Instagram, o internauta tem a possibilidade de rolar as imagens, contendo, em uma única publicação, 6 imagens da série que está sendo anunciada, ou seja, para um único enunciado verbal, temos um conjunto de conteúdos visuais que o complementam. Já no Twitter, o conteúdo que anteriormente estava nas imagens é revelado por meio do enunciado verbal e o conteúdo visual se apresenta centralizado em uma única imagem.

Ainda, podemos observar que a empresa utiliza em seus enunciados verbais expressões que a aproximam de seu público, fazendo com que o relacionamento comercial seja mais próximo, assemelhando-se a uma conversa entre amigos. Algumas dessas expressões que exercem poder de estreitar a relação entre o Prime Video e seu público-alvo são os pronomes de tratamento “você”, utilizado em situações comunicativas de maior informalidade. Além disso, a empresa faz uso de algumas gírias e expressões que circulam na internet, as quais fazem parte do conhecimento compartilhado do público dessas redes, como por exemplo, a expressão “estar on”, a qual significa que determinada coisa está disponível.

Podemos verificar nessas marcas enunciativas a proposta de Bakhtin acerca do dialogismo, ainda que os enunciados analisados não sejam inteiramente novos, pois remetem a outros enunciados, reiterando determinadas marcas enunciativas, como a expressão anterior, que evidencia a cultura e o público dessas redes sociais. Também não é considerado uma repetição, pois adquire características próprias que são atribuídas ao texto a partir do estilo empregado e preenchidas pelo momento da enunciação, reiterando traços de expressões utilizadas no ambiente comunicativo, os quais evidenciam a cultura e o público dessas redes sociais. É a partir dessas marcas enunciativas que o Prime Vídeo consegue realizar o seu projeto de dizer, anunciando seus produtos, mas não evidenciando diretamente a intenção mercadológica existente nas publicações.

Para verificar as interações dos internautas com a empresa, selecionamos alguns comentários das publicações anteriormente apresentadas em ambas as redes sociais, a fim de analisá-los. Com o intuito de preservar a identidade dos usuários que realizaram esses comentários colocamos alguns

emoticons para ocultar suas fotos do perfil e riscamos seus nomes de usuários com a cor preta.

Figura 10 – Interações Instagram



Figura 11 – Interações Twitter



Fonte: Prime vídeo Instagram, 2023, online

Fonte: Prime vídeo Instagram, 2023, online

Figura 12 – Interações Twitter 2



Fonte: Prime vídeo Instagram, 2023, online

Os internautas interagem com a empresa em ambas as redes sociais, entretanto, é importante que uma análise sobre essas interações seja realizada. Nos comentários das duas plataformas digitais, os seguidores do Prime Video apresentam um relacionamento estreito entre eles e a companhia, o que faz com que se sintam próximos dela e, dessa forma, são motivados a consumir conteúdos e serviços oferecidos. Essa identificação do público com a empresa, ocorre pela identificação de enunciados que exercem relação dialógica com os demais enunciados que circulam nessas redes.

Torna-se relevante citar que o Instagram não permite que comentários com GIFS sejam realizados, já o Twitter disponibiliza esse recurso para os usuários, o que faz com que a interação entre o público dessa rede seja mais diversificada, tendo essa característica como uma das mais marcantes desse ambiente comunicativo. O público do Instagram, por sua vez, utiliza em seus comentários uma quantidade expressiva de *emoticons*, evidenciando a necessidade de expressar o tom emotivo-valorativo de seus enunciados a partir de representações visuais em conjunto com os enunciados escritos. Nesse sentido, o emprego desses recursos, que constituem o estilo desses enunciados, aproxima da conversação face a face, visto que revelam sentimentos, emoções e sensações. Já no Twitter, os usuários buscam recursos do próprio texto para manifestarem o tom emotivo-valorativo do enunciado, como podemos observar no último comentário da figura 12, no qual o internauta utiliza a expressão, com vogal alongada, “AEEEEEEEEEE” para demonstrar empolgação. Ainda que as interações nessas duas redes adquiram características variadas, é possível verificar que o intuito discursivo do Prime Vídeo nesses ambientes é atingido, pois a empresa é capaz de construir uma relação de proximidade com o público e, por meio de um diálogo contínuo e conversações, atingir às necessidades dos clientes.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das análises comparativas das duas redes sociais, Twitter e Instagram, utilizadas pelo Prime Video para divulgação dos lançamentos de filmes e séries, verificamos, inicialmente, que cada um desses ambientes comunicativos possui um determinado estilo, como por exemplo, o Twitter é um ambiente que se apropria em maior quantidade de enunciados verbais, já o Instagram valoriza mais os conteúdos visuais e verbo-visuais. Entretanto, em ambas as redes sociais, o Prime Video se apropria de inúmeros recursos comunicativos, criando um misto entre enunciados verbais que se complementam com recursos visuais.

Neste sentido, os enunciados produzidos pela empresa nesses ambientes apresentam estilo próprio, refletindo o contexto de suas produções e apresentando-se adequados à esfera de comunicação na qual se encontram. Além disso, na concepção do enunciado concreto proposto pelos estudos bakhtinianos, não só os enunciados do Prime Video refletem o contexto de produção, mas também as interações dos internautas ao se apropriarem de recursos visuais ou linguísticos de acordo com o gênero discursivo.

Prime Video, ao veicular seus discursos no Instagram e Twitter, aproxima-se de seus consumidores que, atualmente, acessam com frequência essas redes sociais. A interação, nesse contexto, ocorre de forma mais direta, com atitudes responsivas ativas mais ágeis e mais próximas.

Reiteramos que as análises desenvolvidas neste artigo referem-se a uma pesquisa em andamento, portanto, tratam-se de análises iniciais, além de que ainda estamos selecionando o restante do *corpus* a fim de que possamos verificar como se constituem os enunciados, enquanto gêneros discursivos, nas mídias sociais em questão, além da compreensão das relações intersubjetivas entre Prime Video e os internautas.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. Gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. Estética da criação verbal. Tradução de Maria Ermantina G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In: \_\_\_\_\_(Org.). Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2016. p. 9-31.

\_\_\_\_\_; MELO, Rosineide de. Enunciado/enunciado concreto/enunicação. In: BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005. p.61- 78.

\_\_\_\_\_. Estilo. In: BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005. p.79-102.

FIORIN, José Luiz. Introdução ao pensamento de Bakhtin. São Paulo: Ática, 2006.

ROCHA, Gabriel Gomes de Oliveira. O poder do Twitter como ferramenta de comunicação. Brasília, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/22841/Downloads/O%20Poder%20do%20Twitter%20como%20ferramenta%20de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf> . Acesso em: 25 mar. 2023.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005. p.151-166.

MARCHEZAN, Renata. Diálogo. In: BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo, 2006.

PRIME VIDEO Instagram. Disponível em:  
<https://instagram.com/primevideobr?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 04 mar. 2023.

PRIME VIDEO Twitter. Disponível em: [https://twitter.com/PrimeVideoBR?t=S-RYr\\_eC46ToFcT3bOc5Jw&s=09](https://twitter.com/PrimeVideoBR?t=S-RYr_eC46ToFcT3bOc5Jw&s=09). Acesso em: 04 mar. 2023.

RAMALHO, José Antônio. Mídias sociais na prática. São Paulo: Elsevier, 2010. Disponível em: <https://pt.br1lib.org/book/2569830/cf7169>. Acesso em: 06 jul. 2022.

TERRA, Carolina Frazon. Mídias sociais e agora?: o que você precisa saber para implementar um projeto de mídias sociais. São Paulo: Difusão, 2011. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/164474/pdf>. Acesso em: 06 jul. 2022.

## ÍNDICE

### A

Amanda Vantin, 19  
Ana Beatriz Dias Rinaldi, 7  
Ana Clara da Silva Garcia, 78  
Ana Lúcia Furquim Campos -Toscano,  
78  
Artur Rodrigues de Oliveira, 19

### D

Daniela de Figueiredo Ribeiro, 3, 58  
Danilo Cândido Bulgo, 28

### G

Geovana Silva Marques, 58

### I

Iago Rodrigues Oliveira, 28  
Ingrid Rodrigues Vicente, 58

### J

Jéssica Aparecida Rangel de Oliveira,  
19

### L

Lucas Valencio do Prado, 19

### M

Márcia Pereira da Silva, 42, 68  
Maria Rita Garcia Borges, 58

### R

Rafiza Gabriela Sousa Rosa, 42  
Rita de Cássia Biason, 19

### S

Sofia Muniz Alves Gracioli, 7

### T

Talyssa de Souza Soares, 68

ISBN VOLUME



ISBN COLEÇÃO



**unifacef.com.br**

Av. Dr. Ismael Alonso y Alonso, 2400

0800 940 4688 / (16) 3713-4688



I.C **Uni-FACEF**

**Uni-FACEF**  
Centro Universitário Municipal de Franca